

ãandé

Ciências e Humanidades

VOL. 7 N. 1
2594-973X



Universidade Federal do ABC

ÎANDÉ

Sobre a Revista

Periodicidade: Quadrimestral

Cobertura Temática: Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas

Público Alvo: Comunidade científica interessada em Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas

Política de Acesso Livre: Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Indicadores: Classificação Qualis CAPES Quadriênio 2017-2020 - B3

Contato

Revista îandé - Ciências e Humanidades

Universidade Federal do ABC

Editores: [Leonardo Freire Mello e Paula Braga](#)

Endereço: Alameda da Universidade, s/n

cep: 09606-045

Brasil

<http://periodicos.ufabc.edu.br/iande>

Equipe Editorial

Editores

Prof. Dr. Leonardo Freire de Mello

Profa. Dra. Paula Braga

Equipe editorial:

Sara Aparecida de Paula

Hugo da Silva Carlos

Carolina Árabe

Clara Vinholi Araújo

Conselho editorial

Presidente: Prof. Dr. Marcos Vinícius Pó

Vice-presidente: Profa. Dra. Paula Braga

Profª. Dra. Fernanda Graziella Cardoso - Bacharelado em Ciências Econômicas

Profª. Dra. Mônica Schoreder- Bacharelado em Ciências Econômicas

Prof. Dr. Bruno Nadai - Bacharelado em Filosofia

Prof. Dr. Victor Ximenes Marques - Bacharelado em Filosofia

Profª. Dra. Carolina Moutinho Duque de Pinho - Bacharelado em Planejamento Territorial

Profª. Dra. Vanessa Lucena Empinotti - Bacharelado em Planejamento Territorial

Prof. Dr. Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo - Bacharelado em Políticas Públicas

Profª. Dra. Maria Luiza Levi Pahim - Bacharelado em Políticas Públicas

Profª. Dra. Tatiana Berringer de Assumpção - Bacharelado em Relações Internacionais

Prof. Dr. Antonio Marcos Roseira - Bacharelado em Relações Internacionais

Profª. Dra. Marília Mello Pisani - Licenciatura em Filosofia

Prof. Dr. André Luis La Salvia - Licenciatura em Filosofia

Parcerias

Sistema de Bibliotecas UFABC

Bacharelado em Ciências e Humanidades

Submissões

Âandé publica somente artigos inéditos na área de Ciências e Humanidades **escritos por discentes de graduação e supervisionados por um professor Doutor** e não aceita trabalhos encaminhados simultaneamente para livros ou outros periódicos do país ou do exterior.

Uma vez enviados, os trabalhos serão objeto de apreciação prévia pelos integrantes da Comissão Editorial. Em seguida, aqueles que estiverem fora dos critérios editoriais da revista serão devolvidos aos autores, e os demais, encaminhados para a avaliação de pareceristas designados pela Comissão.

Os trabalhos deverão ser enviados por meio do endereço eletrônico [Âandé](#), ou através do site da revista.

O prazo para resposta (aceitação ou recusa) varia conforme a complexidade das avaliações e de eventuais modificações sugeridas e realizadas. As datas de recebimento e aprovação de cada colaboração serão informadas no texto publicado. Cabe à Comissão Editorial definir, a cada número da revista, os critérios para reunir os artigos já aprovados.

Âandé é uma publicação de acesso aberto sob licença CC BY-NC; gratuita e sem taxas para publicação dos textos nos idiomas em que são submetidos pelos (as) autores(as).

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
- Declaro que o autor principal é aluno de graduação e que o trabalho foi supervisionado por um professor com título de Doutor.
- URLs para as referências foram informadas quando possível.
- O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
- O resumo contém ao redor de 200 palavras e foi informado em 2 idiomas (Português e Inglês)
- O texto pode ser apresentado em português, espanhol ou inglês, devendo ser digitado em fonte Times New Roman, tamanho 12 e espaçamento 1,5. Todas as páginas do original devem estar numeradas sequencialmente.
- O manuscrito não inclui identificação dos autores em qualquer parte do documento.

Normas editoriais

Diretrizes para a submissão de artigos

Passo 1. Cadastre-se no [site](#) da revista

Passo 2. Antes de iniciar a submissão, confirme se cumpre com as seguintes condições, que precisam ser informadas no início da submissão:

- * O artigo foi escrito por um estudante de graduação ou graduado há menos de um ano
- * O artigo foi supervisionado e aprovado por um docente com grau de doutor vinculado a uma instituição de ensino superior
- * O documento com o manuscrito está em formato Word, espaçamento 1,5 e com fonte de letra Times New Roman com 12 pts e contém numeração de página.
- * No ato da submissão de um artigo, a identificação do(s) autor(es) e a filiação institucional serão preenchidas em formulário próprio do Sistema e não devem constar do corpo do texto, o qual será enviado para avaliação cega dos pares. Tampouco se aceitam quaisquer outras referências que permitam ao avaliador inferir indiretamente a autoria do trabalho. As informações autorais serão registradas à parte, como metadados, e acessadas apenas pelos editores.
- * O manuscrito contempla todas as normas de formatação, conforme instruções abaixo.
- Para não ter atrasos ou recusa na submissão, certifique-se de cumprir com estas normas!

Processo de avaliação pelos pares

Todos artigos submetidos para publicação em *Íandé* são avaliados primeiramente pela Comissão Editorial. Aqueles que não atendem aos critérios e prioridades editoriais da Revista são devolvidos aos autores, acompanhados de justificativa para sua recusa. Os demais são analisados por pareceristas colaboradores da Revista, em processo duplo-cego. Os avaliadores consultados terão, no mínimo, o título de doutor e pertencerão a instituições científicas diversas. Os nomes dos autores, dos pareceristas e das instituições a que pertencem permanecerão em sigilo durante todo o processo. A revista publica anualmente os nomes de seu corpo de pareceristas *ad hoc*.

Os aspectos que orientam a avaliação dos originais encaminhados aos pares para análise são: conteúdo teórico e empírico, domínio da literatura científica, atualidade do tema, contribuição para a área de conhecimento específica, originalidade da abordagem, estrutura do texto e qualidade da redação. Os avaliadores poderão recomendar a aceitação integral do texto, indicar recusa ou, ainda, sugerir modificações para nova avaliação. A Comissão Editorial poderá submeter as sugestões de reformulações ao autor e o artigo, já reformulado, retornará aos mesmos avaliadores para um parecer final.

Autoria

Entende-se como autor todo aquele que tenha efetivamente participado da concepção do estudo, do desenvolvimento da parte experimental, da análise e interpretação dos dados e da redação final. Recomenda-se não ultrapassar o número total de quatro autores. Caso a quantidade de autores seja maior do que essa, deve-se informar ao editor responsável o grau de participação de cada um. Em caso de dúvida sobre a compatibilidade entre o número de autores e os resultados apresentados, a Comissão Editorial reserva-se o direito de questionar as participações e de recusar a submissão se assim julgar pertinente.

Ao submeter um artigo para publicação em *Âandé*, o autor **concorda** com os seguintes termos:

1. O autor mantém os direitos sobre o artigo, mas sua publicação na revista implica, automaticamente, a cessão integral e exclusiva dos direitos autorais para a Revista *ÂANDÉ* para a primeira edição, sem pagamento.
2. As ideias e opiniões expressas no artigo são de exclusiva responsabilidade do autor, não refletindo, necessariamente, as opiniões da revista.
3. Após a primeira publicação, o autor tem autorização para assumir contratos adicionais, independentes da revista, para a divulgação do trabalho por outros meios (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), desde que feita a citação completa da mesma autoria e da publicação original, desde que haja prévia autorização escrita por parte da Revista *Âandé*.

Conflitos de interesse e ética de pesquisa

Caso a pesquisa desenvolvida ou a publicação do artigo possam gerar dúvidas quanto a potenciais conflitos de interesse, o autor deve declarar em nota final que não foram omitidas quaisquer ligações a órgãos de financiamento, bem como a instituições comerciais ou políticas. Do mesmo modo, deve-se mencionar a instituição à qual o autor eventualmente esteja vinculado, ou que tenha colaborado na execução do estudo, evidenciando não haver quaisquer conflitos de interesse com o resultado ora apresentado. É também necessário informar que as entrevistas e experimentações envolvendo seres humanos obedeceram aos procedimentos éticos estabelecidos para a pesquisa científica.

Diretrizes para autores para preparação dos artigos

O manuscrito deve ser digitado com espaço 1,5, utilizando-se fonte de letra Times New Roman 12. O manuscrito **não pode conter a identificação de nenhum dos autores**. Deve ter título (Times New Roman 18), resumo em português e inglês (Times New Roman 12,

espaçamento simples), com as respectivas palavras-chaves (mínimo 3, máximo 5), texto e referências bibliográficas, além de incluir todos os elementos gráficos no corpo do texto.

Citações: de até duas linhas devem ser transcritas entre aspas ("). Citações de mais de três linhas devem aparecer destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, contendo referência ao autor, ano e página.

Notas de rodapé: são utilizadas para comentários, esclarecimentos ou explicações. Não utilizar para referências (estas devem constar em seção específica).

Referências Bibliográficas: Ao final do artigo as obras devem ser relacionadas em ordem alfabética pelo sobrenome.

A organização das referências deve obedecer às normas da ABNT, assim como todo o texto.

Editorial

Além de ser um centro de estudo, pesquisa e extensão, a UFABC é um projeto de país que motiva a comunidade acadêmica a viver cada instante do presente como propulsor do futuro do Brasil. Por isso, lançar um número da Iandé no último dia de 2023 assume a carga simbólica de celebração do porvir. Como nos números anteriores, estudantes de universidades federais apresentam nesse número pesquisas com análises críticas e propositivas sobre política, saúde, economia, relações internacionais, acessibilidade e meio-ambiente.

Da UFPel, **Michele Negrini**, **Amanda Freitas Kuhn** e **Daniel Batista de Jesus da Silva** apontam a importância de recursos de acessibilidade em telejornais a partir de estudo de casos durante a pandemia de covid, quando recursos assistivos foram literalmente vitais para manter a população com deficiência auditiva bem informada. Dentre os artigos produzidos por estudantes da UFABC, **Isabelle de Almeida Teles** discute políticas públicas de atenção à saúde materna, mostrando o impacto positivo de programas públicos na prevenção da mortalidade materna nos últimos 20 anos no Brasil. **Tiago Andrade** apresenta a bioeconomia como proposta alternativa à economia atual na América Latina, e **Isabela Temístocles Gomes** analisa a importância do hidrogênio verde no Brasil para a descarbonização climática. **Guilherme Zanusso de Barros** aborda as injustiças sociais no Brasil a partir da desconstrução de uma cultura da desigualdade historicamente determinada. Com a orientação da **Profa. Ana Tereza Lopes Marra de Sousa**, da UFABC, o aluno da ETEC-SP **Diego Almeida Oliveira** desenvolveu uma pesquisa de Iniciação Científica no Ensino Médio, com bolsa do CNPq, que resultou no artigo “Visões de China na imprensa brasileira”. Ainda no campo das relações internacionais e impactos na economia, **Artur Aleixo Munari Gonçalves** analisa políticas de indicação geográfica no contexto do Mercosul e da União Europeia a partir do caso do vinho espumante “champanhe.”

Junto ao brinde a 2023 e à chegada de 2024, a equipe editorial formada pelo idealizador da Iandé, **Prof. Leonardo Mello**, e por mim dá as boas-vindas aos novos editores que assumem a revista a partir de 2024, **Profa. Roberta Peres** e **Prof. André Pasti**. Nos sete anos em que estivemos na editoria, tivemos o prazer de ver a Iandé classificada no Qualis da Capes como revista B3 e receber avisos de impacto das publicações de nossos estudantes em trabalhos publicados em outras revistas acadêmicas. O ano novo vem com a novidade de uma editoria que conta com dois docentes e pesquisadores que somam competência e energia a cada projeto em que se envolvem.

Pareceristas e autores foram fundamentais para a existência dos dez números publicados desde 2017, e essa constância só foi possível graças à atuação incansável de um colega genuinamente dedicado à construção e preservação do conhecimento, o bibliotecário **Hugo Carlos** que, para além de suas atribuições como bibliotecário-chefe da UFABC, tem sido desde 2017 a força motriz das engrenagens comunicacionais e informáticas da Iandé. Muito obrigada, Hugo!

À discente de graduação **Carolina Árabe**, que nos acompanhou como voluntária na revista por um ano, nosso agradecimento pelo entusiasmo no trabalho. E, às vésperas de sua defesa de doutorado, deixamos aqui um afetuoso agradecimento a **Sara Aparecida de Paula**, que trabalhou como voluntária na revista durante seu mestrado e doutorado na UFABC.

Feliz 2024!

Paula Braga

A urgência pela descarbonização climática das economias globais e o papel do hidrogênio verde brasileiro

Isabela Temístocles Gomes¹

Resumo

Mediante a busca do regime internacional de mudanças climáticas pelo estabelecimento de normas, regulamentações e controle das alterações no clima em uma escala multilateral, a transição energética se coloca como essencial para que impactos humanos no ambiente sejam mitigados. Inserido neste contexto, e apesar de ainda em estágio inicial, o mercado de hidrogênio verde tem sido visto como importante alternativa energética às fontes fósseis, principalmente em setores de difícil descarbonização. O presente artigo propõe a analisar o protagonismo do hidrogênio verde como alternativa energética sustentável no processo de descarbonização climática dos países, e o status do desenvolvimento deste setor no Brasil.

Palavras-chave: hidrogênio verde; transição energética; descarbonização climática; sustentabilidade.

Abstract

Through the international climate change regime's quest to establish norms, regulations and control climate change on a multilateral scale, the energy transition is essential for human impacts on the environment to be mitigated. Inserted in this context, and though still at an early stage, the green hydrogen market has been seen as an important energy alternative to fossil sources, especially in sectors where decarbonization is difficult. This article aims to analyze the role of green hydrogen as a sustainable energy alternative in the climate decarbonization process of countries, and the status of the development of this sector in Brazil.

Keywords: green hydrogen; energy transition; climate decarbonization; sustainability.

¹ Universidade Federal do ABC - isabela.temistocles@aluno.ufabc.edu.br.

“De forma condizente com as proporções continentais do país e com um mundo cada vez mais multipolar, a política externa brasileira precisa voltar a ser independente e de caráter global” (BATISTA JR., 2021, p. 405).

Introdução

A Guerra da Rússia na Ucrânia, e a conseqüente aceleração, por países europeus, em sua busca por independência energética em relação à Rússia, é um exemplo recente de como a promoção de uma profunda mudança nas matrizes energéticas dos países, um dos grandes objetivos estabelecidos pelo regime climático, se situa como uma questão ambiental que evidencia fraturas geopolíticas dos países (VEIGA, 2015). Tendo a guerra desencadeado “a maior disrupção nos mercados globais de energia desde a crise do petróleo de 1973” (MORTIMER, 2022), destaca-se como a transição energética representa uma busca por novas alternativas e novos mercados – sendo possível questionar, assim, o papel do hidrogênio verde brasileiro na descarbonização climática internacional.

Entendido como o hidrogênio produzido a partir da eletricidade oriunda de fontes de energia renováveis (como as de matriz eólica, solar, e provenientes de biomassa e biogás), ou seja, sem emissão de gás carbônico (CO₂), o hidrogênio verde se apresenta como solução que detém altas expectativas para a descarbonização em setores de difícil redução de emissões, como o industrial e de transportes – afinal, o hidrogênio possui diversas aplicações energéticas e industriais, tanto armazenando energia quanto sendo utilizado para o refino de petróleo, a produção de amônia, e a geração de calor industrial. Neste contexto, o Brasil se destaca como um país que possui uma matriz energética composta por 48,4% de fontes renováveis na matriz energética, de forma que a produção de hidrogênio verde no país poderia se beneficiar da rede já existente (GURLIT et al, 2021).

Sendo a principal meta do Acordo de Paris, firmado em 12 de dezembro de 2015 durante a COP 21, limitar o aquecimento global a bem abaixo de 2, de preferência a 1,5 graus Celsius, em comparação aos níveis pré-industriais, este artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento do mercado de hidrogênio verde no Brasil como estratégia de descarbonização internacional. A partir de uma introdução quanto ao atual cenário energético sob a perspectiva da descarbonização climática, pretende-se situar o estágio dos países perante os compromissos, a serem indicados, que devem ser cumpridos pelos países signatários do Acordo de Paris. Ademais, o artigo apresenta um panorama e conseqüente exemplificação, no Brasil e em outros países, do estabelecimento de políticas de descarbonização a partir do hidrogênio verde, visando compreender a expressão deste vetor energético no cumprimento do Acordo.

Para alcançar tais objetivos, foram levantados documentos e acordos relevantes à transição energética e à descarbonização climática, estabelecidos no regime climático internacional – com destaque para os pontos e objetivos estabelecidos no Acordo de Paris. Para avaliar o status atual do mercado de hidrogênio verde no Brasil e no mundo, se utilizou como referência dados levantados, por exemplo, pelo think-tank GESEL (Grupo de Estudos do Setor Elétrico), como maneira a mapear políticas públicas e financiamentos em andamento, além de declarações por parte do governo brasileiro, emitidas principalmente pelo Ministério de Minas e Energia (MME), e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Também foram consideradas, na contextualização e análise da pesquisa, considerações e contribuições relacionadas a um desenvolvimento sustentável, assim como perspectivas que consideram as dinâmicas de poder desiguais no sistema internacional, contribuindo para a compreensão da inserção do Brasil no tema.

O atual cenário energético sob perspectiva da descarbonização climática

Tendo o amadurecimento das discussões sobre aquecimento global ocorrido, na agenda internacional, somente a partir dos anos 1990, o regime climático (principal dos regimes ambientais) passou a ter maior articulação coletiva no decorrer dos anos. Compreendendo regimes como “princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores” (KRASNER, 2012), destaca-se a Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (UNFCCC, em inglês), o Protocolo de Kyoto, a Emenda de Doha e o Acordo de Paris, como formas institucionais do regime climático internacional.

Mediante a busca deste regime pela normatização, regulamentação e controle das mudanças climáticas em escala transnacional (SOUZA, 2017), a transição energética se tornou essencial para que os objetivos estabelecidos pelo regime sejam alcançados. Segundo a ONU, por exemplo, em seu relatório “Theme Report on Energy Transition”, “a transição energética é um facilitador crucial do desenvolvimento sustentável e da resiliência climática” (ONU, 2021, p. VI). Apesar do reconhecimento da importância da transição, outras perspectivas chegam a ir além: a Agência Internacional para as Energias Renováveis já discute o termo “transição”, e defende a utilização da expressão “transformação energética”, em decorrência da emergência de diferentes combustíveis sendo utilizados, que envolvem um contexto mais amplo, complexo e integrado (IRENA, 2019).

Considerando a existência de uma “complementaridade entre o desenvolvimento de fontes de energia renováveis como uma maneira de garantir segurança energética aos países, e as questões

ambientais atreladas ao tema” (LEITE et al, 2020, p. 398), é possível dizer que políticas no setor de energia são amplamente influenciadas por acordos internacionais. Assim, a busca pela transformação do setor energético em direção à fontes renováveis de energia, no lugar de sistemas de energia baseados em fontes fósseis, é estabelecida como uma corrida contextualizada a partir de motivações tanto geopolíticas quanto ambientais.

Exemplo recente deste processo é possível de ser observado na defesa da Comissão Europeia à ação de “REPowerEU”, que indica a ambição da Europa pela ampliação de sua segurança energética, focada na independência de combustíveis fósseis russos antes do ano de 2030. À luz da invasão da Ucrânia pela Rússia, de 24 de fevereiro de 2022, a Comissão publicou, em 08 de março, um esboço de plano para a independência energética, defendendo que “quanto mais cedo e mais decisivamente diversificarmos nossa oferta, acelerarmos a implantação de tecnologias de energia verde e reduzirmos nossa demanda de energia, mais cedo poderemos substituir o gás russo” (Comissão Europeia, 2022).

Desta forma, sendo a cooperação multilateral, o regime internacional, a segurança energética e o meio-ambiente temas intrinsecamente ligados (LEITE, 2020), tem-se observado uma movimentação cada vez mais intensa na diversificação de matrizes – processo este principalmente liderado pela Europa.

A busca por novas fontes evidencia como o cenário energético e geopolítico mostram uma

matriz energética que se encontra em período de transição/transformação a partir do crescimento simultâneo do uso de gás (convencional e não convencional) e de novas energias renováveis (eólica e solar) (GUERREIRO, 2021, p. 2).

Isso se reflete, por exemplo, na diminuição de emissões de carbono advindas de usos energéticos, que caíram 6,3% no ano de 2021 (maior declínio desde o final da Segunda Guerra Mundial), e na queda em 5,2% da produção global de carvão, em contraste com o aumento em 9,7% do uso de as energias renováveis. Apesar de ser uma tendência possível de ser questionada em curto prazo devido ao atual cenário geopolítico, marcado pela busca imediata na Europa por fontes que substituam as de origem russa (incluindo fontes poluentes, como carvão), a busca por uma economia zero (ou até mesmo negativa) carbono tem sido cada vez mais, reconhecida por leis e normas – extrapolando, assim, da esfera do incentivo e da recomendação.

Neste contexto, o regime internacional de mudanças climáticas se coloca como o meio pelo qual as metas de transição energética têm se instituído. Normatizado pela Convenção Quadro das Nações Unidas sobre o Clima (UNFCCC, em inglês) há exatos 30 anos, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (também conhecida como Rio-92), o regime tem como principal objetivo “estabilizar o sistema climático global e conter

o aquecimento da temperatura do planeta, causado por emissões de gases de efeito estufa (GEE)” (REI et al, 2017, p. 83).

Para além da UNFCCC, o regime de mudanças climáticas é estruturado por outros três documentos: o Protocolo de Kyoto, acordo pela redução da emissão de gases do efeito estufa aprovado em 1997, em vigor a partir de 2005, e com seu primeiro período de redução de emissões em 2012 sem grandes avanços; a Emenda de Doha, extensão do Protocolo estipulada nos períodos de 2013 a 2020; e o Acordo de Paris, aprovado em 2015 e substituição ao Protocolo de Kyoto, com objetivo de

manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais e buscar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e impactos das mudanças climáticas (UNFCCC, 2015, p. 26).

Ratificado por 196 países, o item II do Acordo reitera as Contribuições Nacionalmente Determinadas (CNDs), estipuladas por cada país previamente à COP 21. Considerando o limite máximo a 1,5°C estipulado, é de conhecimento que países terão de realizar esforços extras, visto que as CNDs apresentadas “são insuficientes para atingir as metas de contenção da temperatura global” (ROGELJ, 2016). Vale salientar que o acordo reconhece a cooperação por meio de aportes financeiros, assim como a transferência de tecnologia e a adoção de metas absolutas de redução de emissões por parte de países desenvolvidos (REI et al, 2017).

Perante esta estrutura jurídica, é importante pontuar que, conforme Krasner (2012), os regimes não são meros epifenômenos, e de fato afetam comportamentos e resultados. Em contrapartida, porém, é preciso avaliar a atuação dos regimes nas dinâmicas de poder entre os Estados. Stein e Keohane defendem que “os regimes podem ter impacto quando resultados pareto-ótimos não poderiam ser alcançados por meio de ações individuais não coordenadas” (Ibid, p. 98) – o que pode ser observado, de fato, a partir da relação dos Estados Unidos com o Acordo de Paris e com o regime climático em geral. Apesar de terem restabelecido seu comprometimento com o Acordo após a posse de Joe Biden, os EUA haviam sido o único dos 196 países a terem cortado seus compromissos como signatários.

Segurança energética, sustentabilidade e hidrogênio verde: aplicações e desafios

A busca por fontes energéticas economicamente viáveis e baixo impacto ambiental tem revolucionado a pesquisa e a inovação energética nos últimos anos. Resultado deste movimento, e ainda em estágio inicial, o mercado de hidrogênio verde tem sido visto como importante

alternativa voltada à emissão zero das economias globais. Segundo a Comissão Europeia, espera-se que o hidrogênio desempenhe um papel importante nos objetivos da União Europeia de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em mínimo de 55% até 2030 e de atingir zero emissões líquidas até 2050 (EUROPEAN COMMISSION, 2020) – o que pode colocar o Brasil como um dos países mais competitivos neste setor, fato que evidencia a importância de compreender o desenvolvimento deste mercado no país e seu potencial a partir de estratégias de descarbonização dos países no sistema internacional.

Largamente utilizado na indústria, o hidrogênio é o elemento químico mais abundante do universo. Por não existir de forma isolada na natureza, existem diferentes métodos para sua obtenção, que se podem agrupar segundo suas características comuns: os combustíveis fósseis, água e biomassa (VALENCIA-BOTERO, 2013). Já possuindo um mercado global de US\$120 bilhões, seu uso se concentra principalmente em refinarias de petróleo e na produção de amônia para fertilizantes, sendo a maior parte oriunda de fontes fósseis. Como consequência de sua utilização, a produção de hidrogênio é responsável pela emissão de 830 milhões de toneladas de dióxido de carbono por ano (MtCO_2/ano), equivalente às emissões de CO_2 da Indonésia e do Reino Unido combinadas (IEA, 2019).

O hidrogênio verde, portanto, tem sido uma das grandes apostas para a redução de emissões dos países, tendo em vista o papel relevante que poderá vir a ter na descarbonização de setores-chave como o de transportes e da indústria, além da atuação na descarbonização de calor nas edificações e na produção de matérias-primas limpas. O hidrogênio verde permite, também, o desenvolvimento de novos mercados através de aplicações emergentes, criando soluções viáveis para, por exemplo, sistemas Power-to-X (conversão de energia elétrica em outra forma de energia armazenável), e-fuel para aviação, efeitos de injeção de energias variáveis etc.

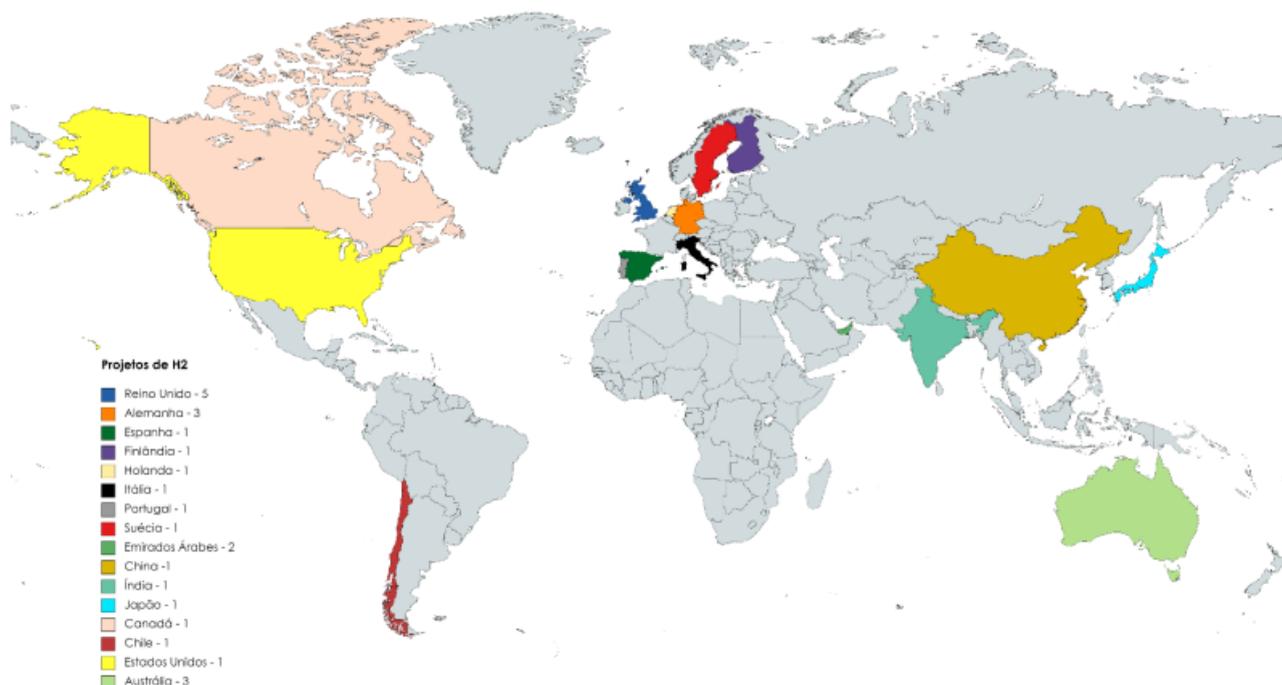
Por ser uma nova tecnologia, existem desafios a serem enfrentados para que sua disseminação se torne cada vez mais possível. Não tendo os custos de produção competitivos se comparado a concorrentes, como o hidrogênio cinza, e fazendo parte de uma indústria intensiva em capital, o hidrogênio verde ainda precisa ter as despesas de operação e de capital reduzidas, além de demandar o desenvolvimento de diferentes medidas de padronização, regulação, segurança e comercialização. Também vale mencionar o tema da certificação em hidrogênio verde ou de baixo carbono, e a precificação de carbono para fomentar a busca por este hidrogênio – importantes gargalos a serem superados pelo mercado.

Hidrogênio verde e a inserção internacional brasileira nas perspectivas globais de descarbonização

Reconhecidamente, a matriz energética brasileira muito se distingue de matrizes energéticas de outros países. Apesar de ainda possuir, em grande parte, o consumo de energias não renováveis, o Brasil utiliza mais fontes renováveis do que o resto do mundo – representando 48,4% da repartição da Oferta Interna de Energia em 2020 (EPE, 2021). Este fato é relevante pois, segundo a Agência Internacional de Energia (2019),

Com custos decrescentes para geração de energia solar fotovoltaica e eólica, a construção de eletrolisadores em locais com excelentes condições de recursos renováveis pode se tornar uma opção de fornecimento de hidrogênio de baixo custo, mesmo depois de levar em consideração os custos de transmissão e distribuição do transporte de hidrogênio de locais renováveis (muitas vezes remotos) aos usuários finais (p. 49).

Apesar deste ser um cenário extremamente favorável para o Brasil, observa-se que a América Latina em geral se coloca como o lugar com menos projetos globais anunciados voltados para hidrogênio no mundo. Reflexos de uma dependência local que também ocorre em outros setores e influencia diretamente a forma de inserção internacional da região, este processo não está isolado da definida vinculação íntima entre a dependência histórico-estrutural, a colonialidade de poder e a hegemonia do pensamento europeu como perspectiva de conhecimento (QUIJANO, 1997 apud POLO BLANCO, 2018).



Fonte: GESEL, 2022b, p. 7

Para além de um setor elétrico renovável bem estruturado e em crescimento, o Brasil possui um extenso sistema elétrico interligado, contando com mais de 164 mil quilômetros de linhas de transmissão – algo extremamente positivo para a produção do hidrogênio. Ademais, o país se destaca por sua posição geográfica vantajosa, e por sua infraestrutura portuária e logística favorável para a inserção global do produto (MME, 2021). O território brasileiro conta, também, com um grande potencial para o mercado doméstico de hidrogênio verde, devido à grande presença de setores da indústria e transporte, que utilizam, respectivamente, 32,1% e 31,2% da energia nacional (EPE, 2021), além de possuir recursos energéticos diversificados (como gás natural, outro insumo possível para a produção de hidrogênio).

Como resposta a estas vantagens identificadas, o país reconheceu, no Plano Nacional de Energia 2050 lançado em 2020, o hidrogênio como “tecnologia disruptiva e como elemento de interesse no contexto da descarbonização da matriz energética” (MME, 2021, p.6). No ano seguinte, em abril de 2021, foi lançada a proposta de diretrizes para o Plano Nacional do Hidrogênio, elaborada pelo Ministério de Minas e Energia, em parceria com a Empresa para Pesquisa Energética (EPE), o FINEP e outros Ministérios. O documento tem como objetivo o alinhamento às ambições de descarbonização da economia, considerando que o hidrogênio irá contribuir para a neutralidade líquida de carbono até o ano de 2050 (MME, 2021).

Segundo a proposta de diretrizes ao Plano, “sem a viabilização técnica e econômica do hidrogênio de zero ou baixo carbono, será muito difícil para os países atingirem os compromissos e ambições nacionais do Acordo de Paris e de neutralidade líquida de emissões de carbono em 2050” (MME, 2021). Desta forma, o documento reconhece a importância do hidrogênio para a segurança energética dos países, destacando um forte movimento neste sentido na União Europeia (em particular, na Alemanha), no Japão e nos EUA.

Apesar da proposta de diretrizes e da elaboração do Plano estar em andamento, o estágio dos projetos no país ainda é inicial. Projetos-piloto podem ser encontrados em Hubs de hidrogênio, como nos portos de Pecém, Suape e Açú, e em universidades como Unicamp e UFRJ. Neste estágio, é possível verificar, assim, interesses e articulações por parte do mercado privado e da academia, que se refletem nas ações do governo em suas tentativas para o estabelecimento do mercado no país.

Políticas de descarbonização e as estratégias de hidrogênio verde: Cases globais

Como reação à crescente importância do hidrogênio, e tendo em vista a importância do hidrogênio verde e de baixo carbono, diversos países já lançaram estratégias, roadmaps e guias preliminares voltados exclusivamente para o hidrogênio. Dentre estes países, estão projetos

advindos do Chile, França, Estados Unidos, Alemanha, Colômbia, China, e a Comissão Europeia – variando entre estratégias já disponíveis ou em preparação, como ocorre atualmente no Brasil com as diretrizes do Programa Nacional de Hidrogênio mencionadas anteriormente.

Além de ações oriundas diretamente dos Estados, ocorre também uma grande movimentação do mercado privado, que tem pressionado os governos a acelerarem o desenvolvimento e aplicação de fomentos e políticas públicas em hidrogênio. Grandes empresas ao redor do mundo, como Shell, TotalEnergies e Siemens Energy, têm construído estratégias e projetos voltados para a produção e viabilização deste vetor energético. Estas empresas podem ser caracterizadas como atores do sistema internacional, cuja principal característica é a capacidade de influência e da governança que vão para além de seus Estados nacionais, “por disporem de recursos materiais e ideacionais capazes de sujeitar os demais atores” (OLSSON; SALLES; 2015).

Sendo a região com mais atividade em hidrogênio atualmente, a Europa se destaca no histórico de desenvolvimento de políticas climáticas. Lançada em 2021, a European Climate Law determina a meta intermediária de reduzir as emissões líquidas de gases de efeito estufa em pelo menos 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990, como um caminho em direção à neutralidade climática em 2050. O hidrogênio verde, portanto, é visto como uma oportunidade para o alcance das metas de redução de emissões até o final da década.

Dentre os países da União Europeia, a Alemanha se coloca como um dos que mais têm direcionado as discussões climáticas para o hidrogênio verde. Através da Estratégia Nacional do Hidrogênio, lançada em 2020, a Alemanha estabeleceu 38 medidas para iniciar o ramp-up do mercado até 2023, reconhecendo a importância da importação de energia renovável de fora do mercado interno europeu como uma necessidade de médio e longo prazo.

Segundo a estratégia, “o comércio internacional de hidrogênio e seus produtos a jusante é (...) um importante fator industrial e geopolítico” (BMW, 2020, p. 8). O país se comprometeu com € 7 bilhões (US\$ 8,1 bilhões) para o financiamento de projetos de hidrogênio em larga escala, além de € 2 bilhões (US\$ 2,3 bilhões) para promover parcerias internacionais (HUBER, 2021). O H2Global, programa de importação de hidrogênio fundado com €900 milhões (PINSENT MASON, 2022), tem como objetivo desenvolver plantas de produção em hidrogênio verde em países não-europeus.

Os Estados Unidos, por sua vez, não tiveram uma estratégia sólida e continuamente em desenvolvimento conforme na Europa. Tendo retornado ao Acordo de Paris em 2021, o país voltou a ter iniciativas graduais voltadas para a descarbonização de sua economia. Em resposta à larga utilização de hidrogênio advindo de energias fósseis, tal como ocorre na China, foi

desenvolvido o Advancing the Clean Hydrogen Future Act of 2021, lei que fornece financiamento para pesquisas, com objetivo de deixar os EUA à frente das inovações tecnológicas que irão reduzir o custo e melhorar a eficiência da produção de hidrogênio - com destaque para financiamentos no estado da Califórnia.

Já o Japão, em sua busca por autossuficiência energética, foi o primeiro país a elaborar uma estratégia nacional voltada para o hidrogênio. Altamente industrializado, o país possui gargalos em recursos em hidrogênio - vetor este identificado entre os 14 setores estratégicos do Green Growth Strategy Through Achieving Carbon Neutrality in 2050. Segundo Jane Nakano, “o desenvolvimento das cadeias de fornecimento de hidrogênio é uma agenda importante, e tanto o governo japonês quanto as empresas estão realizando vários projetos, incluindo o desenvolvimento do transporte marítimo” (NAKANO, 2021).

Apesar da existência de projetos em hidrogênio em todos os continentes, a maior parte destes ainda está concentrada no continente europeu - o que supera fatores geográficos que não são favoráveis para a produção de hidrogênio em larga escala no local. A Ásia e Austrália também têm se destacado no desenvolvimento de novos projetos, que têm aumentado em número, enquanto a América segue com menor expressão no tema (GESEL, 2022a).

Considerações finais

Apesar da pandemia do vírus Covid-19, que causou uma desaceleração geral da economia e desequilíbrios gerais nas cadeias de valor, as concentrações de gases do efeito estufa “atingiram novos máximos no ano de 2020, com frações molares médias globais de CO₂ excedendo 410 partes por milhão” (GESEL, 2022). O cenário atual ainda detém, assim, muitas incertezas quanto ao alcance das metas estipuladas pelo Acordo de Paris, o primeiro acordo global a conter obrigações políticas de desenvolvimento, implementação e fortalecimento de ações por parte de todos os países (DIMITROV, 2016).

Enquanto os países, principalmente da Europa, se preparam com tecnologias e estratégias para avançar na descarbonização de suas economias, a América Latina segue com menor expressão no desenvolvimento de projetos voltados para o hidrogênio verde ou de baixo carbono. Inserido em dinâmicas que refletem “a ação de variáveis exógenas, porquanto a região depende da exportação de matérias-primas e da importação de tecnologia” (FURTADO, 2019, p. 476), atores privados e públicos têm se articulado no Brasil para alavancar o setor de hidrogênio verde e acompanhar os movimentos advindos do sistema internacional, visto que enxergam no país grandes oportunidades para viabilizar a diminuição de suas emissões, conforme metas estabelecidas pelo regime climático internacional.

Não isolado das dinâmicas de poder do sistema internacional, questiona-se se o Brasil desenvolverá uma estratégia segura, autônoma e condizente com as condições do país para o hidrogênio verde, ou se seguirá aguardando que tendências e políticas sejam desenvolvidas no exterior para depois exportá-las para a construção de uma estratégia dependente e incerta.

Referências bibliográficas

- BALDUINO, Maria Clara de Jesus Maniçoba. O Acordo de Paris e a Mudança Paradigmática de Aplicação do Princípio da Responsabilidade Comum, Porém Diferenciada. Em: Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos, vol.13, n.1.
- BATISTA Jr., Paulo Nogueira. O Brasil não cabe no quintal de ninguém: bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata. São Paulo: LeYa, 2021.
- DIMITROV, Radoslav S. The Paris Agreement on Climate Change: Behind Closed Doors. *Global Environmental Politics* 16:3, August 2016, doi:10.1162/GLEP_a_00361, 2016.
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Balanço Energético Nacional 2021. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-2021>>. Acesso em: 14/05/2022.
- EUROPEAN COMMISSION. Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: A hydrogen strategy for a climate-neutral Europe. [s.l.]: European Commission, 2020. Disponível em: <<https://www.fao.org/faolex/results/details/en/c/LEX-FAOC208381/>>. Acesso em: 23 abr. 2022.
- Eurostat. Where does our energy come from? Disponível em <[https://ec.europa.eu/eurostat/cache/infographs/energy/bloc-2a.html#:~:text=In%202019%2C%20the%20energy%20mix,fossil%20fuels%20\(both%2013%20%25\).](https://ec.europa.eu/eurostat/cache/infographs/energy/bloc-2a.html#:~:text=In%202019%2C%20the%20energy%20mix,fossil%20fuels%20(both%2013%20%25).>)>. Acesso em 08/05/2022.
- REI, Fernando Cardozo Fernandes; GONÇALVES, Alcindo Fernandes; SOUZA, Luciano Pereira de. Acordo de Paris: Reflexões e Desafios para o Regime Internacional de Mudanças Climáticas. *Veredas do Direito – Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, v. 14, n. 29, p. 81–99, 2017.
- FURTADO, Celso. A economia latino-americana. Companhia das Letras: São Paulo, 2019.
- GESEL (Org.). Observatório de Hidrogênio. Rio de Janeiro: UFRJ, 2022a. Disponível em: <<https://gesel.ie.ufrj.br/wp-content/uploads/2022/03/observatorio-H2-05.pdf>>.
- GESEL (Org.). Observatório de Hidrogênio. Rio de Janeiro: UFRJ, 2022b. Disponível em: <<https://gesel.ie.ufrj.br/wp-content/uploads/2022/05/observatorio-H2-06.pdf>>.
- GUERRERO, Ana Lía. Geopolitics of Global Energy Transformation and Territorial Dynamics of Energy Transition in South America. *Ambiente & Sociedade*, v. 24, p. e00263, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200026r3vu2021L4DE>.
- HYDROGEN COUNCIL. The Future of Hydrogen: Seizing today's opportunities. Junho 2019.
- HUBER, Isabelle. Germany's Hydrogen Industrial Strategy. Center for Strategic and International Studies, 28 de outubro de 2021. Disponível em <<https://www.csis.org/analysis/germanys-hydrogen-industrial-strategy>>. Acesso em 15/05/2022.

- INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). The Future of Hydrogen: Seizing today's opportunities. Paris: IEA, 2019. Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/content/publication/1e0514c4-en>>. Acesso em: 4 abr. 2022.
- INTERNATIONAL RENEWABLE ENERGY AGENCY (IRENA). A new world: the geopolitics of the energy transformation. [s.l.]: International Renewable Energy Agency, 2019. Disponível em: <<https://apo.org.au/node/220211>>. Acesso em: 3 ago. 2023.
- KAZIMIERSKI, M. A. (2021). Hidrógeno verde en Argentina ¿un nuevo orden extractivo? Revista Huellas, Volumen 25, N° 2, Instituto de Geografía, EdUNLPam: Santa Rosa. Disponível em: <http://cerac.unlpam.edu.ar/index.php/huellas>. Acesso em 09/04/2022.
- KHALAF, Péricles Inácio. Obtenção de hidrogênio, carbono nanoestruturado e gás de síntese por plasma térmico de argônio a partir da degradação de metano, biogás e água. UFSC: Florianópolis, 2009.
- KRASNER, Stephen D. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. Revista de Sociologia e Política, v. 20, p. 93–110, 2012.
- LEITE, Alexandre César Cunha; ALVES, Elia Elisa Cia; PICCHI, Livia. A cooperação multilateral climática e a promoção da agenda da transição energética no Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 54, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/70349>>. Acesso em: 9 abr. 2022.
- LINHAS de transmissão de energia conectam mais de 98% da população brasileira. G1, 17 de setembro de 2021. <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/09/17/linhas-de-transmissao-de-energia-conectam-mais-d-e-98percent-da-populacao-brasileira.ghtml>>. Acesso em 14/05/2022.
- GURLIT, WIELAND; GUILLAUMON, JOÃO; AUDE, MARCELO; et al. Hidrogênio verde: uma oportunidade de geração de riqueza com sustentabilidade, para o Brasil e o mundo. [s.l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/br/our-insights/hidrogenio-verde-uma-oportunidade-de-geracao-de-riqueza-com-sustentabilidade-para-o-brasil-e-o-mundo#>. Acesso em 16 de abril de 2022.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Programa Nacional do Hidrogênio: Proposta de Diretrizes. Abril, 2021.
- MORTIMER, ROGER, Roger. geopolitical uncertainty is a game-changer for energy transition. Disponível em: <<https://kraneshares.com/the-russian-invasion-of-ukraine-is-a-game-changer-for-energy-transition/>>.
- NAKANO, Jane. Japan's Hydrogen Industrial Strategy. 2021. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/japans-hydrogen-industrial-strategy>>. Acesso em: 3 ago. 2023.
- PINSENT MASONS. European Commission approves German hydrogen import programme H2Global. 21 de janeiro de 2022. Disponível em <<https://www.pinsentmasons.com/out-law/news/wasserstoff-eu-kommission-bewilligt-h2global#:~:text=The%20European%20Commission%20has%20granted.in%20sunny%20non-EU%20countries.>>. Acesso em 15/05/2022.
- PPOLO BLANCO, Jorge. Colonialidad múltiple en América Latina: Estructuras de dependencia, relatos de subalternidad. Latin American Research Review, v. 53, n. 1, p. 111–125, 2022. DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.243>.
- POTTMAIER, D., et. al. The Brazilian Energy Matrix: From a materials science and engineering perspective. Renewable and Sustainable Energy Reviews, vol. 19, p. 678–691, 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1364032112006776>. Acesso em 09/04/2022.

- REPowerEU: Ação Europeia Conjunta para uma energia mais acessível, segura e sustentável. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:52022DC0108&from=EN>>. Acesso em 08/05/2022.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento. Novos estudos. CEBRAP, 2008, n. 80.
- ROGELJ, Joeri; DEN ELZEN, Michel; HÖHNE, Niklas; et al. Paris Agreement climate proposals need a boost to keep warming well below 2 °C. *Nature*, v. 534, n. 7609, p. 631–639, 2016.
- Theme Report on Energy Transition: Toward the Achievement of SDG 7 and Net-Zero Emissions. New York: [s.n.], 2021. Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/2021-twg_2-062321.pdf.
- OLSSON, Giovanni; SALLES, Eduardo Baldissera Carvalho. A reconfiguração do poder e a governança global com e sem governo: Um olhar sobre novos atores. *Revista de Teorias e Filosofias do Estado*, 2015–12–06, Vol.1 (1), p.18.
- SACHS, Ignacy. Desenvolvimento incluyente, Sustentável e Sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SANTOS, Felipe Matias. Transição Energética: Enquadramento e Desafios. UFRG: Revista Videre, Dourados, MS, v.11, n.22, jul./dez. 2019. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/11217/5774>>. Acesso em 08/05/2022.
- SOUZA, Maria Cristina Oliveira; CORAZZA, Rosana Icassatti. Do Protocolo Kyoto ao Acordo de Paris: uma análise das mudanças no regime climático global a partir do estudo da evolução de perfis de emissões de gases de efeito estufa. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v.42, p.52–80, 2017.
- WHAT is the Paris Climate Agreement? UNFCCC. Disponível em <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement#:~:text=The%20Paris%20Agreement%20is%20a.compared%20to%20pre-industrial%20levels>>. Acesso em 16 de abril de 2022.
- ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). Adoção do acordo de Paris. In: [s.l.]: UNFCC, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-08/Acordo-de-Paris.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2022.
- VALENCIA-BOTERO, Mónica J.; CARDONA-ALZATE, Carlos A. Análisis del ciclo de vida para la producción de hidrógeno como combustible del futuro. *Revista Cubana de Química*, v. XXV, n. 2, p. 165–179, 2013.
- VEIGA, J. E. Para Entender o Desenvolvimento Sustentável. Editora 34: São Paulo, Brasil, 2015.

Inclusão e acessibilidade em tempos de pandemia: reflexões sobre o telejornalismo

Michele Negrini¹ - Amanda Freitas Kuhn² - Daniel Batista de Jesus da Silva³

Resumo

O presente estudo tem como objetivo realizar uma análise, a partir da perspectiva observacional (GIL, 2008), acerca da presença ou não de recursos assistivos durante a exibição de programas jornalísticos no mês de março de 2020, período que marcou a adoção das primeiras medidas restritivas por parte do poder público, visando reduzir a transmissão do vírus Sars-CoV-2, o coronavírus, no Brasil. Nos detemos mais atentamente na programação da Rede Globo e da Band, observando os programas de cunho jornalístico presentes nas grades das duas emissoras. Foi observado que uma parcela mínima dos programas jornalísticos verificados ofereceu recursos como a Janela em Libras e a Audiodescrição. A legenda oculta, obrigatória por lei, esteve em toda a programação. Ao final, entende-se que o acesso à informação durante a pandemia é essencial para a proteção de todos, mas sem a disponibilização de recursos assistivos, o acesso a conteúdos apresentados pela mídia por parte das pessoas com deficiência é prejudicado.

Palavras-chave: inclusão, acessibilidade, telejornalismo, Pandemia (COVID-19).

Abstract

The present study aims to carry out an analysis, from the observational perspective (GIL, 2008), about the presence or not of assistive resources during the exhibition of journalistic programs in March 2020, a period that marked the adoption of the first restrictive measures by the public authorities, aiming to reduce the transmission of the Sars-CoV-2 virus, the coronavirus, in Brazil. We paid more attention to the programming of Rede Globo and Band, observing the journalistic programs present in the schedules of the two stations. It was observed

¹ Universidade Federal de Pelotas - mmnegrini@yahoo.com.br.

² Universidade Federal de Pelotas

³ Universidade Federal de Pelotas

NEGRINI, Michele; KUHN, Amanda Freitas; SILVA, Daniel Batista de Jesus da. Inclusão e acessibilidade em tempos de pandemia: : reflexões sobre o telejornalismo. *ÂNDÉ : Ciências e Humanidades*, [S. l.], v. 7, n. 1, 2023. DOI:10.36942/iande.v7i1.915.

that a minimal portion of the verified journalistic programs offered resources such as Janela em Libras and Audiodescription. The closed caption, mandatory by law, was in the entire program. In the end, it is understood that access to information during the pandemic is essential for the protection of all, but without the availability of assistive resources, access to content presented by the media by people with disabilities is impaired.

Keywords: inclusion, accessibility, telejournalism, pandemic (COVID-19)

Introdução

No último dia de 2019, a China notificou a Organização Mundial da Saúde sobre a ocorrência de uma “pneumonia de causa desconhecida”⁴ na cidade de Wuhan⁵. Iniciava-se ali uma realidade que afetaria a rotina de todos, em todo o mundo. No Brasil, a confirmação do primeiro caso ocorreu em São Paulo, no dia 26 de fevereiro de 2020. Tratava-se de um homem de 61 anos com histórico de viagem para a região da Lombardia, na Itália⁶. Quase um ano depois, ao final de janeiro de 2021, o país já contava com mais de 9 milhões de pessoas infectadas com o vírus Sars-CoV-2, o novo coronavírus, causador da Covid-19. Neste mesmo período foram contabilizadas mais de 224 mil mortes⁷ decorrentes da doença, de acordo com dados do Ministério da Saúde.

Desde o início, a ocorrência de contágio pelo vírus em solo brasileiro teve ampla repercussão dos veículos de imprensa. A necessidade de permanecer em isolamento voluntário, em casa, aliada ao grande interesse da população sobre informações confiáveis referentes ao assunto, refletiu no aumento na audiência em telejornais⁸. Esse fator, somado com a relevância do tema, motivou, inclusive, a ampliação de espaços nas grades das emissoras do país com conteúdos jornalísticos, com a criação de programas voltados, especialmente, para a disseminação de informações sobre prevenção, cuidados, orientações e o panorama no país sobre o novo coronavírus, como o “Combate ao Coronavírus”⁹, exibido pela Rede Globo de 17 de março a

⁴ Informação retirada do site do Ministério da Saúde. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/#dez2019>. Acesso em: 10 jan. 2021.

⁵ Informação retirada do site da Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/12/1737542>. Acesso em: 10 de jan. 2021.

⁶ Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>. Acesso em: 10 de jan. 2021.

⁷ De acordo com a CNN Brasil, em 31 de janeiro, foram contabilizados 27.756 novos casos da doença e 559 mortes. No total acumulado, o país somava 9.204.731 casos e 224.504 mortes decorrentes da Covid-19. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/01/31/brasil-confirma-27-mil-casos-e-559-novas-mortes-por-covid-19>. Acesso em 06 de fev. 2021.

⁸ Informação presente em reportagem do jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/03/audiencia-de-telejornalismo-explode-durante-criese-do-novo-coronavirus.shtml>. Acesso em: 10 de jan. 2021.

⁹ Programa exibido de segunda a sexta, com aproximadamente 45 minutos de duração durante o período de 17 de março a 22 de maio de 2020, na faixa das 10h às 12h. Era apresentado pelo jornalista Márcio Gomes e contava com a

22 de maio de 2020. As informações disseminadas pelo programa, que contava com a participação de especialistas em saúde, demonstraram-se de grande relevância, de modo a repercutir também em sites e redes sociais. Um exemplo foi o episódio exibido em 2 de abril de 2020, quando o apresentador, o jornalista Márcio Gomes, ensinou passo a passo como fazer uma máscara de pano caseira¹⁰. Neste período, a recomendação do Ministério da Saúde era de que as máscaras cirúrgicas e outros Equipamentos de Proteção Individual (EPI) fossem deixadas para a utilização dos profissionais de saúde, pessoas doentes, casos confirmados da Covid-19 e contatos domiciliares dessas pessoas.¹¹

O amplo espaço para a veiculação de conteúdos sobre o assunto, no entanto, não se refletiu em acesso a essas informações por toda a população, considerando que a utilização de ferramentas assistivas nos produtos audiovisuais não estiveram presentes em parte da programação televisiva o que, na prática, faz com que uma grande parcela dos brasileiros não recebesse esses conteúdos de modo acessível. Deve-se considerar o grande potencial de alcance presente na televisão, aparelho que no ano de 2019 estava presente em 96,3% dos domicílios particulares brasileiros, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (IBGE, 2021).

De acordo com dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estimativa é de que mais de 45,6 milhões de brasileiros tenham algum grau de dificuldade em atividades como enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus ou possuem deficiência mental/intelectual¹². Nessa parcela, de quase 24% da população brasileira, 6 milhões de pessoas tinham grande dificuldade em enxergar e 506 mil não conseguiam de modo algum, totalizando 6,5 milhões de brasileiros com deficiência visual. As pessoas com deficiência auditiva eram estimadas em mais de 2,1 milhões, com 344.206 não conseguindo ouvir de modo algum. Outros 2,6 milhões de pessoas também tinham deficiência mental ou intelectual. Nesse sentido, este artigo visa analisar, através do método observacional (GIL, 2008), a utilização de recursos assistivos, como audiodescrição, legenda oculta, janela em Libras, durante a programação informativa jornalística de emissoras de televisão brasileiras referente à pandemia de Coronavírus por meio de um levantamento realizado referente ao mês de março de 2020.

participação de especialistas na área de saúde. Com informações sobre a evolução da pandemia no Brasil e no mundo. Intercalava reportagens, entradas ao vivo e solução de dúvidas dos telespectadores.

¹⁰ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8451502/>. Acesso em: 09 fev 2021.

¹¹ A orientação tinha como intuito evitar um desabastecimento dos materiais. A utilização de máscaras faciais descartáveis era recomendada para profissionais de saúde, cuidadores de idosos, mães que estão amamentando e pessoas com o diagnóstico do coronavírus. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/saude-anuncia-orientacoes-para-evitar-a-disseminacao-do-coronavirus>. Acesso em: 25 fev. 2021.

¹² Números do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>. Acesso em: 10 de jan. 2021.

Inclusão e acessibilidade

A Pesquisa Nacional de Saúde¹³ (PNS), realizada em 2013, pelo IBGE em convênio com o Ministério da Saúde, mostrou que 6,2% dos brasileiros possuíam alguma deficiência (visual, auditiva, intelectual e física) e a mais significativa foi a visual, representando 3,6% da população brasileira.

Com uma luta constante por mais direitos, houve um importante avanço em agosto de 2009, quando a Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência foi promulgada no Brasil. O texto, que havia sido aprovado pelo Congresso Nacional em 2008, foi assinado em 2007 por mais de 50 países, visando a equiparação de direitos e a proibição da discriminação de quem tem alguma deficiência¹⁴. Entre as obrigações gerais aos países, previstas no artigo 4 do documento, está a promoção do desenho universal¹⁵ em produtos, serviços, equipamentos e instalações, minimizando as adaptações. O Artigo 9 trata da acessibilidade e aponta que:

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação [...]. (BRASIL, 2009, s/p)

De forma mais específica, o artigo 21 refere-se à liberdade de expressão e de opinião e o acesso a informações. Nesse sentido, os Estados partes devem tomar medidas para assegurar:

Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;” e “ Incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela Internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência;” (BRASIL, 2009, s/p)

Em 2015, foi instaurada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), com o objetivo de promover a igualdade e acessibilidade de pessoas com deficiência perante a sociedade, o que inclui o acesso à informação e à cultura. O Artigo 67 diz que:

¹³ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>. Acesso em: 02 de jan. 2021.

¹⁴ Notícia divulgada na seção de notícias do site das Nações Unidas. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2007/03/1268991-mais-de-50-paises-assinam-convencao-sobre-pessoas-com-deficiencias>. Acesso em: 25 fev. 2021.

¹⁵ O artigo 3º, inciso II, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, diz que desenho universal é: “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 25 fev. 2021.

os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:

I - subtítuloção por meio de legenda oculta;

II - janela com intérprete da Libras;

III - audiodescrição. (BRASIL, 2015, s/p)

No entanto, o Brasil ainda está atrasado na questão da acessibilidade das informações disponibilizadas nos veículos de comunicação. Na TV, a atual obrigação das emissoras abertas é de disponibilizar apenas 20 horas semanais de programação com audiodescrição, conforme a Portaria nº 188, de 25 de março de 2010 do Ministério das Comunicações, que define a audiodescrição como:

Audiodescrição: é a narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão desta por pessoas com deficiência visual e intelectual. (ANATEL, 2019, s/p).

O recurso é fundamental para a compreensão do que está passando na tela para pessoas com deficiência visual, já que o audiodescritor descreve detalhadamente ambientes, cores, movimentos e ações dos conteúdos que estão sendo transmitidos. Tal função pode ser acessada pelo controle remoto, por meio da tecla “SAP”, ou nas configurações de áudio da televisão. Mais do que isso, a audiodescrição auxilia na percepção de elementos visuais.

[...] a audiodescrição desperta novas sensações e recupera informações que ficam perdidas quando o recurso de acessibilidade não é utilizado nos gêneros televisivos. O recurso facilita o entendimento do que está sendo transmitido e principalmente o conhecimento das cenas onde as reportagens, entrevistas de estúdio, novelas, etc, são gravadas. O recurso torna mais acessível as informações transmitidas de maneira essencialmente visual. (SCORALICK, 2017, p.28)

A janela de Libras é definida como o “espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)” (ANATEL, 2019, s/p). Esse recurso amplifica o acesso ao conteúdo que está sendo exibido, porém, atualmente, é obrigatório somente em programas da propaganda político-partidária e eleitoral, bem como em campanhas institucionais e informativas de utilidade pública. Nos programas que contam com o recurso, ele está disponível nativamente, não sendo possível desativá-lo. Segundo Skliar (1997):

A língua de sinais permitirá que os surdos constituam uma comunidade linguística diferente, e não que sejam vistos como um desvio da normalidade. Mas ela ainda é utilizada por um grupo muito restrito, os quais vivem em desvantagem social, de desigualdade e que participam limitadamente na vida da sociedade majoritária. Apesar de muitas pesquisas demonstrarem que a língua de sinais cumpre com as funções traçadas para as línguas naturais, ela é muito desvalorizada. (SKLIAR, 1997, p. 141)

Figura 1- janela em Libras durante a programação da TV Câmara



Fonte: divulgação/Agência Câmara.

A legenda oculta é definida como a “transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que não podem ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva.” (ANATEL, 2019, s/p). Desde 2017 esse recurso é obrigatório em toda a programação veiculada pelas transmissoras e retransmissoras. A função pode ser ativada pelos telespectadores diretamente pelo controle remoto, por meio do botão “closed caption”, ou nas configurações dos dispositivos. De acordo com Nascimento (2017, p. 564), a legendagem é um tipo de tradução audiovisual (TAV) e pode ser interlinguística, quando as falas são traduzidas para um outro idioma por meio de um código escrito, ou intralinguística, que “transfere do oral para o escrito dentro de um mesmo código linguístico e tem como público alvo sujeitos surdos e ensurdecidos”, chamada, também, de Legendagem para Surdos e Ensurdecidos (LSE). A autora segue, apontando que a LSE possui a identificação de quem está falando e traduz músicas e efeitos sonoros. “A identificação dos

falantes é importante, pois muitas vezes os espectadores surdos não conseguem inferir a troca de turno de fala somente pela imagem”. (NASCIMENTO, 2017, p. 564)

Figura 2- Legenda oculta ativada durante o Jornal Nacional, da TV Globo.



Fonte: Reprodução/TV Globo

Tais recursos ampliam o acesso aos conteúdos que estão sendo exibidos em tela, porém somente são disponibilizados quando há a obrigatoriedade por lei ou em algumas pautas nas quais o foco é a acessibilidade ou inclusão. Um desses exemplos foi a série de reportagens exibidas no ano de 2018 pelo Jornal do Almoço, da RBS TV, durante o reality show “Desafio Farroupilha”¹⁶. O tema da edição era a inclusão de pessoas com deficiência visual no tradicionalismo gaúcho e os cinco capítulos foram exibidos em TV aberta com janela de Libras e audiodescrição, além da legenda oculta, que já é disponibilizada.

A adoção desses recursos nas programações, no entanto, é pequena, sendo efetuada em grande maioria por meio de filmes e desenhos, ou seja, essas ferramentas estão disponíveis somente em programas de entretenimento, deixando a programação informativa inacessível.

Apesar do estágio atual, há iniciativas para a ampliação do acesso à informação para as pessoas com deficiência. O Projeto de Lei 4578/20, de autoria da deputada federal Tereza Nelma (PSDB - AL), obriga a inserção da janela em Libras em todos os programas noticiosos de emissoras de televisão e também em peças de publicidade e propaganda governamentais, programas institucionais de entidades da administração direta e indireta da União e dos outros entes federativos. O descumprimento poderia ser considerado ato de improbidade

¹⁶ O Desafio Farroupilha é um quadro exibido anualmente dentro do Jornal do Almoço, noticiário da faixa das 12h, exibido pela RBS TV, afiliada da Globo no Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/rs/rbstvrs/noticia/rbs-tv-exibe-video-com-audiodescricao-para-divulgar-nova-temporada-do-desafio-farroupilha.ghtml>. Acesso em: 16 fev. 2021.

administrativa ou crime de responsabilidade, conforme a Agência Câmara de Notícias.¹⁷ A proposta está em tramitação na Câmara dos Deputados.

Portanto, a restrição dos recursos promove uma separação e desigualdade no acesso aos conteúdos exibidos na televisão, independente do gênero do que é veiculado. Uma maior amplitude na disponibilização dessas ferramentas seria, também, contribuir para a formação de uma sociedade mais igualitária, de modo a proporcionar o acesso às mesmas informações por todos.

Uma das formas de possibilitar a construção de espaços acessíveis é permitir aos sujeitos o acesso à informação, seja de maneira oral, escrita ou gesto-corporal. A AD então é a possibilidade de permitir às pessoas, com limitação visual ou múltiplas deficiências, a frequentarem os mesmos espaços que os indivíduos sem necessidades especiais. (SOUSA, 2017, p. 36)

Ao invés de ser vista como a execução de uma assistência, um favor, a produção, desenvolvimento, e disponibilização de formas mais igualitárias de acesso aos conteúdos é um ato cidadão, em prol do benefício de todos, sem que haja distinção por quaisquer que sejam as características.

[...] a função da política de inclusão efetiva-se quando somos capazes de enxergar o ser humano e não apenas a deficiência. No cumprimento de deveres éticos e humanitários comuns à experiência cidadã, o sujeito com alguma limitação não deseja ser visto pela sociedade como um ser dependente, mas como um cidadão com direitos iguais aos mesmos bens culturais. (SOUSA, 2017, p. 36)

Ou seja, o acesso aos recursos acessíveis no telejornalismo é mais do que um direito das pessoas com deficiência, é um dever do Estado, do jornalismo e da sociedade, como forma de evoluir para uma humanidade mais igualitária e justa.

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO TELEJORNALISMO

Em 24 de março de 2010, a publicação da Portaria n° 188¹⁸ determinava que todas as emissoras de televisão aberta do país deveriam cumprir 20 horas semanais de programação com AD, entre às 6 e às 2 horas, até o dia 1° de julho de 2020. Esse número de horas obrigatórias com o recurso não é o suficiente nem o ideal para garantir a inclusão de pessoas com deficiência. Segundo Scoralick:

¹⁷ Notícia sobre o projeto de lei publicada pela Agência Câmara Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/693519-projeto-obriga-emissoras-de-tv-a-ter-janela-com-interprete-de-libras-em-noticiarios/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

¹⁸ Disponível em: <https://www.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/443-portaria-188> Acesso em: 02 de jan. 2021.

O novo paradigma do modelo social da deficiência com base nos direitos humanos determina que a deficiência não está na pessoa como um problema a ser curado, e sim nas barreiras que são impostas às pessoas, e que agravam uma determinada limitação funcional. Portanto, o que é importante para garantir o direito à informação das pessoas com deficiência visual é que a TV seja acessível, compreendendo que a acessibilidade é, de fato, um direito a ter direitos. (SCORALICK, 2017, p. 49.)

A emissora de maior audiência no país¹⁹, a Rede Globo, conta com 22 horas semanais de programação com AD, que está presente nos seguintes programas: Sessão da Tarde, Tela Quente, Supercine, Temperatura Máxima, Domingo Maior, Encontro, Como Será?, e Esporte Espetacular. Como já falado, durante a pandemia, a emissora exibiu o programa “Combate ao Coronavírus”, entre 17 de março e 22 de maio de 2020, com as opções de legendas ocultas e audiodescrição disponíveis para os telespectadores. Nenhum outro programa de jornalismo apresentado pela emissora disponibiliza AD, exceto, em alguns casos, quando a pauta é acessibilidade.

A Record TV conta com 28 horas de programação semanal com audiodescrição disponível, no entanto, nenhum programa jornalístico da emissora conta com o recurso, de acordo com a programação da emissora disponibilizada online. A AD está disponível no programa de entretenimento “Hoje em Dia”, nas novelas “Gênesis” e “Topíssima”, e nos filmes oferecidos aos finais de semana nos programas “Cine Aventura”, “Cine Maior” e “Tela Máxima”²⁰.

No SBT, somente 3 programas apresentam AD (nenhum de jornalismo), o programa “Lassie”, de 20 minutos, o programa infantil “As Aventuras de Rin Tin Tin”, de 20 minutos, e a série “Thundermans”, de duração de 2 horas e 15 minutos, totalizando apenas 4 horas e 55 minutos de programação com audiodescrição oferecida pela emissora, ou seja, abaixo do tempo estipulado pela Portaria n° 188, de 24 de março de 2010, da Anatel, que, como já citado antes, determina a exibição de, no mínimo, 20 horas semanais de programação com AD desde o dia 1° de julho de 2020.

Nos sites das emissoras Band e Rede TV! não é possível encontrar informações sobre audiodescrição, Libras ou legendas ocultas oferecidas na programação. Não há indicações sobre a presença de programas com janela em Libras nas emissoras acima citadas. A exceção é a TV

¹⁹ De acordo com Kantar Ibope Media, a Rede Globo é a maior audiência do país, segundo dados semanais com a audiência das emissoras de televisão abertas no Brasil disponíveis no site da Kantar. A Record TV está em 2° lugar e o SBT em 3°. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-pracas-regulares-com-base-no-ranking-consolidado-15-02-a-21-02-2021/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

²⁰ As horas contabilizadas de programas com audiodescrição foram somadas de acordo com os programas da emissora que oferecem o recurso. No site da Record é possível encontrar quais programas contêm audiodescrição e a duração de cada programa. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/programacao>. Acesso em: 22 fev. 2021.

Cultura que, ao final de 2019, ofereceria²¹ 20 horas semanais de janela em Libras, com as gravações e os pacotes gráficos respeitando a inserção do espaço destinado ao recurso nos televisores. Além disso, são disponibilizadas 28 horas de programação semanal com audiodescrição e 24 horas diárias em legenda oculta. A emissora possui um novo Núcleo de Acessibilidade, desde dezembro de 2019, com estrutura para a produção de recursos assistivos para a programação da emissora e para demanda externa. Os dois telejornais diários da emissora²² contam com a legenda oculta, janela em Libras. A audiodescrição não estava disponível nos jornais analisados e encontrados na internet. Sobre o acesso à televisão, Scoralick afirma que:

O acesso à TV não é uma necessidade, mas um desejo ligado ao campo simbólico. Ter acesso a isso representa estar incluído socialmente nesta esfera, tendo o direito de experimentar e selecionar suas preferências de lazer. Lembrando que para desenvolver o gosto por acompanhar os programas que são exibidos é preciso que a TV seja acessível, que a emissora estimule esse público oferecendo a ele o recurso de audiodescrição. (SCORALICK, 2017, p. 171)

Em virtude das informações acima, é possível perceber que a acessibilidade ainda está longe de ser prioridade no telejornalismo brasileiro, com poucas exceções, como no caso da TV Cultura. A audiodescrição, assim como o uso de legendas ocultas e a janela de Libras, devem ser assuntos discutidos e estudados desde a faculdade de jornalismo e, numa visão mais ampla, desde a vida escolar.

A AD, no contexto da escola inclusiva, possibilita que todos tenham a mesma ou similar compreensão do conhecimento produzido nas propostas de aprendizagem. Escola e inclusão não são vertentes diferentes, e sim contextos e ações a serviço da prática cidadã como direito de todos, já que a instituição escolar refaz sua prática pela diversidade e pela necessidade dos sujeitos atendidos com dignidade. (SOUSA, 2017, p.3)

Atualmente, existem 116 teses e dissertações sobre audiodescrição no Brasil, segundo o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES²³ (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A Universidade Federal do Ceará (UFC) é a universidade com o maior número de trabalhos, com 31 teses e dissertações. Apenas outras quatro universidades no país possuem pesquisas sobre o tema: Universidade Federal da Bahia (UFBA), com 10 trabalhos, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com 6 trabalhos, Universidade Federal

²¹ Informação retirada do site da TV Cultura. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/966_tv-cultura-inaugura-nucleo-de-acessibilidade-com-homenagem-a-ziraldo.html. Acesso em: 22 fev. 2021.

²² O Jornal da Tarde é exibido de segunda à sexta, com início às 12h. O Jornal da Cultura é exibido de segunda a sábado, com início às 21h15.

²³ Pesquisa realizada no portal da CAPES no dia 23/02/2021.

da Grande Dourados (UFGD), também com 6 trabalhos, e a Universidade de Brasília com 5 trabalhos. Em 2017, segundo Scoralick (2017), eram apenas 53 teses e dissertações registradas no portal da CAPES. O número mais que dobrou nos últimos 3 anos, apesar de ainda ser uma quantidade baixa de pesquisas, em virtude do grande número de universidades e faculdades espalhadas pelo país. Especificamente sobre telejornalismo e audiodescrição, foram encontrados apenas 2 trabalhos sobre o tema.

Além dos trabalhos citados encontrados na biblioteca da CAPES, há o projeto de pesquisa “Audiodescrição a Partir dos Estudos Culturais”, da professora Michele Negrini, realizado no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em desenvolvimento desde 2019 até 2023. Outro trabalho importante feito na UFPEL é o da professora do Centro de Letras e Comunicação, Marisa Desgasperi, com a pesquisa “Consciência Visual: mais um degrau nos estudos de audiodescrição”, com início em 2020, em atuação até 2022. A professora já realizou trabalhos anteriores sobre audiodescrição, como o projeto de extensão “Cursos de Audiodescrição e Capacitações”, com atuação de 2017 a 2018.

Esses números reforçam a importância de discutir a questão da acessibilidade no telejornalismo e no jornalismo de forma geral, desde o início da vida acadêmica, para que os aprendizados e experiências na universidade sejam levados para o âmbito profissional no futuro e a acessibilidade seja um fator importante nos telejornais.

Deve-se considerar, ainda, o fato de que no telejornalismo a adequação e junção de imagens e texto é considerada por jornalistas na produção das reportagens veiculadas. Paternostro já dizia que “só se faz TV com imagem” (p.72).

Não podemos escrever uma palavra que seja ignorando as imagens, sem conhecer as imagens. Temos que levar em conta que estamos trabalhando primordialmente com a imagem. Sem ela estaremos fazendo rádio, revista ou jornal. A imagem é parte da natureza da TV, e em telejornalismo precisamos casar imagem e informação (PATERNOSTRO, 1999, p.73)

Em linha semelhante, Sclarick (2017) aponta que, no telejornalismo, imagem e som devem ser complementares e cita Becker (2005), apontando que, na televisão, a imagem atua com as palavras “para favorecer a compreensão, mas não basta ver, é preciso que alguém nos diga o que estamos vendo. O texto falado conduz e alinha as imagens, som, ruídos, gráficos e vinhetas” (BECKER, 2005, p. 71 apud SCORALICK, 2017, p. 90). No entanto, a autora aponta que há diferenças entre o que é dito pelo repórter e o trabalho efetuado com a audiodescrição.

Ao contrário do telejornalismo que a dinâmica texto/imagem deve ser compatível, na AD a regra fundamental é “descreva o que você vê”, o que seria

uma redundância em telejornalismo, segundo avaliação de Paternostro (SCORALICK, 2017, p. 90).

A audiodescrição, portanto, atuaria como ferramenta facilitadora deste elemento. Descrever as imagens seria mais do que a adição de detalhes ao conteúdo que está sendo narrado pela repórter, revelando aspectos importantes do conteúdo exibido e agregando informações que podem subsidiar a formação de uma opinião ou posição sobre determinado acontecimento.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E ANALÍTICAS

A metodologia aplicada neste estudo é o método observacional, com o intuito de verificar a presença ou não dos recursos assistivos na programação jornalística de emissoras de televisão durante o período de início do agravamento da pandemia do novo coronavírus no Brasil. Vamos nos focar especificamente na Rede Globo e na Band²⁴. Conforme Gil (2008, p.15), o método observacional está entre aqueles que “têm por objetivo proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais”.²⁵ Para tal consulta, foram observadas as íntegras dos programas disponibilizados na plataforma de streaming Globoplay²⁶, para os telejornais da TV Globo e na página da Band destinada ao jornalismo no Youtube²⁷. Para análise da presença ou não dos recursos foram observados a presença de sinais sonoros ou visuais, que indicassem, para o público, tal disponibilidade.

²⁴ Tomamos as duas emissoras para estudo em virtude delas disponibilizarem acesso aos programas veiculados no início da pandemia, na plataforma Globoplay, no caso da Globo, e no YouTube, no caso da Band.

²⁵ Para Gil (2008, p. 16): “O método observacional é um dos mais utilizados nas ciências sociais e apresenta alguns aspectos curiosos, por outro lado, pode ser considerado como o mais primitivo, e conseqüentemente o mais impreciso. Mas, por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos, visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais. Tanto é que em Psicologia os procedimentos de observação são frequentemente estudados como próximos aos procedimentos experimentais. Nestes casos, o método observacional difere do experimental em apenas um aspecto: nos experimentos o cientista torna providências para que alguma coisa ocorra, a fim de observar o que se segue, ao passo que no estudo por observação apenas observa algo que acontece ou já aconteceu”.

²⁶ Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com>. Acesso em: 15 fev. 2021.

²⁷ Band Jornalismo. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCoa-D_VfMkFrCYodrOC9-mA. Acesso em: 10 mar. 2021.

GLOBO

Tabela 1 – observação da presença de acessibilidade na programação da Rede Globo.

TV Globo (23 à 27 de março) ²⁸				
Programa Jornalístico	Horário de exibição	Audiodescrição	Janela em Libras	Legenda Oculta
Hora 1	4h às 6h	Não disponibilizou	Não disponibilizou	Disponibilizou
Bom dia (regional)	6h às 8	Não disponibilizou	Não disponibilizou	Disponibilizou
Bom dia Brasil	8h30 às 10h	Não disponibilizou	Não disponibilizou	Disponibilizou
Combate ao Coronavírus	10h às 12h	Disponibilizou	Não disponibilizou	Disponibilizou
Jornal Local - 1ª edição	12h às 13h25	Não disponibilizou	Não disponibilizou	Disponibilizou
Jornal Hoje	13h25 às 15h	Não disponibilizou	Não disponibilizou	Disponibilizou
Jornal Local - 2ª edição	19h05 às 19h35	Não disponibilizou	Não disponibilizou	Disponibilizou
Jornal Nacional	20h30 às 21h26	Não disponibilizou	Não disponibilizou	Disponibilizou
Jornal da Globo	00h54 às 01h35 ²⁹	Não disponibilizou	Não disponibilizou	Disponibilizou

Fonte: observação realizada pelos autores.

Ao observar a tabela acima, é possível notar que o único programa com AD disponível no período analisado foi o programa “Combate ao Coronavírus”, especial oferecido pela Rede Globo sobre a pandemia. No entanto, o programa não disponibilizou a janela de Libras. A legenda oculta foi disponibilizada.

Nenhum outro programa de jornalismo teve o recurso de AD disponível no período de 23 a 27 de março de 2020. Atualmente, também não há audiodescrição em nenhum telejornal na

²⁸ Disponível em: <https://imprensa.globo.com/programacao-semanal/grade-de-programacao/119/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

²⁹ O horário de exibição e a duração do telejornal variam conforme o dia em que será veiculado.

emissora, mas a legenda oculta, recurso disponível para pessoas com deficiência auditiva, está disponível em todos os programas. Em contrapartida, a janela de Libras não foi oferecida em nenhum dos programas de jornalismo no período analisado.

A partir das informações da tabela, nota-se que as pessoas com deficiência visual não tiveram o seu direito fundamental de acesso à informação respeitado, já que somente um programa de jornalismo disponibilizou AD. Também, as pessoas com deficiência auditiva não tiveram acesso ao conteúdo em Libras, mesmo que esta seja reconhecida como meio legal de comunicação e expressão pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Desse modo, aqueles que não conseguem realizar a leitura em língua portuguesa não receberam as informações divulgadas pelos telejornais, o que limita os direitos assegurados por lei e, no contexto da pandemia, também afeta diretamente à saúde, restringindo o acesso à informação sobre prevenção e cuidados necessários para evitar o contágio pelo coronavírus em um contexto de alta disseminação em território nacional. Segundo Scoralick:

A AD recupera, sim, várias informações que ficam perdidas quando o recurso não é utilizado nos mais variados gêneros televisivos. Desde o nome do entrevistado aos trajés e características físicas dos apresentadores e convidados, na movimentação de cena no estúdio e em sobe som de reportagens, assim como é fundamental a AD das vinhetas e de lettering que é utilizado em alguns programas. Informações que para nós, videntes, em muitos momentos passam despercebidas e, no entanto, despertam a curiosidade das pessoas com deficiência visual. (SCORALICK, 2017, p.166)

O programa sobre o coronavírus ofereceu a audiodescrição, no entanto, as pessoas com deficiência visual, assim como com deficiência auditiva, têm o direito de olhar, ver e escutar os jornais sem “perder” nenhuma informação e sem precisar de ninguém para dizer o que está sendo passando na televisão. Os recursos de acessibilidade são essenciais para o total entendimento do que está sendo passado na TV e ao não disponibilizá-los para o público, a emissora está negando o acesso de uma parcela da sociedade.

Com a adoção de tal postura, a emissora cumpre com a legislação em vigor, mas descumpre com a função social como veículo de comunicação responsável pela disseminação de informações para todos. Além disso, a ausência desses recursos em outros conteúdos disponibilizados pela emissora, juntamente com os programas jornalísticos, é responsável por acentuar, ainda mais, a desigualdade na inclusão social e na garantia de uma sociedade acessível.

Cabe ressaltar, no entanto, a iniciativa em adotar a audiodescrição no programa “Combate ao Coronavírus”, tendo em vista a relevância de informações sobre a pandemia de Covid-19. Nesse sentido, a disponibilização de conteúdos como medidas de prevenção de contágio, sobre

as restrições impostas por municípios, estados ou pela União, além da situação do país no enfrentamento da doença.

BAND

Em 16 de março de 2020, dois telejornais estrearam a programação da Band, o “1º Jornal”, com início às 3h45, e o “Bora Brasil”, na faixa das 8h às 9h. Dessa forma, o jornalismo da emissora conta, em São Paulo, com o 1º Jornal, Bora SP, Bora Brasil, Brasil Urgente, Jornal da Band, Band Notícias e o Jornal da Noite.

Para este estudo, a programação veiculada para a região da cidade de São Paulo foi escolhida pela disponibilidade da íntegra dos conteúdos na página da emissora no Youtube.

Tabela 2 – observação da presença de acessibilidade na programação da Band.

Band (23 a 27 de março)				
Programa jornalístico	Horário de exibição	Audiodescrição	Janela em Libras	Legenda oculta
1º Jornal	3h45 às 6h	Não disponibilizou	Não disponibilizou	Disponibilizou
Bora SP	6h às 7h30	Não disponibilizou	Não disponibilizou	Disponibilizou
Bora Brasil	7h30 às 9h	Não disponibilizou	Não disponibilizou	Disponibilizou
Brasil Urgente	16h às 19h20	Não disponibilizou	Não disponibilizou	Disponibilizou
Jornal da Band	19h20 às 20h25	Não disponibilizou	Não disponibilizou	Disponibilizou
Band Notícias	22h às 22h45	Não disponibilizou	Não disponibilizou	Disponibilizou
Jornal da Noite	00h35 às 1h10	Não disponibilizou	Não disponibilizou	Disponibilizou

Fonte: observação realizada pelos autores.

Como visto na programação da TV Globo, todos os programas observados contaram com o recurso de Legenda Oculta disponível, seguindo a determinação vigente, que demanda o recurso na integralidade da programação. Entretanto, a audiodescrição e a janela em Libras não

estiveram presentes durante o período analisado, de acordo com a indicação de disponibilidade do recurso.

Nesse sentido, apesar da grande quantidade de horas dedicadas ao jornalismo e à disseminação de informações, nem todos puderam ter acesso aos conteúdos divulgados no período analisado neste estudo. Pessoas com deficiência visual, por exemplo, não contaram com o auxílio da audiodescrição para o entendimento do que estava sendo exibido, principalmente em relação às informações essenciais sobre a pandemia, medidas e cuidados de prevenção entre outros tópicos de grande relevância neste contexto. Uma das medidas recomendadas por autoridades de saúde para evitar o contágio pelo coronavírus, por exemplo, é a lavagem das mãos. No entanto, essa ação deve ser realizada de forma correta, de modo que toda a extensão seja higienizada, com duração entre 20 a 25 segundos. Sem a audiodescrição, no entanto, essa informação poderia não ser transmitida de modo adequado, visto que a ilustração do modo correto da higienização não seria divulgada.

De modo semelhante, a ausência da janela em Libras promove um obstáculo às pessoas surdas que não têm conhecimento na Língua Portuguesa, como já citado anteriormente na análise referente à TV Globo.

A falta dessas ferramentas de acessibilidade na programação de jornalismo da Band mostra que a emissora está falhando em seu dever de informar a todos, sem exceção, pois pessoas com deficiência, independente de qual, são cidadãos e merecem e devem ter seus direitos respeitados, como o acesso à informação, principalmente no momento em que estamos enfrentando uma pandemia, e medidas de prevenção e restrição estão sendo transmitidas diariamente pela televisão, e falta de algum detalhe pode causar risco a saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto acima, as duas emissoras analisadas, Rede Globo e Band não ofereceram as ferramentas de acessibilidade de forma satisfatória e necessária. A Rede Globo disponibilizou audiodescrição somente no programa “Combate ao Coronavírus”. A legenda oculta foi disponibilizada em toda a programação. No entanto, a Janela em Libras não foi oferecida em nenhum programa. Na Band, nenhum programa ofereceu audiodescrição ou Janela em Libras. Já a legenda oculta foi disponibilizada em toda a programação.

A acessibilidade é um fator essencial para garantir a igualdade na sociedade. O acesso à informação é um direito de todos e a acessibilidade deve ser um fator presente em todas as esferas de comunicação, inclusive no telejornalismo. É possível fazer um telejornalismo acessível, com os recursos de audiodescrição, janela de Libras e legendas ocultas, se houver

interesse pelas emissoras televisivas, fiscalização e aplicação das leis de acessibilidade, e aprendizado dos recursos de acessibilidade desde a faculdade de jornalismo. Segundo Scoralick (2017, p.166):

A AD recupera, sim, várias informações que ficam perdidas quando o recurso não é utilizado nos mais variados gêneros televisivos. Desde o nome do entrevistado aos trajés e características físicas dos apresentadores e convidados, na movimentação de cena no estúdio e em sobe som de reportagens, assim como é fundamental a AD das vinhetas e de lettering que é utilizado em alguns programas. Informações que para nós, videntes, em muitos momentos passam despercebidas e, no entanto, despertam a curiosidade das pessoas com deficiência visual.

Diante das informações obtidas no presente artigo, somente um programa jornalístico televisivo teve AD em ambas as emissoras analisadas, durante o período verificado, ou seja, a televisão brasileira ainda é excludente e quando existem os recursos disponíveis, é somente para cumprir a lei. Deve-se haver uma mudança de postura diante das emissoras, para que o jornalismo e a informação sejam acessíveis a todos.

Ainda hoje, o número de horas com AD previstos por lei não supre a necessidade da população brasileira, que deve e quer ter acesso a uma programação acessível, com AD, legendas ocultas e janela de Libras. É um direito e um dever do jornalismo disponibilizar os recursos de acessibilidade, já que é comprovado que eles facilitam a compreensão do conteúdo televisivo. Essas ferramentas devem ser disponibilizadas para o público, cada vez mais, urgentemente.

Um telejornalismo sem acessibilidade, durante a pandemia por exemplo, causa uma falta de informações que são extremamente necessárias para sobreviver, e que normalmente são exemplificadas por imagens, como por exemplo, como lavar as mãos corretamente. Sem os recursos de acessibilidade, as pessoas com deficiência não recebem essas informações corretamente, correndo riscos de se contaminarem, por não receberem todo o conteúdo detalhado e explicado, ou seja, mais uma vez, as ferramentas acessíveis são indispensáveis.

É imprescindível a disponibilização de ferramentas acessíveis no telejornalismo para o público. Um telejornalismo sem acessibilidade implica na exclusão de uma parcela muito grande da sociedade brasileira, que já sofre diariamente com o preconceito e a exclusão na vida cotidiana. Um telejornalismo inclusivo torna a sociedade mais inclusiva e torna as pessoas com deficiência uma parte de um todo, de telespectadores e cidadãos, com direito de se informar e se entreter pela televisão.

Referências bibliográficas

- ANATEL. Portaria nº 1709, de 04 de setembro de 2019. Aprova o Procedimento de Fiscalização de Radiovideometria. Disponível em: <https://www.anatel.gov.br/legislacao/procedimentos-de-fiscalizacao/1346-portaria-1709#item4.1>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- ANATEL. PORTARIA Nº 188, de 24 de março de 2010. Altera a redação da Norma Complementar nº 01/2006 – Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, aprovada pela Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/443-portaria-188>. Acesso em: 02 jan. 2021.
- ASCOM SE/UNA-SUS. Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença. UNA-SUS, 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>. Acesso em 10 jan. 2021.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25 fev. de 2021.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 25 fev. de 2021.
- BRASIL. Decreto Nº 6.949, De 25 De Agosto De 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 18 fev. 2021.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020. Projeto obriga emissoras de TV a ter janela com intérprete de Libras em noticiários. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/693519-projeto-obriga-emissoras-de-tv-a-ter-janela-com-intereprete-de-libras-em-noticiarios/>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- GLOBOPLAY. COMBATE AO CORONAVÍRUS. Márcio Gomes explica como é fácil fazer uma máscara de pano. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8451502/>. Acesso em: 09 fev. 2021.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. Site de Imprensa, c2021. Grade de Programação. Disponível em: <https://imprensa.globo.com/programacao-semanal/grade-de-programacao/119/>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. GLOBOPLAY, 2021. Página Inicial. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- GOVERNO FEDERAL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020. Linha do tempo coronavírus. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/#dez2019>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- GOVERNO FEDERAL, 2020. Saúde anuncia orientações para evitar a disseminação do coronavírus. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/saude-anuncia-orientacoes-para-evitar-a-disseminacao-do-coronavirus>. Acesso em: 25 fev. 2021.

- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [s.d.]. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019. IBGE, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.
- IBGE. PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE: 2013: ciclos de vida : Brasil e grandes regiões / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2015. 92 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2021.
- KANTAR. KANTAR IBOPE MEDIA, 2021. Audiência TV 15 Mercados 23/02/2021. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-pracas-regulares-com-base-no-ranking-consolidado-15-02-a-21-02-2021/>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- MACHADO, Flávia Oliveira. Acessibilidade na televisão digital: estudo para uma política de audiodescrição na televisão brasileira. 01/03/2011. 181 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em televisão digital: informação e conhecimento. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Bauru, São Paulo, 2011.
- NASCIMENTO, Ana Katarinna Pessoa do. Traduzindo sons em palavras nas legendas para surdos e ensurdecidos: uma abordagem com linguística de corpus. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 56, p. 561-587, 2017.
- ONU NEWS, 2020. OMS emite mensagem um ano após notificação do novo coronavírus na China. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/12/1737542>. Acesso em 10 jan. 2021.
- ONU NEWS, 2007. Mais de 50 países assinam convenção sobre pessoas com deficiências. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2007/03/1268991-mais-de-50-paises-assinam-convencao-sobre-pessoas-com-deficiencias>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- PADIGLIONE, Cristina. Audiência de telejornalismo explode durante crise do novo coronavírus. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 de mar. de 2020. Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/03/audiencia-de-telejornalismo-explode-durante-crise-do-novo-coronavirus.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- PATERNOSTRO, Vera. O texto na TV: manual de telejornalismo. Editora Campus, 1999.
- RBS TV, 2018. RBS TV exibe vídeo com audiodescrição para divulgar nova temporada do Desafio Farroupilha. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/rs/rbstvrs/noticia/rbs-tv-exibe-video-com-audiodescricao-para-divulgar-nova-temporada-do-desafio-farroupilha.ghtml>. Acesso em: 16 fev. 2021.
- RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A. Record TV, 2021. Programação. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/programacao>. Acesso em: 25 fev. 2021
- ROSA, André. Brasil registra 1,5 milhão de casos e 29,5 mil mortes por Covid-19 em janeiro. CNN Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/01/31/brasil-confirma-27-mil-casos-e-559-novas-mortes-por-covid-19>. Acesso em 10 jan. 2021.

SCORALICK, K. Por uma TV acessível: a audiodescrição e as pessoas com deficiência visual. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/site/download.php?arquivo=upload/tese_kscoralick_2017.pdf. Acesso em: 17 de fev. 2021.

SKLIAR, Carlos (org.). Educação & Exclusão: abordagens sócio-antropológica em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOUSA, Ivan Vale de. Audiodescrição: o que é? Como se faz?. Revista EDaPECI, v. 17, n. 3, p. 34-45, set./dez. 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6711168>. Acesso em: 25 jun. 2021.

TV CULTURA, 2019. TV Cultura inaugura núcleo de acessibilidade com homenagem a Ziraldo. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/966_tv-cultura-inaugura-nucleo-de-acessibilidade-com-homenagem-a-ziraldo.html. Acesso em: 22 fev. 2021.

YOUTUBE. BAND JORNALISMO. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCoa-D_VfMkFrCYodrOC9-mA. Acesso em: 10 mar. 2021.

Uma bioeconomia para a América Latina: apropriação capitalista e criação de valor

Tiago Andrade¹

Resumo

A noção de bioeconomia tem despontado como um termo-chave no debate político a respeito da conciliação do crescimento com a necessidade de ações responsivas a um horizonte de crise climática. Partindo de recomendações feitas em uma série de documentos publicados por organizações e agências internacionais que argumentam sobre as potencialidades da bioeconomia no Sul Global em geral e na América Latina em particular, buscamos produzir uma análise crítica da acumulação de valor na bioeconomia como proposta alternativa à economia atual. Para tal, avaliamos o lugar dado à questão do valor e à produção de escassez em tais discursos através da apropriação do trabalho intelectual, do patenteamento e da assetização de patentes, questionando se a bioeconomia representa uma ruptura com práticas econômicas que reforçaram historicamente a desigualdade entre países e se ela pode efetivar suas promessas para o desenvolvimento e liderança global por parte dos países latinoamericanos.

Palavras-chave: bioeconomia, desigualdade, valor, propriedade intelectual.

Abstract

The notion of the bioeconomy has emerged as a key term in the political debate on how to reconcile growth with the need for responsive actions in the face of the climate crisis. Drawing on recommendations made in a series of documents published by international agencies and organizations that argue about the potential of the bioeconomy for the Global South in general and Latin America in particular, our endeavour is the production of a critical analysis of the accumulation of value in the bioeconomy as an alternative proposal to the current economy. To achieve this, we assess the place given to the question of value and the production of scarcity in such discourses through the appropriation of intellectual labor, patentization and assetization of patents, questioning if the bioeconomy represents in fact a break with economic

¹ Universidade Federal do ABC - silva.tiandrade@gmail.com.

practices that have historically reinforced inequality between countries and whether the bioeconomy can fulfill its promises of development and global leadership by Latin American countries.

Keywords: bioeconomy, inequality, value, intellectual property.

Introdução

Diante das projeções climáticas apresentadas no Sexto Relatório de Avaliação do IPCC (AR6)² no ano de 2022 e do crescente impacto ecossistêmico provocado pelas mudanças climáticas, o estabelecimento de meios para a diminuição dos níveis de CO₂ na atmosfera por parte de governos do mundo inteiro na próxima década se mostra um tema crucial. O problema a ser remediado não diz respeito somente a uma crise ecológica alimentada pela dependência que a economia global mantém há décadas em relação aos combustíveis fósseis, mas ao exacerbamento da crise de acumulação do capital após a pandemia de Covid-19. Nesse cenário, a alternativa proposta pela bioeconomia tem conquistado cada vez mais defensores em espaços como organizações multilaterais, consórcios de empresas e também no meio científico.

A bioeconomia estaria, então, bem posicionada enquanto solução capaz compatibilizar a diminuição da dependência de combustíveis fósseis com uma economia sustentável no longo prazo que possui como principais motivadores a inovação e a competitividade das economias nacionais. No entanto, o conceito de bioeconomia não se limita à transição da base energética, e tampouco consiste na hipostatização de um novo setor econômico responsivo às mudanças climáticas. De modo mais ambicioso, trata-se de uma promessa de compatibilização do crescimento econômico em um horizonte de crise global.

No presente texto, buscamos desenvolver uma análise crítica do modelo de acumulação da bioeconomia. Para tal, exploramos algumas definições possíveis do termo e tratamos de levantar uma série de recomendações e guidelines direcionadas aos países do Sul Global e à América Latina que abordam questões que dizem respeito a potenciais processos de valoração na bioeconomia e direitos intelectuais. Por fim, oferecemos uma análise na qual apontamos a relevância do papel assumido pela inovação tecnológica, pela propriedade intelectual e pelo trabalho na bioeconomia, apontando alguns limites da narrativa da bioeconomia e de suas promessas de desenvolvimento, especificamente no contexto da América Latina.

² Os relatórios de avaliação do IPCC - *Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas*, reúnem e integram milhares de estudos científicos sobre as mudanças climáticas produzidos em todo o planeta, representando o estado da arte sobre a ciência do clima. A cada 6 ou 7 anos é gerado um novo relatório, que também produz uma interpretação dos dados em linguagem científica acessível para *policymakers*, servindo de subsídio para tomadas de decisão frente às mudanças climáticas.

Contextualizando a bioeconomia

De acordo com um relatório da *Carbon Tracker Initiative* intitulado *Unburnable Carbon*³ (2012), a atual economia depende de uma enorme quantidade de combustíveis fósseis que ainda se encontram abaixo do solo em reservas já contabilizadas. Trata-se de uma quantidade que representa 2,795 gigatons de dióxido de carbono que, uma vez liberados, representariam um aumento de temperatura consideravelmente acima dos 1,5 C° estabelecidos como limite no Acordo de Paris. As implicações destes números são de que dispensar com os combustíveis fósseis já contabilizados na economia futura de governos e empresas, significa uma perda econômica na ordem de dezenas de trilhões de dólares (BIRCH, 2019). Como indica um documento de 2019 publicado pela CEPAL – *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* intitulado *Towards a sustainable bioeconomy in Latin America and the Caribbean: elements for a regional vision*⁴, o setor do petróleo deve ceder espaço para novos atores nos anos vindouros, no cenário de uma decisão em favor do compromisso das economias nacionais latinoamericanas com a energia renovável, um processo que “deixará perdedores (por exemplo, na economia dos combustíveis fósseis) e vencedores (por exemplo, os atores das novas cadeias de valor baseadas na biodiversidade e na utilização de resíduos) [...]” (RODRÍGUEZ; RODRIGUES; SOTOMAYOR, 2019, p.22). Mas para além dos setores econômicos "perdedores" e "ganhadores" resultantes de uma reconfiguração de papéis promovida pelas economias nacionais, se encontram na ordem do dia novos alinhamentos entre empreendedores, o capital financeiro, os governos e a força de trabalho. Esse certamente é o caso quando tratamos da bioeconomia, recentemente galvanizada como um potencial subexplorado presente nos chamados países do Sul Global.

Mas o que exatamente é a bioeconomia? O termo “*bioeconomics*” foi cunhado por Georgescu-Roegen na década de setenta em sua reflexão sobre a imbricação da economia na dimensão biofísica do planeta e os limites que as leis da termodinâmica impõem à expansão

³ Este relatório produzido pelo *think thank The Carbon Tracker Initiative* lista as reservas de combustíveis fósseis sob a posse de companhias que estão listadas de modo público, assim como as análises do mercado financeiro sobre essas reservas.

⁴ O documento em questão fornece um quadro de referência para orientar o desenvolvimento de estratégias de bioeconomia, com base em quatro pilares: a Agenda 2030, o Acordo de Paris, inclusão social e inovação para a sustentabilidade. Sublinha também a importância de capacidades científicas, tecnológicas e de mercado para aproveitar o potencial da bioeconomia.

econômica infinita, sendo posteriormente apropriado por diversos agentes que ensejam uma determinada visão de futuro (GEORGEOSCU-ROEGEN, 1977; HERNÁNDEZ *et al.*, 2018). Embora o termo ainda seja relativamente desconhecido por não-especialistas, ele tem ganhado tração considerável nos documentos estratégicos nacionais e relativos ao desenvolvimento regional, principalmente no contexto da União Europeia, embora adquirindo sentidos equívocos e um tanto diferentes daquele que Georgescu-Roegen parecia ter em mente. Deve-se observar que o termo bioeconomia é definido de maneiras distintas por diferentes *stakeholders* e assume sentidos diferentes dependendo do contexto geográfico local no qual é utilizado (RODRÍGUEZ *et al.*, 2017; TRIGO *et al.*, 2014). De modo importante, a bioeconomia não se trata de um termo cuja função é puramente descritiva, mas de um conceito que ativamente forja e estabelece rumos e expectativas para a economia futura (BIRCH & TYFIELD, 2013).

De acordo com Bugge *et al.* (2016), a bioeconomia pode ser compreendida a partir de três visões não completamente distintas que consistem em tipos ideais: a visão biotecnológica, a visão de biorrecursos e a visão bioecológica, sendo esta última uma visão minoritária. A visão biotecnológica tende a enfatizar o potencial de inovação que a bioeconomia representa, tal como podemos verificar na descrição feita pela OCDE da bioeconomia como o conjunto de “operações econômicas em uma sociedade que usa o valor latente incumbente em produtos e processos biológicos para capturar novos benefícios de crescimento e bem-estar para cidadãos e nações” (OCDE, 2006, p. 01).

Emergindo em meados dos anos 2000, tal visão frequentemente mobiliza termos como bioeconomia baseada no conhecimento (KBBE) e “economia circular” como termos-chave no estabelecimento de uma maior competitividade dos países europeus no mercado global. Em 2005, Janez Potočnik, sob o cargo de *Science and Research Commissioner* da Comissão Europeia, já previa a relevância de uma “*knowledge-based bio-economy*” em solo europeu: “A bioeconomia baseada no conhecimento terá um papel importante nesta realidade emergente. É um setor estimado em mais de € 1,5 trilhão por ano” (EU, 2005, p. 1).

Já a visão de uma bioeconomia de biorrecursos, joga uma ênfase no papel das áreas rurais no reaproveitamento de energia e matéria, alocando um papel importante à transição energética possibilitada pelo uso de biocombustíveis, assim como à utilização de ativos biológicos na produção dos chamados “*bio-based products*”. Trata-se de uma visão já estimulada na União Européia através das REDS – *Renewable Energy Directive*, e em harmonia os ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável tais como a erradicação da pobreza (Obj. 1), fome zero e agricultura sustentável (Obj. 2), energia limpa e acessível (Obj. 7), trabalho decente e crescimento econômico (Obj. 8), indústria, inovação e estrutura (Obj. 9), reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles (Obj. 10) e ação contra a mudança global do clima (Obj. 13) (BOGDANSKI, 2019). Todos estes seriam objetivos particularmente pertinentes aos países do Sul Global no contexto da bioeconomia.

A visão bioecológica, por sua vez, enfatiza a importância dos espaços rurais na garantia da sustentabilidade e da resiliência climática, buscando fortalecer economias locais através de produtos alimentares e não-alimentares com identidade local e da colaboração entre produtores e pesquisadores focados em encontrar soluções territorializadas e *low-tech* que prezam pela biodiversidade. Essa visão é representada no contexto europeu pela *European Technology Platform TP Organics*, um fórum composto de *stakeholders* do setor de alimentos orgânicos (BUGGE *et al.*, 2016).

Pode-se dizer que a bioeconomia parece indicar de modo geral o potencial econômico contido em transformações da matéria biológica, o que abrange uma série de setores que vão desde a engenharia genética até a bioenergia, sendo usualmente descrita como uma economia circular integrada com ciclos ecológicos e como solução possível para o desafio da descarbonização da economia atual. Absorvendo aquilo que é comumente tratado como mera externalidade, a bioeconomia provê uma alternativa considerada compatível com as expectativas dos governos nacionais de promoção do desenvolvimento sustentável. As inovações aspiradas pela bioeconomia se concretizam hoje de modo mais expressivo na produção de alimentos transgênicos, na chamada *biopharming*, na transformação de biomassa em combustíveis como

cana-de-açúcar e óleo de palma, e nas inovações em farmacêuticos e químicos tais como pesticidas, fertilizantes e polímeros comercializados como bioprodutos (PAVONE, 2012).

Mesmo à luz do impacto econômico e social provocado pela limitação da extração de combustíveis fósseis, a bioeconomia é percebida como um caminho para o crescimento econômico, devido a sua capacidade de produzir valor. De acordo com El-Chichakli *et al.* (2016), anualmente as indústrias baseadas em material biológico geram mais de 2 trilhões de euros em solo europeu e 370 bilhões de dólares só nos EUA (sem contabilizar a produção de alimentos).

A noção de economia circular é chave para a compreensão da mudança sistêmica anunciada pela bioeconomia. Ela indica que os resíduos gerados no processo de produção e durante a fase de consumo seriam reabsorvidos através de sua conversão em biocombustíveis, com a viabilização de novas tecnologias. O que está em jogo não é somente a reutilização dos resíduos gerados, mas uma visão autossustentável do capital, de acordo com a qual o aumento da produtividade se combina com a contínua reutilização de matéria e energia, uma premissa que, tal como argumenta Giampietro (2019) de modo provocativo, desafia as limitações biofísicas do planeta reconhecidas por Georgescu-Roegen (1977) no passado. Assim, de acordo com seus defensores, parece que a bioeconomia seria o meio mais efetivo para atingir uma economia circular, contornando a questão dos limites ao crescimento postos pelos recursos naturais⁵.

O que não parece tão nítido nas defesas da bioeconomia é o lugar atribuído à questão do valor. Frente a esta constatação, pode-se alegar que se trata de uma questão descabida, já que a questão do valor, do ponto de vista de teorias econômicas hoje dominantes, deve ser suplantada pela questão dos preços como refletidores do valor social de um produto, tornando-se uma questão meramente subjetiva (MAZZUCATO, 2018). Embora alguns defensores da bioeconomia possam alegar algo nesse sentido, tal posição não é representativa da perspectiva de grande parte de seus advogados, que frequentemente oferecem uma visão a respeito produção de valor na bioeconomia que abarca uma série de mudanças institucionais e práticas de mercado (BIRCH, 2017).

⁵Para uma constatação das visões diferentes e conflitantes a respeito do conceito de economia circular, cf: Hekkert *et al.*, HEKKERT, Marko; KIRCHHERR, Julian; REIKE, Denise; Conceptualizing the circular economy: An analysis of 114 definitions. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 127, p. 221- 232, 2017.

Dito isso, ainda resta aos defensores da bioeconomia evidenciarem para a sociedade que ela pode dar as condições para a produção de valor de modo mais eficiente e justo do que a economia atual, tendo em vista que eles localizam na bioeconomia um grande potencial econômico para o desenvolvimento sustentável no Sul Global nos próximos anos, e chegam a afirmá-la mesmo enquanto o caminho para a recuperação econômica pós pandemia de Covid-19 (DONGYU, 2020). A diversidade de posições quanto à explicação da questão do valor na bioeconomia poderá ser melhor vislumbrada e discutida a partir da análise de alguns documentos e relatórios produzidos nos últimos anos, cujo conteúdo apresentamos a seguir de modo sintético.

O discurso sobre uma bioeconomia para o Sul Global

Nas seções seguintes, oferecemos primeiro uma visão de uma série de documentos estratégicos e relatórios produzidos por instituições e agências tais como o FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, UNOSSC – Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, buscando identificar recomendações e *guidelines* feitas aos países em desenvolvimento. Em seguida, nos concentramos no caso da América Latina em particular, perscrutando as oportunidades e potencialidades da bioeconomia neste território. Por último, nos debruçamos sobre o problema da geração de valor e suas dificuldades de concretização a partir da leitura dos relatórios e documentos.

Recomendações e *guidelines* sugeridas por agências e organizações

Em um relatório publicado pelo UNOSSC em parceria com o CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (organização social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações) no ano de 2020 intitulado *South-South and Triangular Cooperation on the Bioeconomy*⁶, a bioeconomia é defendida como um caminho para a resiliência climática nos países do Sul Global, favorecendo a segurança energética através do uso de biomassa, assim como a

⁶ Relatório produzido no âmbito do *United Nations Action Plan on South-South Climate Cooperation* (2017-2021) que reúne uma série de estudos de caso de práticas da bioeconomia em países do Sul Global consideradas bem-sucedidas, provendo exemplos a serem adaptados e emulados por outros países em desenvolvimento.

diversificação da renda de comunidades rurais. Devido à pujança das atividades econômicas ligadas à agricultura nos países em desenvolvimento, eles estariam encaminhados para um crescimento sustentável impulsionado pela transferência de tecnologias relativas ao cultivo de alimentos e à produção de biocombustíveis:

Processos transformativos, como digitalização e biotecnologia, representam oportunidades para aumentar a criação de valor de base biológica em muitas, senão em todas as áreas econômicas. O Sul Global está particularmente bem colocado para contribuir e se beneficiar da bioeconomia emergente, pois é bem conhecido por seus vastos recursos naturais, em termos de terra, água e biodiversidade, que são fatores de crescente valor estratégico no contexto global de um “*bio-based world*” (UNOSSC, 2020, p. 28).

Neste cenário proposto, países do Sul Global tenderiam a desfavorecer a extração e o uso de combustíveis tais como carvão, petróleo, gás natural e de biomassa como o carvão vegetal e a lenha, uma vez que novas tecnologias de bioenergia podem ser introduzidas, colaborando para a mitigação de impactos ambientais ao mesmo tempo que resulta em benefícios econômicos e sociais. O potencial energético presente nas reservas de biomassa do Sul Global seria capaz de beneficiar economicamente e ambientalmente tanto os países produtores quanto os importadores de bioenergia. Na tentativa mitigar a desigualdade histórica entre países do Norte e do Sul Global, sublinha-se experiências e inovações que surgem desde o Sul Global, estabelecendo exemplos a serem emulados em outros contextos: o caso do Brasil é mencionado como paradigmático nos ganhos em eficiência tecnológica e em termos de uso do solo, viabilizados pelas PPPs voltadas à produção de cana-de-açúcar, cana-energia, bioetanol celulósico, bioenergia, biogás e químicos renováveis.

Somos informados de que os benefícios de uma iniciativa desse tipo nos fornecem as “bases confiáveis para a transição de uma economia baseada em fósseis para uma bioeconomia moderna” (UNOSSC, 2020, p. 34). A concretização desse tipo de esforço exige, é claro, “*momentum* político” e cooperação não só entre setor público e privado, mas entre países, mobilizando “apoio político de alto nível e compromisso” (UNSSC, 2020, p. 11). Tal cooperação deve ser promovida especialmente entre os países do Sul Global, já que somos alertados do seguinte: “Contar apenas com modelos de cooperação para o desenvolvimento Norte-Sul não será suficiente para que os países em desenvolvimento atinjam as ambições ousadas do Acordo de Paris e dos ODS” (UNSSC, 2020, p. 10).

A suplementação do papel do Norte Global no auxílio aos países em desenvolvimento por outros países também em desenvolvimento seria justificada, uma vez que tecnologias produzidas desde o Sul global “são provavelmente mais adequadas e econômicas para outros países em desenvolvimento”, já que estariam “bem sintonizadas com condições geoclimáticas, culturais e/ou socioeconômicas semelhantes” (UNOSSC, 2020, p. 10). A questão da transferência e difusão de tecnologia, no caso dos biocombustíveis, parece se dar de modo mais horizontal ao invés de uma transferência entre Norte-Sul, ao menos de acordo com o UNOSSC.

Em um relatório publicado pela FAO em 2019 intitulado *Towards Sustainable Bioeconomy: Lessons learned from case studies*⁷, destaca-se a possibilidade de projeção global dos países que cultivam uma forte bioeconomia e a competitividade de produtos baseados em biomassa. Temas que aparecem nos estudos de caso trabalhados no Sul Global incluem: a priorização da segurança alimentar, a possibilidade de aumento do lucro com novos produtos feitos de biomassa, a necessidade de considerar os conhecimentos locais e o papel dos *stakeholders* mais vulneráveis como pequenos agricultores e povos originários durante o processo de implementação de novas cadeias de valor, ao mesmo tempo que destaca-se a importância de investimento em pesquisa e desenvolvimento através de PPPs, dos acordos entre empresas estabelecidas e *start-ups*, e as *joint ventures* (BOGDANSKI, 2019).

Já o *Relatório de Desenvolvimento Rural*⁸ publicado pelo FIDA (2021), chama atenção para o papel de uma “*biobased circular economy*” na garantia da segurança alimentar de países em desenvolvimento e da geração de empregos em comunidades rurais nos próximos anos. De acordo com o presidente do FIDA, Gilbert H. Hounbo, tanto as PPPs quanto o incentivo ao empreendedorismo do produtor rural de pequena escala, a inclusão de gênero e também de povos indígenas são elementos cruciais no trajeto a ser trilhado pelo Sul Global, embora o togolês reconheça a necessidade de mudanças sistêmicas capazes de confrontar a desigualdade quando se trata da transformação do sistema alimentar. Nesse documento, a noção de

⁷ O relatório em questão traz um compêndio de estudos de caso sobre experiências ligadas à bioeconomia em diversos países, tentando identificar fatores de sucesso e como eles contribuem para o desenvolvimento sustentável.

⁸ Relatório publicado anualmente pelo FIDA, uma agência das Nações Unidas voltada para o investimento em pequenos agricultores e ao combate à pobreza rural em países em desenvolvimento.

bioeconomia aparece de modo implícito sob duas abordagens principais: a primeira é de uma *knowledge-based agriculture*, noção cuja definição parece um tanto difusa, abarcando desde conhecimentos tradicionais, agroecológicos até o “conhecimento científico e *data-driven information*” (FIDA, 2021, p. 123) no aumento da eficiência do uso de recursos pelos produtores rurais; a segunda instância é a utilização de biomassa, resíduos e carbono para alimentar energeticamente a produção de “bioprodutos” como alimentos de alta concentração nutritiva e bioplástico através da biotecnologia.

É importante notar que no modelo de economia circular defendida pelo FIDA, as oportunidades para produção de valor e geração de empregos no espaço rural nos países em desenvolvimento se encontra principalmente no chamado *midstream*, fase que inclui o processamento, a logística e o comércio por atacado de alimentos cultivados. Busca-se incentivar oportunidades econômicas através da realização de um potencial insuficientemente estimulado por políticas públicas voltadas para o treinamento, investimento, financiamento, certificação e geração de postos de trabalho nessa fase do sistema alimentar. Os investimentos dos governos deveriam então ser orientados principalmente por preocupações ligadas ao trabalho e ao financiamento:

Para atender à demanda futura de mão de obra no processamento de alimentos e serviços relacionados, serão necessários uma melhor educação técnica e vocacional e o desenvolvimento de habilidades não cognitivas (AGRA, 2019). Para permitir a expansão futura, as pequenas e médias empresas de *midstream* precisarão de maior acesso a financiamento e empréstimos (FIDA, 2021, p. 211).

No compêndio de “boas práticas” e políticas da bioeconomia voltadas aos governos publicado pela FAO em 2021⁹, podemos encontrar entre as recomendações coletadas de um longo estudo algumas propostas genéricas voltadas ao Sul Global, como a proposta da OCDE: “garantir que os países em desenvolvimento tenham a capacidade necessária para realizar o potencial da bioeconomia” (BOGDANSKI; GOMEZ SAN JUAN, 2021, p. 63), assim como propostas que apontam uma preocupação com a política comercial, com incentivos ao capital privado e à

⁹ Trata-se do compêndio *How to mainstream sustainability and circularity into the bioeconomy? A compendium of bioeconomy good practices and policies*, no qual são elencadas centenas de boas práticas ligadas à bioeconomia de acordo com a literatura, estabelecendo uma espécie de vitrine em termos de políticas, incentivos, mudanças institucionais necessárias, etc.

inovação, e também sobre a necessidade de flexibilização da regulamentação que bloqueia práticas potenciais da bioeconomia. Quanto à política de patentes, o compêndio tem relativamente pouco a dizer, destacando a necessidade de “promover estratégias responsáveis de licenciamento e patentes”; “facilitar o acesso à pesquisa de invenção patenteada por meio de licenciamento e protegida de *liability* por violação” (BOGDANSKI; GOMEZ SAN JUAN, 2021, p. 63). Em suas conclusões, no entanto, o documento reconhece que ainda está por ser criado um conjunto integrado de políticas e “boas práticas” lastreado em evidências empíricas, ao qual busca colaborar.

O caso da América Latina

Nos últimos anos a CEPAL tem produzido uma série de documentos¹⁰ e encontros voltados ao tema da bioeconomia na América Latina, se posicionando como uma vanguarda que busca estimular a bioeconomia no continente de acordo com características regionais. A comissão destaca que a grande biodiversidade no continente sul-americano apresenta uma oportunidade de construção de uma visão regional alinhada com a “vocação estratégica” de cada território e que promova a coopera o entre países, que deveriam gerar “um *Big Environmental Push* (BEP) a partir da reorienta o coordenada de políticas, regulamentos e investimentos, a fim de enfrentar os desafios atuais de sustentabilidade” (RODRÍGUEZ; RODRIGUES; SOTOMAYOR, 2019, p. 13).

Nesse sentido, destaca-se o papel de organiza es regionais como CIAT – Centro Internacional de Agricultura Tropical, IICA – Instituto Interamericano de Coopera o para a Agricultura e a própria CEPAL, na elabora o de estratégicas e políticas que fortaleam o desenvolvimento da bioeconomia na região assim como a coopera o entre países.

O documento avalia que a bioeconomia seria capaz de oferecer solu es para dois problemas que historicamente são importantes para a questão do desenvolvimento na região: primeiro, uma política de industrializa o com bases biológicas e totalmente integrada com a produ o

¹⁰ Os documentos publicados pela CEPAL trabalhados aqui são: *Bioeconomía en América Latina y el Caribe: contexto global y regional y perspectivas* (2017), *El financiamiento de la bioeconomía en países seleccionados de Europa, Asia y África: Experiencias relevantes para América Latina y el Caribe* (2018) e *Towards a sustainable bioeconomy in Latin America and the Caribbean: elements for a regional vision* (2019).

agrícola, com a manutenção da biodiversidade e com descarbonização das economias; segundo, possibilitando uma diversificação produtiva que modifique a dependência histórica de *commodities* primários.

A comissão também identifica na bioeconomia uma chance para o que chama de “mudança estrutural progressiva” caracterizada pelo fato de que “(a) é orientado para atividades e processos produtivos intensivos em aprendizagem e inovação; (b) promove vínculos com mercados em rápida expansão; e (c) deve facilitar o aumento da produção e do emprego”. (RODRÍGUEZ; RODRIGUES; SOTOMAYOR, 2019, p. 13).

A bioeconomia é considerada como uma abertura de distintos “caminhos para o desenvolvimento” a serem explorados na América Latina. De acordo com TRIGO *et al.* (2014), podemos incluir entre as propostas bioeconômicas mais interessantes para o contexto latinoamericano as seguintes atividades:

- a) Exploração de recursos da biodiversidade e serviços ecossistêmicos;
- b) Eco-intensificação (buscar a maior eficiência de atividades agrícolas e dos recursos energéticos);
- c) Aplicações biotecnológicas¹¹;
- d) Bioenergia e bioprodutos (biorrefinarias);
- e) Melhoras na eficiência das cadeias de valor agroalimentares.

Entre os avanços dignos de nota no campo da produção de biocombustíveis, recorda-se da experiência do Brasil com bioetanol, da Argentina com biodiesel à base de soja e Colômbia com biodiesel de etanol de palma e azeite de palma, embora estes exemplos sejam de combustíveis de baixo valor agregado (TRIGO *et al.*, 2014). Sobre a capacidade de pesquisa de ponta e inovação relacionada à biotecnologia, a CEPAL reconhece que empresas estrangeiras possuem vantagem e que poucos países latinoamericanos concentram tal capacidade de modo significativamente desenvolvida, com exceções tais como a Embrapa (experiência de produção

¹¹ As aplicações biotecnológicas com grande potencial para a América Latina abarcariam “produtos, ferramentas e processos, incluindo cultura de tecidos industriais, seleção assistida por marcadores em lavouras e rebanhos, sementes geneticamente modificadas, diagnóstico molecular, melhoria da reprodução animal por meio de técnicas moleculares, enzimas modificadas, microrganismos e leveduras, etc.”(TRIGO *et al.*, 2014, p. 30).

de grãos geneticamente modificados), a INTA na Argentina (produção de trigo e girassol resistentes à seca) e o INIFAP / CIMYT no México.

É sublinhado pela CEPAL que alguns países da região já possuem estratégias e legislação que podem servir como primeiro passo para a elaboração de uma abordagem sistêmica, multiescalar e de acordo com os ODS para a bioeconomia. Entre os destaques se encontram:

O Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) do Brasil; o *Programa de Incentivos para la Sustentabilidad Agroambiental de los Suelos Agropecuarios* no Chile; a NAMA do setor cafeeiro e a *Estrategia de Ganadería Baja en Carbono* na Costa Rica; e a *Ley de Conservación, Uso y Manejo Adecuado de los Suelos y de las Aguas* no Uruguai. (RODRÍGUEZ; MONDAINI; HITSCHFELD, 2017, p. 49).

A respeito das distintas capacidades e vantagens dos países de acordo com os relatores do CEPAL, Paraguai, Guiana, Brasil, Equador e Chile levam vantagem na exportação de produtos da bioeconomia (majoritariamente agricultura e agroindústria, com baixo valor agregado), assim como produtos minerais ou fósseis, enquanto que República Dominicana, Resto do Caribe, Panamá e México proporcionalmente exportam mais produtos manufaturados. Já Venezuela, Bolívia, Colômbia, Peru, e Trindade e Tobago apresentam níveis relativamente baixos de exportação de produtos da bioeconomia e de manufatura, mas intensa exportação de produtos minerais ou fósseis (RODRÍGUEZ; MONDAINI; HITSCHFELD, 2017, p. 56).

Observando as estratégias, políticas direcionadas e organização de financiamento da bioeconomia em outros países fora da América Latina, argumenta-se que o continente pode aprender lições com o crescimento deste setor alhures, o que inclui a vinculação de instrumentos financeiros às estratégias elaboradas, a articulação entre setores industriais e agências de pesquisa, a articulação destas com o setor financeiro, a combinação de instrumentos financeiros e não-financeiros como PPPs, fundos de financiamento para *start-ups*, instrumentos fiscais e tributários, busca de capital de risco, entre outros (RODRÍGUEZ; MONDAINI; ARAMENDIS, 2018).

Diante dos impasses e desafios colocados, observamos uma preocupação sobre as vantagens comparativas já presentes, mas que possuem baixo valor agregado (como no caso da abundância de biomassa) e seu valor estratégico no curto e longo prazo *versus* a possibilidade de investimento em cadeias produtivas mais sofisticadas e de alto valor agregado. Entre outras

principais barreiras identificadas para o florescimento da bioeconomia na América Latina, são listadas: a complexidade da burocracia e dificuldades legislativas relevantes para a bioeconomia, o alto custo dos esquemas de certificação, a ausência de fundos voltados para a inovação, a fragilidade da legislação sobre propriedade intelectual, a pouca circulação de informação sobre a bioeconomia entre *stakeholders* potenciais, e a ausência de infraestrutura em ciência e tecnologia necessária em boa parte dos países da região (RODRÍGUEZ; RODRIGUES; SOTOMAYOR, 2019, p.15-17).

O que se desenha nos documentos oficiais, a partir de uma visão geral, é que a bioeconomia não é vista apenas como mais um setor promissor cujo desenvolvimento demanda investimentos em pesquisa e tecnologia, mas que consiste em uma direção prescrita por instituições multilaterais rumo a um futuro sustentável liderado pelo Sul Global.

Apropriação capitalista e a questão do valor

Embora não seja nosso objetivo produzir uma análise exaustiva da questão do valor na bioeconomia, visamos encaminhar algumas questões que merecem ser brevemente consideradas após a apresentação destes documentos. A primeira questão diz respeito ao que identificamos como uma mistificação da criação de valor no discurso da bioeconomia. De acordo com essa mistificação generalizada, um grupo dos proponentes da bioeconomia pode destacar o papel da inovação, afirmando a figura do empreendedor que se arrisca como aquele que produz valor, enquanto um segundo grupo pode defender que o valor se localiza na própria biomassa a ser transformada. Assim, de modo intrínseco à natureza existiria um excedente a ser apropriado e valorado (BIRCH & TYFIELD, 2013). Outra explicação possível para o valor gerado, que pode acompanhar essa anterior, é aquela segundo a qual ele seria imanente à tecnologia, de modo que a fonte da valorização estaria na própria transformação tecnológica capaz de contornar atuais limites à acumulação, como já indicamos anteriormente¹².

¹² Não é de se surpreender, portanto, que a bioeconomia apareça como uma solução onde todos saem vencendo: os investidores, as empresas de biotecnologia, os produtores rurais, o estado, os ambientalistas e os consumidores, já que o valor é representado como uma espécie de cornucópia, abundante na natureza ele vai se desdobrando da produção à realização, ao mesmo tempo que possui uma força destrutiva e criativa, e nesse sentido, está em adequação com narrativa do herói inovador. Essa ambiguidade nos impede de compreender como a construção da escassez enquanto condição da apropriação de valor e da exploração do trabalho, seja ele material ou intelectual, possui um papel crucial na bioeconomia. A consequência, do ponto de vista do trabalho, é a invisibilização do tipo de trabalho executado pelo

Se, no entanto, nossa análise crítica não se contenta com tais explicações e sustenta a relevância de uma excursão pela teoria do valor-trabalho retomada por Marx (2013) no século XIX em sua crítica à economia política, é porque acreditamos que a criação de valor na bioeconomia, ao contrário dos discursos que argumentam em seu favor, pode ser melhor compreendida pelo papel assumido pelo trabalho no capitalismo contemporâneo. Ao posar a questão do valor do ponto de vista do trabalho vivo como mercadoria capaz de gerar valor tal como o fez Marx, ilumina-se a prevalência de uma contínua fetichização da inovação tecnológica na bioeconomia.

Essa posição teórica nos ajuda enxergar também o papel assumido pelo trabalho intelectual, que tende a ficar em segundo plano. Isto é, apesar da importância do trabalho intelectual para a sustentabilidade de longo prazo de uma bioeconomia baseada no conhecimento, é questionável o papel que ele assume hoje diante da questão do valor¹³ no discurso da bioeconomia “realmente existente”, se comparado ao papel das expectativas dos investidores, da propriedade intelectual e da inovação.

Assim, a outra questão que merece ser colocada, é relativa à criação de valor possibilitada pela apropriação de recursos previamente localizados fora do mercado. Tomemos a importância assumida nos documentos analisados – ao menos no nível discursivo – pelas soluções adquiridas através de recursos epistêmicos presentes nas comunidades do Sul Global, nos saberes tradicionais e práticas regionais, com seu potencial de proliferação e transmissão através dos laços de sociabilidade e tecnologias de informação e comunicação (BOGDANSKI, 2019). A chamada economia baseada no conhecimento agora parece expandir sua associação comum com a infosfera e com o trabalho intelectual altamente qualificado e aterrissa nas densas redes dos saberes produzidos no território de modo colaborativo e intergeracional. Nesse contexto, a comercialização de bioprodutos e bionsumos cuja produção se utiliza de saberes tradicionais aparece como oportunidade de dinamização de economias rurais através de novas cadeias de

que Franco ‘Bifo’ Berardi (2005) chamou de cognatariado: o trabalho precário de programadores, pesquisadores e outras profissões que exigem uma especialização complexa de conhecimentos ligados à ciência e tecnologia.

¹³ Embora no presente texto seja adotada a teoria do valor-trabalho a fim de realçar o papel do trabalho intelectual na criação de valor, é preciso ter em mente que a bioeconomia pode envolver uma série de processos de valoração cujas explicações dadas são variadas, como no caso das abordagens institucionalistas. Um ponto de tensão é a insistência no trabalho como *fonte* do valor em uma economia capitalista, embora se trate agora de um trabalho qualitativamente diferente, ou seja, trabalho imaterial.

valor, com a importância do papel assumidos pelos saberes tradicionais obtendo gradações distintas de acordo com a visão de bioeconomia a ser defendida.

A crucialidade assumida pelo trabalho intelectual no contexto da bioeconomia, enquanto condição para o patenteamento e para a inovação (trabalho invisibilizado na visão biotecnológica), assim como pelos recursos epistêmicos e naturais presentes em comunidades do Sul Global (galvanizados nas visões de biorrecursos e bioecológica), é indicativa de como, através da bioeconomia, o capital busca expandir suas fronteiras se apropriando de tipos de trabalho e de redes de conhecimento que antes se encontravam para além dos limites do mercado (MOORE & WALKER, 2019).

Aqui, é preciso abrir um parêntese: a tendência do capital de integração e exploração de uma dimensão imaterial geradora de valor depende de um tipo de exploração do trabalho ainda a ser pensada em toda a sua extensão e possibilidade de combinação com outros modos de extração de valor e exploração do trabalho pelo capital (BOUTANG, 2011). Por outro lado, a inclusão de recursos epistêmicos tradicionais e da criatividade resultante de sua interação com novas técnicas pode representar um avanço da apropriação capitalista sobre um tipo de inteligência coletiva, o que em termos marxianos chamamos de intelecto geral, caso essa tendência seja intensificada na bioeconomia (MARX, 2011).

As questões levantadas aqui parecem, no final, complicar uma simples aplicação da teoria marxiana do valor-trabalho na compreensão de processos contemporâneos, assim como a ideia de que a bioeconomia poderia simplesmente impor novos regimes de propriedade sobre todos os tipos de trabalho a ela associados. E isso porque a dimensão imaterial do intelecto e da inteligência coletiva que parece interessar uma bioeconomia baseada no conhecimento representa, ao invés de escassez, uma espécie de *surplus* e abundância. Apesar desta aparente novidade no padrão de acumulação de uma bioeconomia baseada no conhecimento, em larga medida sua relação estabelecida com o trabalho é caracterizada pela apropriação e pela criação artificial de escassez, como argumentaremos abaixo. Enquanto no nível do discurso se vende a ideia de uma dependência da abundância, seja energética (biomassa), tecnológica (capaz de reutilizar fluxos materiais e energéticos), de valor (intrínseco à matéria viva ou à tecnologia) ou

de conhecimento (capital cognitivo¹⁴) que torna a bioeconomia bastante atraente, os modos em que ela efetivamente cria escassez são frequentemente ofuscados: a propriedade intelectual, o patenteamento de organismos e inovações e a comoditização de processos naturais extra-humanos¹⁵.

A bioeconomia ‘realmente existente’: o papel da assetização de patentes

Se uma reorientação à produção de bens através da introdução de uma nova base energética nos processos industriais é vista como desejável e necessária para o desenvolvimento nacional, a perspectiva de sua concretização dentro dos marcos da bioeconomia parece tênue, se levarmos em conta a genealogia da bioeconomia traçada por autores como Melinda Cooper (2011), Kaushik Sunder Rajan (2006) e Ken Birch (2019). Esses autores sublinham como a bioeconomia, ao mesmo tempo que possui uma dimensão altamente especulativa e promissória em termos de crescimento futuro, guarda uma continuidade com uma série de práticas como a comoditização, a desregulação e a financeirização que caracterizam em larga medida o período neoliberal, no qual avanços na biotecnologia, especialmente na engenharia genética, possibilitaram uma expansão do capital financeiro em detrimento do fortalecimento de outros setores da economia e da produção de valor para a “economia real”.

Nossa tentativa de sondagem dos conflitos envolvidos na aplicação da bioeconomia na América Latina em termos de apropriação e de extração de valor nos leva a questionar o resultado das promessas de crescimento contínuo feitas pela bioeconomia no centro do capitalismo. Para tal, é preciso levar em conta a importância assumida pelo patenteamento e sua associação quase que causal com a inovação de acordo com a narrativa da bioeconomia, embora as evidências de que o patenteamento seja catalisador da inovação sejam insólitas (MAZZUCATO, 2018). Isso

¹⁴ O economista Yann Moulier Boutang (2011) chamou de produção de “trabalho vivo por meio de trabalho vivo” ou “conhecimento por meio do conhecimento” o tipo de extração de valor que não objetiva completamente a força de trabalho na mercadoria final, mas que opera em um segundo nível no qual explora o trabalho vivo que envolve todo tipo de criatividade coletiva e atividade cooperativa, isto é, o capital cognitivo.

¹⁵ A instituição de mercados para recursos naturais não pode ser extensivamente tratada aqui por limitações de espaço, mas retornaremos à essa questão na última seção deste artigo em nossa breve discussão das contestações à bioeconomia em território latinoamericano. Sobre a literatura relativa à “neoliberalização da natureza” que se desenvolveu nos últimos anos no campo da geografia crítica, cf: Noel Castree, CASTREE, Noel. Neoliberalising nature: processes, effects, and evaluations. *Environment and Planning A: Economy and Space*. v. 40, n.1, p.153-173, 2008.

significa que empresas podem ganhar poder de mercado através de patentes que nem mesmo visam a concretização de inovações úteis e benéficas para o desenvolvimento social, já que a mera especulação sobre a potencialidade de uma patente é o suficiente para atrair investimentos financeiros e retornos consideráveis¹⁶.

As patentes consistem em construções jurídicas que asseguram a proteção de uma inovação ou invenção ao seu detentor por determinado período de tempo, mantendo o conteúdo patenteado sob segredo e garantindo seu uso exclusivo ao proprietário, exceto através de licenciamento autorizado. Em princípio, uma patente deve abarcar a aplicação útil de uma nova invenção e não um conhecimento (que não é imediatamente identificável com a propriedade intelectual) ou tampouco um princípio natural, mas tais limites, não prática, são desfeitos. Como observa Kang: “as fronteiras das dicotomias conceituais subjacentes aos princípios doutrinários da lei de patentes, como natureza/artifício e pessoas/coisas, são estendidas até os limites de seu significado no contexto da biotecnologia” (KANG, 2020, p.50).

Como argumentam Birch (2017), Birch & Tylfield (2013) e Kang (2020), no capitalismo contemporâneo as patentes tendem a se tornar *assets* cujo preço sobe de acordo com a demanda, diferente de uma mercadoria, cujo aumento da demanda condiciona uma queda nos preços. A centralidade assumida pela assetização de bens se expressa no fato de que a realização do valor de um *asset* pode ocorrer tanto através de sua troca como um bem – seja ele material ou intangível como um *copyright* – quanto através do rentismo.

Nesse contexto, as empresas de bioeconomia no Norte Global estão enlaçadas em uma dinâmica econômica na qual o valor assume uma ambivalência fundamental, onde pode ser mais lucrativo e interessante obter valor através da especulação e da atração de investimentos do que da comercialização de produtos (BIRCH, 2017). Talvez o exemplo mais óbvio disso seja a quantidade de empreendimentos farmacêuticos que se mantêm em atividade sem que de fato sejam produzidos medicamentos novos. Nesse caso, as empresas prosperam com a mera possibilidade de colocar esses produtos no mercado, obtendo investimentos de acordo com as

¹⁶ É importante ter em mente que o patenteamento por uma empresa frequentemente é uma operação que chega após um longo processo prévio de trabalho intelectual de cientistas e de investimentos públicos, em geral envolvendo universidades, colhendo seus benefícios sem necessariamente retornar esse investimento à sociedade. Nesse caso, uma empresa opta por gerar valor através de seu *portfólio* de patentes, privando seu uso pela maior parte das pessoas, como no caso da assetização discutida abaixo.

expectativas sobre seu sucesso ou poder de inovação. Assim, a expectativa de um medicamento bem-sucedido é o suficiente para disparar ofertas públicas iniciais de ações (IPO) garantindo alto investimento (MAZZUCATO, 2018).

O entusiasmo em torno da concretização das inovações biotecnológicas e seu papel para o bem-estar social revelou-se, ao menos no centro do capitalismo, principalmente uma estratégia de valorização através da atração de investidores. Tal contradição revela em que medida a financeirização da economia afetou a economia baseada no conhecimento, caracterizada por setores como ciências da vida e biotecnologia (MIROWSKI, 2012).

A falha em cumprir as expectativas de crescimento e aumento da produtividade não está limitada ao modo em que os processos de valoração da bioeconomia desacoplaram o patenteamento de inovações biotecnológicas da produção de *commodities*, mas também é expressa por sintomas como a queda de empregos na Europa - 13,5% no período entre 2008 a 2019, afetando particularmente trabalhadores rurais -, apesar da implementação de estratégias de bioeconomia a nível da União Européia e dos países individuais, assim como pela retórica desinflada e sóbria assumida mais recentemente por *policymakers* em relação à bioeconomia (EVERSBERG, HOLZ & PUNGAS, 2023).

Como analisar esse fenômeno através de um ponto de vista marxiano evocado anteriormente? O aumento da participação da tecnologia e maquinaria (capital constante) em relação ao trabalho vivo (capital variável) no processo de produção historicamente representou um aumento da produtividade, um processo que Marx (2013) relacionou ao que chamou de aumento da composição orgânica do capital. Esse aumento, no entanto, significa uma menor quantidade de mais-valor sendo produzida, já que a sofisticação crescente da tecnologia implica em menos trabalho sendo cristalizado em cada mercadoria individual, o que se refletiria na queda dos lucros.

Uma hipótese a ser levantada, é de que o fato de parte das empresas de biotecnologia hoje optarem por adquirir patentes ao invés de produzir em larga escala inovações úteis, pode ser sintomático dessa tendência que Marx chamou de lei da queda tendencial da taxa de lucro. Frente a essa dificuldade, o capital busca por novas tecnologias que ofereceriam

temporariamente uma vantagem de mercado, o que parece ser explicativo também da importância assumida pela propriedade intelectual e pela a assetização nos processos de valorização no escopo da bioeconomia.

Em termos de perspectivas para a geração de empregos, o aumento da composição orgânica do capital resulta, de acordo com a análise feita por Marx, em uma incapacidade do processo produtivo de incorporar a população desempregada. Isso pode ser explicativo da atual importância da apropriação efetuada pelo capital de dimensões imateriais e de processos biológicos em seu processo de acumulação. Frente à essa incapacidade que contradiz as promessas de crescimento econômico sustentável por parte da bioeconomia, compreende-se também o porquê a produção de valor agregado por produtores rurais não pode representar uma solução global para a crise atual, se restringindo ao papel de colchão de amortecimento para a despossessão resultante da tecnologização das cadeias de produção e da financeirização da economia.

América Latina, subordinação e diferenciação espacial

A bioeconomia, como vimos, tem apresentado dificuldades em atingir o crescimento prometido e uma maior geração de empregos. No entanto, ela parece funcionar como alternativa suficiente para a manutenção de um grau crescente de acumulação no setor de empresas de ciências da vida através do patenteamento e da assetização, um setor que vem assumindo um papel cada vez mais importante para o capitalismo desde a década de 1970, como aponta Cooper (2011).

Se as vantagens de mercado obtidas via inovação tecnológica permanecem em segundo plano devido às vantagens oferecidas às empresas pela valoração através de mecanismos financeiros, as promessas da bioeconomia parecem ter falhado no Norte Global. Se a bioeconomia parece incapaz de remediar a crise, no entanto, ela parece servir como uma espécie de colchão de impacto para economias rurais na Europa (EVERSBERG, HOLZ & PUNGAS, 2023).

Diante desta realidade, o potencial de liderança do Sul Global na bioeconomia tampouco parece promissor. Sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho não parece possível de

ser revertida através da bioeconomia, uma vez que o desenvolvimento científico e tecnológico serve a uma intensificação da acumulação do capital financeiro no centro do capitalismo (MARINI, 2000). A apropriação de recursos pelo capital através do cultivo de biomassa e da produção de combustíveis de baixo valor agregado pelo Sul Global representam, por sua vez, o risco da manutenção de uma relação desigual, no lugar do protagonismo alardeado pelos defensores da bioeconomia.

A questão da transformação desigual assumiu grande importância histórica em países do Sul Global no século XX e também deve ser considerada com cuidado, de modo que as possíveis desigualdades territoriais resultantes de diferentes enfoques espaciais das visões de bioeconomia prevalentes podem ser agudizadas pelo privilegiamento do espaço urbano (visão biotecnológica) ou rural (visão de biorrecursos e bioecológica), se estes forem tratados de maneira desarticulada (BUGGE *et al.*, 2016).

Levando em conta as estratificações de classe, formações sociais e processos históricos que marcaram o espaço rural, seria preciso também questionar quais grupos sociais estão disputando a narrativa da bioeconomia no Sul Global, atentando para as desigualdades resultantes da concretização de práticas e novos mercados. A bioeconomia, como já compreendido por alguns pesquisadores, pode intensificar conflitos sociais, fundiários e ambientais. O incentivo ao uso da terra para o cultivo de biomassa com fins não-alimentares pode colocar parte da população em situação de insegurança alimentar, afetando os preços dos alimentos, além de tornar práticas de *land grabbing* atraentes para empresas e criar conflitos de uso do solo em virtude da pressão exercida contra biomas regionais, os plantios de pequenos agricultores e os usos da terra por populações indígenas e quilombolas (PIÑERO & LORAY, 2017).

Muito se fala nos documentos analisados sobre a importância de um incentivo à cultura do empreendedorismo, especialmente do produtor rural de pequena escala, mas a viabilidade econômica de seu empreendimento depende de uma ampla série de outros fatores, tais como acesso à informação em tempo real (o que pressupõe infraestrutura de comunicação capaz de chegar até as regiões mais longínquas e socioeconomicamente vulneráveis), a existência de demanda constante por “bioprodutos” originados no bioma específico que o produtor habita (o

que na América Latina pode significar regiões desérticas chilenas, regiões montanhosas como nos Andes, o cerrado brasileiro ou a Amazônia boliviana, etc.), assim como o cumprimento de exigências e requerimentos para a obtenção da certificação de biodiversidade que viabilize a integração do produtor rural na “economia circular com base biológica”, o que pode ser um tanto oneroso.

Gallego-Marín *et al.* (2016) apontam como a bioeconomia, enquanto um regime de acumulação que fundamentalmente mantém estruturas de desigualdade, pode agudizar a violação de direitos de comunidades latinoamericanas por parte de multinacionais que aterrissam nos territórios com respaldo dos Estados nacionais e de uma série de mecanismos jurídicos internacionais. A Colômbia, país com um histórico de violação de direitos humanos conectado à defesa de interesses de acionistas de corporações multinacionais e de organizações multilaterais como o Banco Mundial e o FMI, é apontada pelos autores como um exemplo de um Estado particularmente vulnerável aos interesses internacionais nessa nova conjuntura na qual o acesso a recursos genéticos é uma questão que permanece em disputa. A utilização de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas, por sua vez, tem sido um tópico de conflitos em países como a Argentina, fazendo proliferar formas de resistência social e ação coletiva contra a adoção pioneira de sementes transgênicas e o pacote bioeconômico defendido por grandes agricultores, contestando suas consequências para a saúde da população (ARANCIBIA, 2020).

As alternativas de energia “limpa” promovidas pela bioeconomia, por sua vez, também podem deixar seu rastro de despossessão da terra em nome do lucro e do rentismo, como testemunham as comunidades mexicanas localizadas em Istmo de *Tehuantepec*, com seu histórico de resistência contra as fazendas eólicas implantadas por transnacionais com o incentivo do governo do México (SERNA, 2021). Além disso, há evidência crescente de que extração de Pau-de-balsa, material utilizado nas pás para geradores eólicos, tem causado consequências ecológicas e socialmente desastrosas na Amazônia equatorial e tem infringido os direitos de propriedade da terra de comunidades indígenas peruanas (CUETO, 2021; CEC, 2022).

Somam-se a estes conflitos as contestações feitas por povos originários localizados em território amazônico a respeito da implementação de instrumentos como pagamentos por serviços ambientais (PSA), soluções baseadas na natureza e outras propostas que estão no escopo da bioeconomia e que envolvem *stakeholders* internacionais. Em um manifesto lançado durante a COP 27 – 27ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima – por organizações indígenas, quilombolas e camponesas, são denunciados os mecanismos de mercado introduzidos como solução para a preservação florestal que colocam o ônus em comunidades tradicionais enquanto empresas poluidoras lucram com tais instrumentos (PAJOLLA, 2022). Também povos indígenas e outras comunidades tradicionais localizadas no Acre denunciam a falta de transparência e participação efetiva nos programas que buscam implementar “soluções verdes” captando recursos de bancos e agências de desenvolvimento que, ao mesmo tempo que não promovem a demarcação de terras indígenas, impõem restrições e controles no tipo de uso e na relação destes povos com o território da floresta (SANTIAGO, 2021). Queixas similares foram feitas pelos Suruí, primeira população indígena a adotar o programa de crédito carbono no Brasil em 2007 (HECK, 2015).

Esses problemas nos mostram que pensar uma bioeconomia para os territórios latinoamericanos demanda que estas questões sejam debatidas de modo amplo e democrático, levando em consideração os distintos interesses envolvidos nas concepções de bioeconomia que emplacam em cada território e os diferentes modelos de desenvolvimento que orientam os países latinoamericanos (PIÑERO & LORAY, 2017). Por sua vez, os riscos em termos de biodiversidade e modificação de uso do solo provocados pela implementação de grandes monoculturas de biomassa para fins energéticos em território latinoamericano devem ser endereçados adequadamente por proponentes de estratégias nacionais pautadas pela bioeconomia (CGEE, 2020).

Nossa análise crítica dos discursos da bioeconomia voltados para o Sul Global compreende que uma visão econômica orientada principalmente por preocupações como a proteção climática, relações socioecológicas e a pela distribuição justa do valor permanece insuficientemente teorizada nos marcos da bioeconomia. Isto é, embora a defesa da bioeconomia possa partir de

uma compreensão da imbricação entre economia e natureza, frequentemente ela acaba por reproduzir concepções empobrecidas sobre possibilidades de transformação socioecológica em um contexto de mudanças climáticas nos territórios latinoamericanos.

Conclusão

A perspectiva de prosperidade e de impulso ao desenvolvimento por meio da bioeconomia depende em larga medida da concretização de tecnologias que hoje existem apenas enquanto promessa, seja por causa da atual inviabilidade de sua aplicação em larga escala, seja porque tais tecnologias ainda não foram desenvolvidas. A concretização das promessas da bioeconomia no contexto do Sul Global, de acordo com seus defensores, depende de diversos fatores tais como investimentos de vulto por parte de agências de fomento, bancos de desenvolvimento e fundos específicos, uma série de políticas e rearranjos institucionais capazes de estabelecer um ambiente acolhedor para novos mercados, incentivando a competitividade no setor privado, que por sua vez se traduziria em competitividade nacional na economia global.

De acordo com nossa análise, ao mesmo tempo que a bioeconomia promete um retorno do capitalismo à produção de bens e ao crescimento, ela se depara com limites socioecológicos para a acumulação, os quais busca contornar se apropriando de recursos naturais e de tipos de trabalho previamente exteriores ao mercado. Do ponto de vista do trabalho, pode-se dizer que o trabalho intelectual é condição para o patenteamento, que por sua vez é uma ferramenta jurídica que privatiza o conhecimento social ou exclui seu uso por outros.

É imprescindível considerar de maneira cuidadosa a perspectiva de geração de empregos futuros no escopo da bioeconomia em território latinoamericano, especialmente se considerarmos a experiência europeia e como a bioeconomia parece combinar formas distintas de exploração do trabalho e extração de valor. Nesse sentido, a deliberação democrática sobre a implementação da bioeconomia, seus riscos e consequências é um aspecto que merece ganhar mais destaque no debate corrente; esse é um meio de assegurar a contestação de interesses e relações de poder que permeiam as narrativas dominantes da bioeconomia.

Referências Bibliográficas

- ARANCIBIA, Florencia. Resistencias a la bio-economía em Argentina: las luchas contra los agrotóxicos (2001-2013). *Ciencia Digna*. n.1, v.1, p.42- 69, 2020.
- BERARDI, Franco 'Bifo'. What does cognitariat mean? *Work, Desire and Depression*. *Cultural Studies Review*, v.11, n. 2, p. 57-63, 2013.
- BIRCH, Kean. *Neoliberal bio-economies? The Co-Construction of Markets and Natures*. Toronto: Palgrave Macmillan, 2019.
- BIRCH, Kean. Rethinking Value in the Bio-economy: Finance, Assetization, and the Management of Value. *Science, Technology, & Human Values*, [s.l.], v., 42, n. 3, p. 460- 490, mai. 2017.
- BIRCH, Kean; TYFIELD, David. Theorizing the Bioeconomy: Biovalue, Biocapital, Bioeconomics or . . . What? *Science, Technology, & Human Values*, v. 38, n. 3, p. 299-327, 2013.
- BOGDANSKI, A; DUBOIS, O; GOMEZ SAN JUAN, M; Towards sustainable bioeconomy: lessons learned from case studies. Roma: FAO, 2019. Disponível em: <https://www.fao.org/publications/card/en/c/CA4352EN/>. Acesso em: 12 mai. 2023.
- BOGDANSKI, A. GOMEZ SAN JUAN, M. How to mainstream sustainability and circularity into the bioeconomy? A compendium of bioeconomy good practices and policies. Roma: FAO, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/policy-support/tools-and-publications/resources-details/en/c/1440554/>. Acesso em: 12 mai. 2023.
- BUGGE, Marcus M; HANSEN, Teis; KLITKOU, Antje. What is the bioeconomy? A review of the literature. *Sustainability*, [s.l.], v. 8, n.7, p.691- 712, 2016.
- CGEE. Oportunidades e Desafios da Bioeconomia. Proposta de modelo de governança para a bioeconomia brasileira. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2020.
- CEC. Addressing modern slavery in the clean energy sector. nov. 2022. Disponível em: <https://assets.cleanenergycouncil.org.au/documents/resources/reports/Addressing-Modern-Slavery-in-the-Clean-Energy-Sector.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- COOPER, Melinda E. *Life as Surplus: Biotechnology and Capitalism in the Neoliberal Era*. Seattle/London: University of Washington Press, 2011.
- CTI. Carbon Tracker Initiative. *Unburnable Carbon: Are the World's Financial Markets Carrying a Carbon Bubble?* London: CTI, 2012.
- CUETO, José Carlos. Demanda por energia limpa ameaça uma das regiões mais ricas e férteis na Amazônia. *BBC News Brasil*, 27, mar. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-56359091>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- DONGYU, Qu. Discurso do Diretor-Geral da FAO no Global Bioeconomy Summit, 2020. Disponível em: <https://www.fao.org/director-general/speeches/detail/en/c/1331622/>. Acesso em: 12 mai. 2023.
- EL-CHICHAKLI, Beate et al. Policy: Five cornerstones of a global bioeconomy. *Nature News*, [s.l.], v. 535, n. 7611, p. 221, jul. 2016.
- EU. European Commission. *New Perspectives on the Knowledge-Based Bio-Economy: Conference*. Brussels: DG-Research, European Commission, 2005. Disponível em: https://www.normalesup.org/~adanchin/lectures/kbbe_conferencereport.pdf. Acesso em: 12 mai. 2023.

- EVERSBERG, D; HOLZ, J; PUNGAS, L. The bioeconomy and its untenable growth promises: reality checks from research. *Sustainability Science*, [s.l.], v. 18, p. 569–582, 2023.
- FIDA. Rural development report: transforming food systems for rural prosperity. 2021. Disponível em: <https://www.ifad.org/en/rural-development-report/>. Acesso em: 12 mai. 2023.
- GALLEGO-MARÍN, A. A. et al. Bioeconomía y derechos humanos en América Latina. *Revista Libre Empresa*, n.13, vol.2, p.131-141, 2016.
- GEORGEOSCU-ROEGEN, Nicholas. Inequality, Limits and Growth from a Bioeconomic Viewpoint. *Review of Social Economy*, [s.l.], v. 35, n.3, p.361- 375, 1977.
- GIAMPIETRO, Mario. On the Circular Bioeconomy and Decoupling: Implications for Sustainable Growth. *Ecological Economics*, [s.l.], v. 162, p. 143-156, 2019.
- HECK, Egon. Os Suruí e o projeto carbono: para que o mundo saiba. Conselho indigenista missionário - Cimi, 24 fev. 2015. Disponível em: <https://cimi.org.br/2015/02/36980/>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- HERNÁNDEZ, José Guadalupe Vargas; PALLAGST, Karina M.; HAMMER, Patricia. Bio-economy at the crossroads of sustainable development. *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, [s.l.], v. 15, n. 3, p. 20–37, set./dez. 2018.
- IPCC. Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. ALEGRÌA, A; CRAIG, M; LANGSDORF, S; LÖSCHKE, S; MINTENBECK, K; MÖLLER, V; OKEM, A; POLOCZANSKA, E.S; PÖRTNER, H.-O; RAMA, B; ROBERTS, D.C; TIGNOR, M. (ed.). Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2022.
- KANG, Hyo Yoon. Patents as assets: intellectual property rights as market subjects and objects. In: *Assetization: turning things into assets in technoscientific capitalism*. BIRCH, Kean; MUNIESA, Fabian (ed.). Cambridge/London: The MIT Press, 2020. p. 45- 74.
- OCDE. The bioeconomy to 2030: designing a policy agenda. OCDE, 2006. Disponível em: <https://www.oecd.org/futures/long-termtechnologicalsocietalchallenges/thebioeconomyto2030designingapolicyagenda.htm>. Acesso em: 12 mai. 2023.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: SADER, E. (org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes/CLACSO/Laboratório de Políticas Públicas, 2000. p. 105- 165.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O Capital*, Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAZZUCATO, Mariana. *The Value of Everything: making and taking in the global economy*. 1ª ed. London: Allen Lane, 2018.
- MIROWSKI, Philip. The Modern Commercialization of Science as a Passel of Ponzi Schemes. *Social Epistemology*, [s.l.], v. 26, n. 3-4, p. 285-310, 2012.
- MOORE, Jason W; WALKER, Richard. Value, Nature, and the Vortex of Accumulation. In: *Urban Political Ecology in the Anthro-po-obscene*. ERNSTSON, Henrik; SWYNGEDOUW, Erik (ed.). London: Routledge, 2019. p. 48 - 68.
- MOULIER-BOUTANG, Yann. *Cognitive capitalism*. Cambridge/Malden: Polity Press, 2011.

- PAJOLLA, Murilo. Com críticas à COP 27, manifesto de povos da Amazônia defende desmercantilização da floresta. Brasil de Fato, 14 no. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/14/com-criticas-a-cop27-manifesto-de-povos-da-amazonia-defende-desmercantilizacao-da-floresta>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- PAVONE, Vincenzo. Ciencia, neoliberalismo y bioeconomía. CTS: Revista iberoamericana de ciencia, tecnología y sociedad, [s.l.], v. 7, n. 20, p. 145–161, abril. 2012.
- PIÑERO, Fernando; LORAY, Romina. Bioeconomía: ¿oportunidad para el desarrollo de América Latina? Discusión acerca de los postulados e implicancias de la bioeconomía para la región. In: CORONADO, Jaime A. P. (org.). Anuario de la Integración Latinoamericana y Caribeña 2013. Guadalajara: Red de Investigación sobre la Integración de América Latina y el Caribe (Redialc), 2017. p. 517– 526.
- RAJAN, Kaushik Sunder. Biocapital: The Constitution of Postgenomic Life. Durham and London: Duke University Press, 2006.
- RODRÍGUEZ, Adrián G; MONDAINI, Andrés O; ARAMENDIS, Rafael H. El financiamiento de la bioeconomía en países seleccionados de Europa, Asia y África: Experiencias relevantes para América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 2018. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/44287-financiamiento-la-bioeconomia-paises-seleccionados-europa-asia-africa>. Acesso em: 12 mai. 2023.
- RODRÍGUEZ, Adrián G; MONDAINI, Andrés O; HITSCHFELD, Maureen A. Bioeconomía en América Latina y el Caribe: contexto global y regional y perspectivas. Santiago: CEPAL, 2017. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/42427-bioeconomia-america-latina-caribe-contexto-global-regional-perspectivas>. Acesso em: 12 mai. 2023.
- RODRÍGUEZ, Adrián G; RODRIGUES, M; SOTOMAYOR, O. Towards a sustainable bioeconomy in Latin America and the Caribbean: elements for a regional vision. Natural Resources and Development series, n.193. Santiago: CEPAL, 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/en/publications/44994-towards-sustainable-bioeconomy-latin-america-and-caribbean-elements-regional>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- SANTIAGO, Aldo. Pueblos de la Amazonia denuncian invasiones del capital verde. Avispa Midia, 29 jun. 2021. Disponível em: <https://avispa.org/pueblos-de-la-amazonia-denuncian-invasiones-del-capital-verde/>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- SERNA, Lourdes Alonso. Land grabbing or value grabbing? Land rent and wind energy in the Isthmus of the Tehuantepec, Oaxaca. Competition & Change, v.26, n.3–4, p. 487–503, 2021.
- TRIGO, Eduardo et al. Hacia un desarrollo de la bioeconomía en América Latina y el Caribe. In: HODSON, Elizabeth Hodson (ed.). Hacia una bioeconomía en América Latina y el Caribe en Asociación con Europa. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2014. p. 17– 46.
- UNOSSC (Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul). South-South and triangular cooperation on the bioeconomy: in light of the Paris Agreement and the 2030 Agenda for Sustainable Development. New York, 2020. Disponível em: <https://www.unsouthsouth.org/2020/08/11/south-south-and-triangular-cooperation-on-the-bioeconomy-in-light-of-the-paris-agreement-and-the-2030-agenda-for-sustainable-development/>. Acesso em: 12 mai. 2023.
- VALENCIA-BOTERO, Mónica J.; CARDONA-ALZATE, Carlos A. Análisis del ciclo de vida para la producción de hidrógeno como combustible del futuro. Revista Cubana de Química, v. XXV, n. 2, p. 165–179, 2013.

VEIGA, J. E. Para Entender o Desenvolvimento Sustentável. Editora 34: São Paulo, Brasil, 2015.

As características e impactos das políticas públicas de atenção à saúde materna no Brasil nos últimos 20 anos

Isabelle de Almeida Teles¹

Resumo

A formulação de políticas públicas para a saúde da mulher cresceu principalmente a partir do século XX, quando foram desenvolvidas inúmeras estratégias para a redução da mortalidade materna que subsidiaram a abertura de uma agenda de políticas para a saúde da mulher no Brasil. A taxa de mortalidade materna é um dos principais indicativos da condição socioeconômica precária de uma população, uma vez que é diretamente influenciada por fatores como a escolaridade, a raça, o estado civil e o padrão socioeconômico das mulheres. Entretanto, empecilhos como a subnotificação e o subregistro dos óbitos maternos dificultam a formulação de estratégias eficientes para a melhoria do indicador. Este estudo busca analisar se políticas públicas brasileiras como o Programa Nacional de Humanização do Pré Natal e Nascimento, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, o Pacto Nacional Pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal e a Rede Cegonha impactaram positivamente no acesso à atenção pré natal e na redução da taxa de mortalidade materna nas últimas duas décadas.

Palavras-chave: Políticas públicas de saúde; Mortalidade materna; Assistência pré-natal; Saúde reprodutiva

Abstract

The formulation of public policies for women's health grew mainly from the 20th century, when numerous strategies that subsidized the opening of a policy agenda for women's health in Brazil were developed. The maternal mortality rate is one of the main indicators of the precarious socioeconomic condition of a population, since it is directly influenced by factors such as education, race, marital status and the women's socioeconomic standard. However, obstacles such as under-report and under-record of maternal deaths make it difficult to

¹ Universidade Federal do ABC - isabelle.t@aluno.ufabc.edu.br.

formulate efficient strategies to improve the indicator. This study seeks to analyze whether Brazilian public policies such as the National Program for the Humanization of Prenatal and Birth, the National Policy for Integral Attention to Women's Health, the National Pact for the Reduction of Maternal and Neonatal Mortality and the Stork Network had a positive impact on access to prenatal care and the reduction of the maternal mortality rate in the last two decades.

Key Words: Public health policies; Maternal mortality; Prenatal care; Reproductive health

Introdução

Em 2020, a taxa de mortalidade materna no Brasil sofreu aumento de mais de 10 pontos percentuais em relação ao ano anterior, após observada uma queda desde o início da década (ALVES et al, 2022). A pandemia do Covid-19, doença na qual estão entre o grupo de risco 1 as gestantes e puérperas (mulheres que estão no puerpério, período que dura cerca de 42 dias após o parto), foi a principal causadora do aumento significativo deste número (DALLARA, 2022). A mortalidade materna, indicador compreendido pela razão entre o número de óbitos maternos e o número de nascidos vivos, é um dos principais indicativos da condição socioeconômica precária e da dificuldade de acesso aos serviços de saúde em determinada população. Portanto, especialmente a partir do século XX, diversas políticas que visam a redução do número de óbitos maternos foram implementadas em todo o mundo (VIANA et al, 2011).

Até os anos 80, o modelo de atenção à saúde da mulher, assim como as políticas que o regulamenta, era direcionado predominantemente para a reprodução, sendo caracterizado pelo excesso da medicalização sobre o corpo feminino nos processos de gestar e parir. A partir desse contexto, em 1983 foi formulado o Programa de Ação Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que buscava um olhar mais amplo sobre a saúde da mulher além do processo de reprodução. Esse programa abriu caminho para que novas e mais detalhadas políticas para a saúde da população feminina fossem implementadas nos anos seguintes, principalmente após a Constituição Federal de 1988 (NETO et al, 2008).

Ademais, o significativo aumento do número de mulheres em idade fértil (na faixa de 10 a 49 anos) nos últimos anos no Brasil (JORGE et al, 2015), reitera a necessidade de implementar e aprimorar políticas públicas que garantam que todas as gestantes e puérperas encontrem atendimento médico de qualidade no Sistema Único de Saúde (SUS).

De modo a compreender as deliberações e os resultados desses esforços pela redução da Mortalidade Materna no Brasil, principalmente nos últimos 20 anos, este artigo intui elencar

algumas das principais políticas públicas de atenção à saúde materna implementadas, suas características e impactos nos indicadores de monitoramento. Para isso, buscou-se avaliar, por meio de pesquisa bibliográfica, se as políticas públicas analisadas foram capazes de atender um maior número de gestantes e puérperas, assim como verificar se houve redução da taxa de mortalidade desse grupo com verificada correlação com as ações executadas.

A mortalidade materna

A razão de mortalidade materna é um indicador essencial para a formulação de políticas públicas em qualquer instância. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a morte materna é 2 definida como “a morte de mulheres durante a gestação ou dentro de um período de 42 dias após o término da gravidez, devida a qualquer causa relacionada com ou agravada pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela, porém não devida a causas acidentais ou incidentais.” (OMS apud LAURENT et al, 2008, p. 2).

A importância desse indicador se dá pela sua capacidade de ser não apenas um ótimo informador da saúde feminina (LAURENTI et al, 2000), mas um dos principais indicativos da condição socioeconômica e da qualidade e acesso à saúde pela população em geral, havendo relação entre o indicador e fatores econômicos e sociais de determinada população. Essa relação se confirma no fato de que 99% das mortes maternas ocorrem em países em desenvolvimento e 90% poderiam ser evitadas (VIANA et al, 2011).

Na América Latina, a maior parte dos óbitos ocorre por causas obstétricas diretas durante a gestação, parto ou puerpério. Causas obstétricas diretas são definidas por complicações relacionadas a intervenções ou tratamentos incorretos, omissões no atendimento ou qualquer evento derivado destas causas (VIANA et al, 2011). Essas mortes são, portanto, evitáveis a partir da viabilização universal do atendimento médico gratuito e de qualidade.

Apesar de já terem sido iniciados na Europa do século XIX, a criação de programas visando a melhoria da saúde da mulher ganhou força a partir da Primeira Guerra Mundial, sendo difundidas, a partir de então, ações a nível global (VIANA et al, 2011). Em 1990 foi aprovado pelos países americanos o Plano de Ação Regional para a Redução da Mortalidade Materna da Organização Panamericana da Saúde (OPS), que intuía “melhorar as condições de saúde da mulher da Região, por meio do aumento da cobertura e da qualidade dos serviços de saúde reprodutiva, com a finalidade de reduzir as taxas atuais de mortalidade materna” (OPS/OMS apud LAURENTI et al, 2000, p. 24). A partir da aprovação do plano regional, a maior parte dos países da América Latina deram início às atividades propostas para reduzir os valores do indicador de mortalidade materna (LAURENTI et al, 2000).

Já na Cúpula do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU) ocorrida em 2000, uma das Metas de Desenvolvimento foi a redução da mortalidade materna em 75% até 2015, sendo necessária uma redução global de 5,5% ao ano desse indicador para atingir a meta (MORSE et al, 2011). Essas iniciativas, entre muitas outras ocorridas no decorrer do século XX, 3 delimitaram os planos e metas para a redução da mortalidade materna que subsidiaram a abertura de uma agenda de políticas para a saúde da mulher no Brasil.

As políticas de atenção à Saúde materna no Brasil

Na década de 1960, durante o período da ditadura militar, o modelo de atenção à saúde no Brasil passa a ter um viés privatista. Como característica principal, há a ascendência de um modelo de produção burocrático centrado no conhecimento científico e tecnológico, tendo como princípio a mercantilização da assistência médica (NETO et al, 2009).

Como consequência, nos anos seguintes, os programas voltados para a saúde da mulher tinham como prioridade o processo de reprodução e a saúde materno-infantil, sendo marcadas por uma excessiva medicalização do corpo feminino, principalmente no uso abusivo das cesarianas e da esterilização como forma de contracepção (ALMEIDA apud. NETO et al, 2009, p. 109). Esses programas “traduziam uma visão restrita sobre a mulher, baseada em sua especificidade biológica e no seu papel social de mãe e doméstica, responsável pela criação, pela educação e pelo cuidado com a saúde dos filhos e demais familiares.” (BRASIL, 2004, p. 15).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a construção do SUS, resultado da luta de movimentos sociais pela Reforma Sanitária Brasileira, houve melhoria nas condições de saúde da população (LEAL et al, 2018) e, conseqüentemente, a ampliação e aprimoramento das políticas criadas. A partir de então, as políticas para a saúde da mulher deixam de priorizar apenas os processos de gestação e parto e passam a privilegiar a saúde integral da mulher em todas as fases da vida, compreendendo o conceito da mulher independente e livre para expressar sua sexualidade sem a obrigação de vivenciar a maternidade (JORGE et al, 2015).

No ano 2000, foi criado pelo Ministério da Saúde o Programa Nacional de Humanização do Pré Natal e Nascimento (PHPN), com o objetivo de melhorar o acesso, a cobertura e a qualidade do pré natal e da assistência ao parto e puerpério oferecidos pela saúde pública brasileira. O programa visa também a redução das taxas de morbidade e mortalidade materna registradas no Brasil. Foram previstos, em seu escopo, incentivos financeiros para estados e municípios realizarem o correto cadastramento e registro do pré-natal das gestantes atendidas 4 (BRASIL, 2002), além de capacitações direcionadas para profissionais da saúde por uma assistência mais humanizada (JORGE et al, 2015). A princípio, muitos municípios em todo país aderiram ao programa visando cumprir as metas propostas, porém após cerca de 10 anos de sua

implantação havia baixo cumprimento do total de metas, com variações de adesão entre as regiões do Brasil (ANDREUCCI, CECATTI, 2011).

Revela-se, a partir dos dados de implementação do programa, que a adesão ao PHPN, pelas organizações públicas de saúde, foi feita a partir de estruturas burocráticas ainda muito centralizadas, evidenciando a imaturidade da gestão e causando conflitos entre os três níveis de governo: municipal, estadual e federal. Além disso, o esforço para implementar o programa expôs as fragilidades dos municípios em distribuir recursos e promover a atenção à gestação e ao parto (SERRUYA et al, 2004).

Já em 2004, reforçando a agenda de políticas para a saúde da mulher, foi instituída a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), sucessora do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), criado em 1983. Foram propostos pela política os princípios e diretrizes para um atendimento humanizado e de qualidade à saúde da mulher, considerando as especificidades de raça, idade, orientação sexual, deficiência, entre outras. A PNAISM foi elaborada com o objetivo de nortear as ações do Sistema Único de Saúde pela promoção da saúde da população feminina, visando melhorar as condições de vida das mulheres, reduzir a morbidade e mortalidade feminina e ampliar, qualificar e humanizar a atenção à saúde da mulher (BRASIL, 2004).

Foram verificadas, entretanto, algumas inconsistências entre a proposta de integralização do atendimento à saúde da mulher e desafios que são identificados em estudos feitos até pouco mais de uma década da implementação da política. Entre eles, há a desigualdade de classe e de gênero no atendimento médico, a postura autoritária dos profissionais de saúde, o enfoque na assistência à mulheres gestantes ou puérperas em detrimento de mulheres que não estão em idade fértil e a discrepância regional no atendimento, sendo as mulheres nordestinas mais atingidas (SANTANA et al, 2019).

Também em 2004 foi estabelecido o Pacto Nacional Pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, consolidando a prioridade de medidas governamentais pela melhoria desses 5 indicadores. Foram determinadas e descritas no documento 29 ações estratégicas, dentre elas a expansão da oferta de exames laboratoriais no pré-natal, a vigilância ao óbito materno e infantil e a garantia de acolhimento de mulheres e recém nascidos nos serviços de saúde (BRASIL, 2004).

Visando incorporar as ações pela saúde da mulher empregadas nos anos anteriores, foi instituída em 2011 a rede de atenção materna, neonatal e infantil denominada como Rede Cegonha (LEAL et al, 2018). A Rede Cegonha foi lançada como estratégia do Sistema Único de Saúde para reduzir a morbidade e mortalidade materna, operacionalizando políticas já existentes em

uma rede de cuidados integrais à saúde da mulher e do recém nascido. Para atingir os objetivos estabelecidos, a Rede atua de modo a garantir um pré natal de qualidade, buscando acolher as gestantes e puérperas em uma unidade de saúde, promover um atendimento individualizado e eficaz e oferecer atenção à saúde da criança até os 24 meses de vida (GUERRA et al, 2016).

Desse modo, com a implementação do programa, houve a possibilidade de fortalecer o vínculo com as mulheres atendidas pela Atenção Básica de saúde, além de fornecê-las melhor educação em saúde, melhorando a qualidade do pré-natal (GUERRA et al, 2016).

Impactos e desafios das políticas nas últimas duas décadas

Após a implementação de políticas como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher na década de 80 e o Programa Nacional de Humanização do Pré Natal e Nascimento no ano 2000, a razão de mortalidade teve queda de 141 para 80 óbitos por cem mil nascidos vivos entre 1990 e 2001, havendo possível influência das políticas na variação do indicador. Nesse sentido, as reduções foram observadas nas mulheres de 30 a 49 anos, não havendo diminuição da mortalidade materna em mulheres mais jovens (MOTTA, MOREIRA, 2021). Há também indícios de que, após a adesão do PHPN nas redes municipais de saúde, estas demonstraram melhora na atenção obstétrica em detrimento das instituições de saúde privadas (ANDREUCCI, CECATTI, 2011).

Apesar da melhora no acesso à atenção pré-natal na maior parte do país decorrente das 6 políticas implementadas nos anos anteriores, observa-se que na década seguinte, entre 2000 e 2009, houve aumento no número absoluto de mortes maternas no Brasil. A região nordeste teve o maior crescimento neste período (18,53%), enquanto a região sul apresentou redução de 15,76% (FERRAZ, BORDIGNON, 2012). A partir de 2010, a razão de mortes maternas apresentou, novamente, pequena queda, alcançando o valor de 59,7 óbitos para cada cem mil nascidos vivos em 2015 (LEAL et al, 2018).

Segundo Nunes et al (2017) a implantação do Programa Nacional de Humanização do Pré Natal e Nascimento, e da Rede Cegonha em 2011, impactaram nos indicadores de acesso à atenção pré-natal no Brasil. Por conseguinte, “Indicadores de cobertura de planejamento reprodutivo, assistência pré-natal, atenção qualificada ao parto atingem altos patamares, com reduções importantes nas desigualdades sociais e regionais.” (LEAL et al, 2018, p. 1925).

Entretanto, apesar da adesão dos estados à Rede Cegonha, a razão de mortalidade materna permaneceu constante entre 2011 e 2014, tendo como possível razão a imaturidade do programa neste período, uma vez que são previstos no seu escopo ações educativas que requerem tempo para se refletirem em resultados objetivos (GUERRA ET AL, 2016). Nos anos

seguintes, o avanço e o monitoramento destas políticas foi dificultado devido à ruptura política gerada pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff. Nesse contexto de mudança de governo e de projeto de país, que passou a ser norteado pela lógica neoliberal, houve um severo desmonte de políticas públicas, sendo as políticas para mulheres um dos principais alvos com a extinção do Ministério das Mulheres (RANGEL, DUTRA, 2019).

Avançando para o ano 2020, marcado pelo início da pandemia causada pelo COVID-19, houve aumento considerável na mortalidade materna, com a taxa de 67,9 óbitos por cem mil nascidos vivos. No ano seguinte, ainda em contexto de pandemia, houve crescimento semanal de 233,8% de óbitos em gestantes e puérperas (ALVES et al, 2022). De modo a se obter um parâmetro, são considerados aceitáveis até 15 óbitos por cem mil nascidos vivos em países desenvolvidos. Para países subdesenvolvidos, como no Brasil, os valores “normais” podem chegar a 100 óbitos por cem mil nascidos vivos (LAURENTI et al, 2000).

A discrepância entre os valores base para a razão de mortalidade materna em países desenvolvidos e subdesenvolvidos se deve ao caráter social da ocorrência desses óbitos, uma vez que fatores como a escolaridade, raça, estado civil e padrão sócio-econômico refletem nos 7 valores apresentados pelo indicador (VIANA et al, 2011). Desse modo, a partir da revisão dos dados de mortalidade materna em todo o mundo, há evidências de que a mortalidade entre mulheres negras (pardas e pretas) é substancialmente maior do que entre mulheres brancas. A taxa de mortalidade materna registrada em estudo realizado em 2001 foi cerca de 7 vezes maior em mulheres negras do que em mulheres brancas (MARTINS, 2006).

Apesar da existência de estudos que evidenciem a grave diferença nas taxas de mortalidade materna de acordo com a raça declarada:

A falta de entendimento das diferenças e diferenciais raciais/étnicos, da opressão de gênero e do racismo na manutenção, recuperação e perda da saúde em uma sociedade classista provoca “espanto” quando se menciona a saúde da mulher negra. A despeito dos diferentes referenciais, os dados evidenciam que as mulheres negras vivem em piores condições de vida e saúde. Vários autores afirmam que as mulheres negras têm os piores níveis de renda e escolaridade no Brasil. (MARTINS, 2006, p. 2474)

Nesse sentido, a PNAISM determina como um de seus objetivos a promoção da saúde à mulher negra (BRASIL, 2015), não havendo, até o momento, dados oficiais que mostrem o impacto das ações da Política na população feminina negra. Por outro lado, além da resistência em considerar os grupos raciais nas pesquisas à respeito da mortalidade materna no Brasil, dificultando a correta análise do indicador (MARTINS, 2006), é possível relacionar à persistência dos números elevados no indicador de mortalidade materna, a:

falta de reconhecimento destes eventos como um problema social e político; ao desconhecimento da sua verdadeira magnitude; e à deficiência da qualidade dos serviços de saúde oferecidos às mulheres no ciclo gravídico-puerperal e ao recém nascido. (BRASIL, 2004, P. 3)

Ademais, é enfrentado, não apenas no Brasil, um grave problema de subnotificação e de má qualidade de registro de mortes maternas pelos profissionais da saúde. Esse fato se torna um empecilho tanto para a correta identificação dos eventos que culminaram nos óbitos, quanto para a análise da real dimensão do problema (VIANA et al, 2011), dificultando a criação de estratégias efetivas para solucioná-lo.

Considerações finais

No Brasil, foram implantadas nas últimas duas décadas, diversas estratégias para a melhorar o acesso à assistência médica, humanizar o atendimento e diminuir a mortalidade de gestantes e puérperas no Sistema Único de Saúde. Estas ações apresentaram resultados positivos quando analisados os dados sobre o acesso e a qualidade do pré-natal na rede pública. Entretanto, apesar de terem sido registradas pequenas melhoras na última década, a taxa de mortalidade materna no Brasil segue elevada e muito distante daquela observada em países desenvolvidos, principalmente após a pandemia do COVID-19. Persiste, portanto, a necessidade de analisar esta problemática considerando os fatores sociais e políticos que a envolvem, buscando diminuir as desigualdades no acesso à saúde e melhorar as condições de vida das mulheres brasileiras.

Referências bibliográficas

- ALVES, Rafaela Pereira et al. Mortalidade materna em tempos de pandemia de COVID-19: Uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 4, 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26942>>. Acesso em: 14 de maio de 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Pacto nacional pela redução da mortalidade materna e neonatal. Brasília: Ministério da Saúde; 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento. Brasília: Ministério da Saúde; 2000.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- FERRAZ, Lucimare; BORDIGNON, Maiara. Mortalidade materna no Brasil: uma realidade que precisa melhorar. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v.36, n.2, p.527-538 abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/0100-0233/2012/v36n2/a3253.pdf>>. Acesso em: 03 de abril de 2022.
- GUERRA, Heloísa Silva et al. Análise das ações da Rede Cegonha no cenário brasileiro. *Iniciação Científica Cesumar*, v. 18, n. 1, p. 73-80, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/iccesumar/article/view/4897/pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2022.
- JORGE, Herla; HIPÓLITO, Maiza; MASSON, Valéria; SILVA, Raimunda. Assistência pré-natal e políticas públicas de saúde da mulher: revisão integrativa. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v.28, n.1, p.140-148, jan./mar., 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40842428019>>. Acesso em: 03 de abril de 2022.
- LAURENTI, Ruy; JORGE, Maria Helena P.; GOTLIEB, Sabina Léa Davidson. Mortes maternas e mortes por causas maternas. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 17, n. 4, p. 283-292, 2008. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?pid=S1679-49742008000400005&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em 14 de maio de 2022.
- LAURENTI, Ruy; JORGE, Maria Helena P.; GOTLIEB, Sabina Léa Davidson. Reflexões sobre a mensuração da mortalidade materna. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 23-30, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/wbkh9DyZ3MJ5FcNdnGTHkcn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 5 de maio de 2022.
- LEAL, Maria do Carmo et al. Saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil nos 30 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). *Ciência & Saúde Coletiva*, 2018, v. 23, n.6, pp. 1915-1928. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.03942018>>. Acesso em 28 de abril de 2022.
- MARTINS, Alaerte Leandro. Mortalidade materna de mulheres negras no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 22, n. 11, p. 2473-2479, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/sW5LM59346pcKJ9XqZXLL6R/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05 de maio de 2022.
- MORSE, Marcia Lait et al. Mortalidade materna no Brasil: o que mostra a produção científica nos últimos 30 anos?. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 27, n. 4, p. 623-638, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/R4VnMBKz9d4f5Jp9bF6Pxzr/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

NETO, Edson; ALVES, Kelly; ZORZAL, Martha; LIMA, Rita. Políticas de Saúde Materna no Brasil: os nexos com indicadores de saúde materno-infantil. *Saúde e Sociedade*, v.17, n.2, p.107-119, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/hHYL5zwfpBRd88Bcd6bzsTp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 03 de abril de 2022.

NUNES, Aryelly Dayane da Silva et al. Acesso à assistência pré-natal no Brasil: análise dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 30, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/6158>>. Acesso em: 14 de maio de 2022.

SANTANA, Tamiles Daiane Borges et al. Avanços e desafios da concretização da política nacional da saúde da mulher: reflexão teórica. *Revista de Atenção à Saúde*, v. 17, n. 61, 2019. Disponível em: <https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/6012>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

VIANA, Rosane da Costa; NOVAES, Maria Rita Carvalho Garbi; CALDERON, Iracema de Mattos Paranhos. Mortalidade Materna: uma abordagem atualizada. *Comunicação em Ciências da Saúde*, v. 22, sup. 1, p. 141-152, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/136938>>. Acesso em 13 de abril de 2022.

Visões de China na imprensa brasileira: um estudo a partir da Folha de São Paulo, O Globo e G1.

Ana Tereza Lopes Marra de Sousa¹ - Diego Almeida Oliveira²

Resumo

Neste trabalho, abordamos a forma como temáticas relacionadas a China foram tratadas em meios de comunicação brasileiros durante 2021 e 2022. Durante oito meses, entre novembro de 2021 e junho de 2022, foram coletadas publicações sobre a China nos sítios eletrônicos de dois grupos midiáticos dos mais relevantes, em termos de assinaturas e visualizações, no país: i) a Folha de São Paulo (FSP), e ii) o grupo Globo (contemplando os sítios do jornal O Globo e do G1, portal de notícias da Globo). O objetivo da pesquisa foi compreender como tais veículos de mídia abordaram a China no que diz respeito a oportunidades e ameaças que a ascensão do país poderia trazer para o Brasil. A análise dos dados nos permitiu concluir que os meios de comunicação analisados se caracterizaram pela expressão de uma visão compartimentada da China, no qual destacaram, de um lado, as oportunidades que o Brasil tem devido a sua ascensão econômica, mas, de outro, as ameaças que seriam decorrentes da política chinesa.

Palavras-chave: China. Mídia. Relações Internacionais.

Abstract

In this work, we approach how themes related to China were treated in Brazilian media during 2021 and 2022. For eight months, between November 2021 and June 2022, publications about China were collected on the websites of two media groups of the most relevant, in terms of subscriptions and views, in the country: i) Folha de São Paulo (FSP), and ii) Grupo Globo (including the websites of the newspaper O Globo and G1, Globo's news portal). The objective of the research was to understand how such media vehicles approached China with regard to opportunities and threats that the country's rise could bring to Brazil. Data analysis allowed us to conclude that the analyzed media were characterized by the expression of a compartmentalized view of China, in which they highlight, on the one hand, the opportunities

¹ Universidade Federal do ABC - ana.terez@ufabc.edu.br

² ETEC - SP

LOPES MARRA DE SOUSA, Ana Tereza; ALMEIDA OLIVEIRA, Diego. Visões de China na imprensa brasileira. ÎANDÉ : Ciências e Humanidades, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 74–88, 2023. DOI: 10.36942/iande.v7i1.855.

that Brazil has due to its economic rise, but, on the other, the threats that would arise from Chinese policy.

Keywords: China. Media. International Relations.

Introdução

Neste trabalho, abordamos a forma como temáticas relacionadas a China foram tratadas em meios de comunicação brasileiros durante 2021 e 2022. Durante oito meses, entre novembro de 2021 e junho de 2022, foram coletadas publicações sobre a China nos sítios eletrônicos de dois grupos midiáticos dos mais relevantes, em termos de assinaturas e visualizações, no país: i) a Folha de São Paulo (FSP), e ii) o grupo Globo (contemplando os sítios do jornal O Globo e do G1, portal de notícias da Globo). O objetivo da pesquisa foi compreender como tais veículos de mídia abordaram a China no que diz respeito a oportunidades e ameaças que a ascensão do país poderia trazer para o Brasil.

Ressalta-se que a China é um importante parceiro internacional do Brasil: desde 2009 é o maior destino de nossas exportações e contribui com a maior parte do superávit comercial brasileiro, e desde 2017 é a maior origem de nossas importações, tendo se despontado ainda como importante fonte de investimentos diretos externos. Contudo, apesar de sua importância, a política externa hostil ao país levada a cabo pelo governo de Jair Bolsonaro (2019–2022) chamou atenção para o fato de que i) as relações Brasil-China estavam sujeitas a crescente politização e, ii) não existia um consenso sobre que tipo de política o Brasil deveria destinar ao país.

Acompanhando a importância que a China foi adquirindo no cenário internacional, de um lado, e o próprio peso que o país tem tido para a economia nacional, de outro, foi perceptível o crescimento do número de publicações na mídia as quais citaram o país, na Folha de São Paulo (FSP), por exemplo, segundo pesquisa que realizamos pelo próprio mecanismo de busca do seu sítio eletrônico, enquanto que entre os anos de 2016 e 2018 o país foi citado 2454 vezes na edição impressa do jornal, entre 2019 e 2021, as citações chegaram a 6293.

A importância de compreender como a China tem sido abordada nos meios de comunicação brasileiros se dá principalmente por dois motivos. O primeiro é que tal conhecimento nos ajuda a entender melhor quais são os juízos que se tem na opinião pública brasileira sobre o país. Diversos estudos sugerem que publicações da mídia podem ter um papel importante sobre a formação e/ou como expressão de opinião pública que poderá ser mobilizada como justificativa para manutenção ou mudança de políticas governamentais (OLICSHEVIS, 2006). Lembra-se que os meios de comunicação frequentemente tentam se colocar como portadores de uma

determinada opinião pública e podem pressionar a tomada de decisões políticas. Desse modo, saber o que se diz sobre um determinado tema nos meios de comunicação contribui para compreender, ainda que de forma parcial, quais são os interesses que o assunto mobiliza na sociedade e que tipos de pressões os governos podem estar sujeitos em suas políticas.

Em decorrência do exposto, de forma complementar, o segundo motivo pelo qual é relevante compreender como a China tem sido abordada na mídia brasileira refere-se a conexão, apontada pela literatura, existente entre mídia, opinião pública e política externa. Embora não se possa apontar a medida em que essas três esferas se interrelacionam, trabalhos como o de Casarões (2012), Faria (2008), Ferreira (2021), Nogueira et al (2020), Monteiro & Lessa (2020), Coronato et al (2022), Ferreira & Lira (2019) e Fontes et al (2015) têm procurado destacar a maior reverberação de temas relacionados a Política Externa Brasileira (PEB) na mídia e/ou conexões entre mídia, opinião pública e política externa. Como aquilo que a mídia exprime em suas publicações pode ser usado como forma de pressão para influenciar políticas, compreender o que se diz sobre China auxilia para um melhor entendimento das políticas direcionadas pelo Brasil a China e, ainda, para percebermos que tipos de estratégias de política externa estão implicitamente propostas nas posições defendidas. Compreender essas propostas torna-se ainda mais relevante em um cenário no qual não existe consenso sobre que tipo de política o Brasil deve destinar ao país asiático, bem como há problematização sobre as relações bilaterais.

O trabalho utilizou como metodologia revisão bibliográfica e levantamento de dados primários, incluindo a análise de centenas de notícias nos sítios da FSP, de O Globo e do G1. Com base nos dados coletados, concluímos neste trabalho que os meios de comunicação analisados se caracterizaram pela expressão de uma visão compartimentada da China, no qual destacaram, de um lado, as oportunidades que o Brasil tem devido a sua ascensão econômica, mas, de outro, as ameaças que seriam decorrentes da política chinesa. Assim, percebeu-se que, segundo essas visões, prescreve-se para as relações Brasil-China um tipo de política externa que deve ser focada nas interações econômicas.

Além desta breve introdução, o trabalho divide-se em mais 4 partes. Na segunda, analisamos as conexões entre mídia, opinião pública e política externa. Na terceira, apresentamos um breve apanhado das relações Brasil-China apontando o aumento da politização dessas relações nos últimos anos. Na quarta, abordamos, como base na pesquisa empírica, como as temáticas relacionadas a China forma tratadas pela FSP e pelas mídias do grupo Globo (O Globo e G1). Na quinta, enfim, apresentamos as considerações finais.

Relação entre mídia, opinião pública e política externa

Neste trabalho, o entendimento que temos sobre política externa situa-se no que se convencionou chamar de visão pluralista das Relações Internacionais, a qual considera errônea a visão do Estado como agente unitário, que expressa um interesse nacional acima das preferências domésticas na política internacional. Partimos da suposição de que a política externa é uma política pública como qualquer outra, apesar da especificidade de “ser implementada fora das fronteiras estatais” (SALOMON; PINHEIRO, 2013, p.41). E, como qualquer política pública, está sujeita a sofrer impacto de atores de fora governo que, organizados, disputam para definir o conteúdo das políticas que serão adotadas (SILVA, 2015).

Essa luta por influência deve-se ao fato de que as políticas públicas possuem custos distributivos para os atores, isto é, elas podem beneficiar alguns, enquanto prejudicam outros. A percepção de que pode, de um lado, haver a potencialização de vantagens e, de outro, a minimização de perdas é o que leva grupos organizados a tentarem influenciar o conteúdo das políticas, sendo que a política externa está sujeita a sofrer essas pressões (PUTNAM, 2010).

Dentre a miríade de atores que pode influenciar nas políticas públicas e, portanto, na política externa, neste trabalho, destacamos a mídia, principalmente por meio de suas ações junto à opinião pública. Qual a relação entre mídia e opinião pública? A literatura que consultamos considera que a mídia tem um importante papel em ajudar a construir a opinião pública e a influenciá-la em determinadas direções.

Como argumentam Fontes et al (2015, p.2), os meios de comunicação possuem um importante papel na formação de opinião por “influenciar no processo de significação do mundo, na construção social da realidade, ao lado de outros tantos processos de interação social”. Nesse mesmo sentido, Nogueira et al (2020, p.31) destacam a influência da mídia “em processos de construção de imaginários sociais e de formação de opinião pública mundial”. Como muitos acontecimentos – ainda mais se pensarmos em outros países – ocorrem distantes dos indivíduos, estes passam a tomar conhecimento sobre aqueles a partir da mediação realizada pelas mídias de massa que vão, portanto, selecionar os fatos a serem noticiados, bem como influenciar a opinião que se forma sobre eles (NOGUEIRA et al, 2020, p.31). Nesse processo de mediação, é preciso admitir, como afirma Camargo (2008), que o jornalismo não é neutro ou imparcial, ele veicula informações que podem ter um caráter enviesado e não contar todos os lados da história, assim tendo a capacidade de influenciar as opiniões em uma determinada direção que se tenha interesse.

O que seria a opinião pública? Levando em consideração o papel de mediação da mídia, que não é neutro ou imparcial, a opinião pública não deve ser entendida como sendo as opiniões

que se originam com base em preferências gerais coletivas, pois muitas opiniões que assim se originam não são publicadas na mídia ou mobilizadas como opinião pública. A opinião pública deve ser entendida como as opiniões tornadas públicas, processo no qual os meios de comunicação têm papel importante em mediar, que serão difundidas – muitas vezes como se expressassem preferências universais – e vão sofrer enquadramentos específicos que podem ajudar a construir cenários que favorecem ou prejudicam forças políticas e grupos de interesse (FERREIRA, 2015).

Uma ampla bibliografia considera, nesse sentido, que a opinião pública possa ser fabricada. Como exemplo, pode-se citar o trabalho de Herman e Chomsky (1988), no qual os autores destacam como a mídia de massa nos EUA atuou para criar um “consenso fabricado” – que atendia aos interesses do governo dos EUA e de agentes privados – na opinião pública em torno da ideologia anticomunista durante a guerra fria. Assumiu-se que as publicações da mídia tiveram o papel de difundir mensagens, símbolos, valores, credos e códigos no comportamento das pessoas que, por sua vez, se integraram a uma estrutura mais geral da sociedade causando impactos políticos (HERMAN; CHOMSKY, 1988).

Repara-se que mesmo que se assuma a possibilidade de que a opinião pública possa ser manipulada, como lembra Coronato et al (2022), tal opinião não pode ser ignorada, pois seus efeitos políticos, considerando-se que podem impactar nos insumos de formulação e decisão de políticas públicas – inclusive a política externa –, podem ser tornar reais. Assim, uma das formas pelas quais a mídia pode impactar na política externa é por meio do papel que exerce enquanto agente que ajuda a formatar a opinião pública: ela seleciona o que noticiar e a quem dar voz pública – que pode se passar como opinião pública –, inclusive sobre a análise de questões internacionais. Como afirma Albuquerque (2008), o jornalismo frequentemente coloca-se como defensor de pautas que ele mesmo intitula como sendo “interesse geral” transvestindo muitas vezes interesses particulares como coletivos que, contudo, podem ter (embora não significa que necessariamente terão) impactos políticos.

Neste trabalho, nossa ideia é compreender que tipo de opinião pública se tem sobre a China nas mídias analisadas e verificar que tipos de propostas de política externa estão subentendidas nessas opiniões. Não queremos inferir que as propostas de política subentendidas nas opiniões serão adotadas como política pública pelos governos, mas certamente compreender as visões sobre a China e as propostas de política que se tem para as relações Brasil-China contribui para sabermos melhor quais são as posições sobre o país na sociedade e quais tipos de pressão as políticas públicas podem estar sujeitas.

Relações Brasil-China: histórico recente

Brasil e China estabeleceram relações diplomáticas em 1974. Na década de 1980 importantes acordos na área de ciência e tecnologia para construção de satélites foram fechados entre os países, contudo apenas a partir da década de 1990 que as relações econômicas entre ambos começaram a ser mais intensas tendo como base a grande competitividade da China no setor de manufaturados, de um lado, e as exportações brasileiras de insumos básicos, de outro (SOUSA, 2021).

A partir da década de 2000, a vultuosa exportação de bens primários brasileiros – em destaque soja e minério de ferro – para a China fez com que em 2009 o país se transformasse no principal destino das vendas brasileiras e maior fonte de superavit comercial para o Brasil (postos nos quais se mantem até hoje). A partir da década de 2010, as relações comerciais, somaram-se investimentos chineses em território brasileiro, em setores diversos, com destaque para o de energia.

Em termos políticos, destaca-se o estabelecimento de uma parceria estratégica entre os países em 1993, mas a maior aproximação política deu-se a partir dos governos do PT (2003–2016). Cita-se a criação da Comissão de Alto Nível de Concertação e Cooperação entre Brasil e China (COSBAN) em 2004, a participação conjunta no BRICS (grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em formato de cúpula desde 2009 (ainda como BRIC, a integração da África do Sul deu-se em 2011), e a constituição do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas em 2014. Há ainda a inauguração da Parceria Estratégica Global entre os países a partir de 2012.

A grande aproximação entre Brasil e China, tanto em termos políticos, como econômicos, considerando os custos distributivos que tal fato teve nos atores domésticos, provocaram uma crescente politização das relações entre os países (SOUSA, 2021). Nós dividimos esse cenário de politização em dois momentos: i) o que vai da década de 1990 até 2018, e; ii) de 2019 até 2022. O que divide os dois momentos é o impacto que a politização passa a ter na PEB: enquanto no primeiro momento, mesmo diante de questões econômicas e políticas divergentes, houve certo consenso na PEB sobre a China; no segundo, as políticas do Brasil para a China passaram a ser caracterizadas por contradições.

No que se refere ao primeiro momento, entre a década de 1990 até o fim do governo Michael Temer havia um relativo consenso na PEB sobre as relações bilaterais com a China: o de que era preciso aprofundar a cooperação com o país (SANTORO, 2020). Até setores críticos as relações comerciais e de investimentos com a China, consideravam a necessidade de manter

boas relações com o país e aprofundar a cooperação como o caminho para resolver possíveis problemas (SOUSA et al, 2021).

Ainda na década de 1990, devido a entrada maciça de importações, principalmente de bens de consumo, da China, setores nacionais passaram a problematizar as relações com o país, principalmente alguns nichos industriais. De outro lado, contudo, tais reclamações foram contrabalanceadas por importadores nacionais que se aproveitaram das importações originadas na China para fazer negócios mais competitivos, e exportadores – principalmente no setor mineral, energético e do agronegócio – para os quais o mercado chinês se mostrou muito importante (SOUSA, 2021). De todo modo, tanto do lado dos que reclamaram, quanto dos que foram beneficiados pelas relações com a China, havia um consenso que a manutenção de uma contínua aproximação e negociação com o país era necessária, fosse para obter mais vantagens, fosse para tentar diminuir os problemas (SANTORO, 2020). Em termos de política internacional, mesmo que no governo Temer tenha sido diminuído o ímpeto da política Sul-Sul na PEB e aumentado-se a aproximação do Brasil com as estruturas hegemônicas do sistema internacional (exemplificados pelo pedido de entrada na OCDE), a China foi mantida como interlocutora relevante e uma das prioridades da PEB.

Contudo, a emergência de Jair Bolsonaro à presidência, em 2019, alimentou uma política hostil a China, dando-se início ao segundo período que apontamos. Durante a campanha eleitoral, em 2018, Jair Bolsonaro – então candidato a presidente do Brasil – mostrou-se um crítico das relações Brasil-China, principalmente no que se referia as relações econômicas, as quais caracterizou como sendo uma interação em que a China "compra" o Brasil. Já eleito presidente, reafirmou algumas declarações que indicavam o mesmo conteúdo, de forma a produzir-se incerteza a respeito de como se reformularia a PEB para a China (SOUSA et al, 2021). Reforçando a indicação de mudança, sustentou durante os 2 primeiros anos de governo Ernesto Araújo como ministro das relações exteriores, o qual também deu declarações controversas a respeito das relações do Brasil com a China, reiterou mais de uma vez o fato de os países terem identidades contrapostas nas relações internacionais, defendendo que, com a China, o Brasil não deveria possuir muito além de relações comerciais, indicando que em termos políticos os países deveriam se manter afastados (SOUSA et al, 2021).

Durante o ano de 2020, afetado pela pandemia de COVID-19, personagens do alto escalão do governo Bolsonaro, incluindo ele mesmo, fizeram reiteradas críticas a China envolvendo a pandemia, vacinas chinesas, e críticas a tecnologias da informação ofertadas por empresas chinesas, como o caso do 5G da Huawei. A PEB para a China, que no primeiro momento que apontamos (da década de 1990 até 2018) havia girado em torno do consenso de que uma maior aproximação era necessária, a partir de 2019, assim, passou a operar na perspectiva de um

afastamento entre os países. A substituição de Araújo por Carlos França no Itamaraty, em março de 2021, apesar de ter distensionado as relações diplomáticas bilaterais, contudo, ainda continuou a gerar incertezas da PEB para a China (SOUSA et al, 2022).

Nesse ponto, é importante dizer que o descolamento da PEB durante o governo Bolsonaro do interesse de grupos domésticos – os quais, no geral, ainda operaram na lógica de que o necessário é uma maior aproximação com a China, não o contrário – incentivou a participação de mais atores nos assuntos internacionais que envolveram os dois países: governos subnacionais, conselhos empresariais, empresários e o poder legislativo, dentre outros, passaram a estabelecer relações mais diretas com a China.

É nesse cenário que se insere as notícias que coletamos entre 2021 e 2022, caracterizado pela crescente politização das relações bilaterais, pela inclusão de mais atores atuando diretamente nessas relações, e pela ausência de um consenso sobre como a China deve ser tratada na PEB.

Análise das Posições da Mídia: FSP, O Globo e G1

Nesta parte apresentaremos dados quantitativos e qualitativos da nossa pesquisa empírica. Primeiro, deve-se destacar que a pesquisa foi realizada em três sítios eletrônicos (sites): da FSP, do jornal O Globo e do G1, coletando-se as matérias (fossem editoriais, reportagens, artigos de opinião ou notícias) para os quais deram espaço de publicação. Destaca-se que a escolha das mídias analisadas reflete a importância que possuem no cenário brasileiro. Em termos de números, tanto FSP, como O Globo e o G1 destacam-se com relação a assinaturas e visualizações. No que se refere ao ano de 2021, a FSP teve uma circulação total de 366.088, aliada à uma média mensal de 22,2 milhões de acessos; enquanto O Globo, no mesmo período, atingiu 28,7 milhões de acessos mensais, tendo a quantidade de 373.139 em circulação total; já o portal G1, acumulou durante todo o ano de 2021, cerca de 3,1 bilhões de visitas, destaca-se que não é possível registrar sua circulação total, uma vez que se trata de jornal gratuito, não possuindo, dessa forma, assinantes (O GLOBO, 2022).

Em cada um desses sites, foram coletadas semanalmente notícias relacionadas a China, digitando-se nas ferramentas de busca a palavra “China”. Um primeiro filtro pelo qual as notícias passaram, referiu-se à identificação sobre se a China era o personagem central das notícias ou não. Houve notícias em que, apesar de saírem no mecanismo de busca quando “China” foi digitada, o país era marginal. Estas foram excluídas da análise. Só foram validadas para a nossa avaliação, as publicações nas quais a China era abordada de forma a ser um ator relevante para o entendimento do acontecimento que se buscava analisar na notícia.

Uma vez validada, foi realizada a leitura e avaliação da publicação, de acordo os seguintes critérios: Positivo, Parcialmente Positivo, Neutro, Parcialmente Negativo e Negativo. Essa classificação de posicionamentos das mídias seguiu critérios arbitrários definidos da seguinte forma:

- POSITIVO – posicionamento com caráter claramente favorável a China;
- PARCIALMENTE POSITIVO – posicionamento com caráter em partes favorável, porém de forma não tão evidente ou com ressalvas;
- NEUTRO – matéria meramente informativa ou sem posicionamento evidente;
- PARCIALMENTE NEGATIVO – posicionamento com caráter em partes desfavorável, porém de forma não tão evidente ou com ressalvas;
- NEGATIVO – posicionamento com caráter claramente desfavorável a China.

Abaixo, apresentamos a análise dos dados coletados (4.1), destacando posicionamentos sobre 4 questões as quais foram as mais pautadas nas publicações sobre China no período: Taiwan, Covid-19, relação bilateral com o Brasil, e relações com a Rússia.

Análise dos dados

Foram validadas para análise 243 publicações, sendo 116 da FSP e 127 no O Globo e G1. Catalogou-se, separando as publicações por temas, os quais são listados a seguir com um breve resumo do que os compõe:

- Agro: problemas ou recordes nas exportações de itens do setor agropecuário brasileiro, como carne bovina e suína e soja;
- Ciência: desenvolvimento científico como a elaboração de novos remédios, vacinas, notícias sobre publicações acadêmicas, etc.;
- Conflitos Internacionais: movimentações de China nas relações internacionais que envolvam conflitos, como a questão de Taiwan, a guerra na Ucrânia, declarações sobre os EUA, etc.;
- Covid-19: notícias acerca de como China lida com a pandemia de covid-19, citando por exemplo, os impactos econômicos, lockdowns, opinião da população chinesa, entre outros;
- Cultura: principalmente a possível influência do chamado soft power chinês exercida pelo cinema, além da utilização do cinema chinês para a valorização de personagens históricos de China, como Mao Tsé-Tung, ex-presidente do país;
- Economia: matérias acerca dos indicadores econômicos de China, como o crescimento do PIB e da produção industrial no país, dados de empregabilidade da população, etc.;

- Esportes: repercussão do caso de assédio de um ex-primeiro-ministro chinês a uma jogadora de tênis e as preparações do governo chinês para os jogos olímpicos de inverno de Pequim;
- Meio Ambiente: medidas do governo chinês para reduzir a emissão de CO2 no país e a participação de China em reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU) para discutir o clima e meio ambiente;
- Política Interna: medidas tomadas pelo Presidente Xi Jinping para ter o aval do Partido Comunista Chinês para ter um terceiro mandato presidencial, além de medidas políticas tomadas por Pequim acerca de assuntos internos e os assuntos da região autônoma de Hong Kong;
- Relações Internacionais: matérias sobre a atuação de China no cenário internacional, sendo em reuniões com chefes de estado, reuniões da ONU, empréstimos a outros países, etc.;
- Tecnologia: desenvolvimento tecnológico, seja militar, como na produção de mísseis, seja no âmbito “comum” comum na elaboração da tecnologia 5G.

A fim de analisar quais foram os temas mais abordados, contabilizou-se os dados no gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1: Temas Abordados

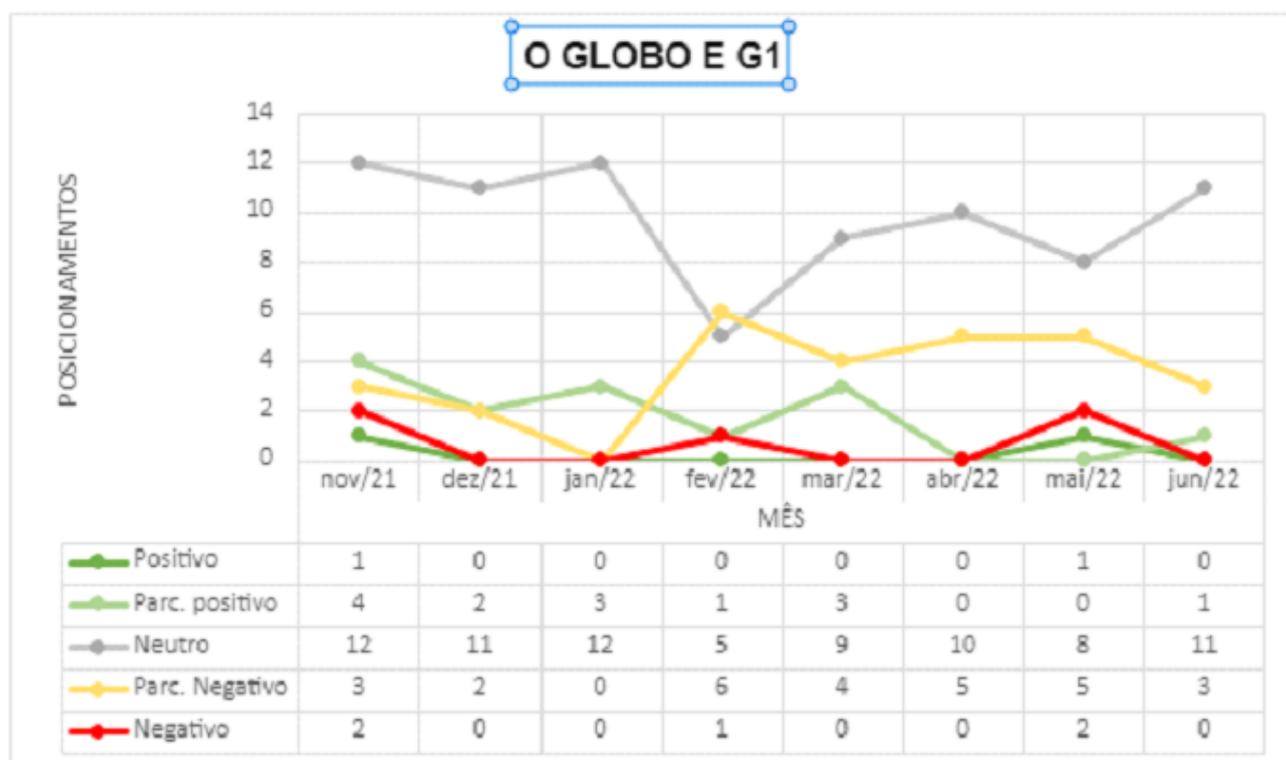


Fonte: elaboração própria

Ressalta-se que uma matéria pode ter dois temas associados a ela, em sua classificação. Dessa forma, o número total obtido ao somar os totais de cada tema, não corresponde ao real número de matérias colhidas, uma vez que houve intersecção de alguns temas. Além disso, a coluna “outros” se refere a soma dos temas Ciência, Cultura, Meio Ambiente e Tecnologia, em decorrência de terem atingido número inferior a 10 matérias colhidas. Dentre os temas mais citados: economia, Covid-19, conflitos internacionais e Relações Internacionais foi possível destacar, dentro deles, os assuntos mais recorrentes, sendo eles: Taiwan, pandemia de covid-19, relação entre Brasil e China e a relação de China com a Rússia (no qual pauta-se a Guerra da Ucrânia).

Com a coleta de matérias sobre China, foi possível observar algumas tendências da mídia, aqui representada por O Globo, G1 e Folha de São Paulo. Isso é demonstrado tanto nos temas abordados, quanto na maneira em que se aborda esses temas. Primeiro, cabe observarmos a forma como foram avaliadas as publicações dos meios de comunicação analisados.

Gráfico 2: Posicionamento de O Globo e do G1



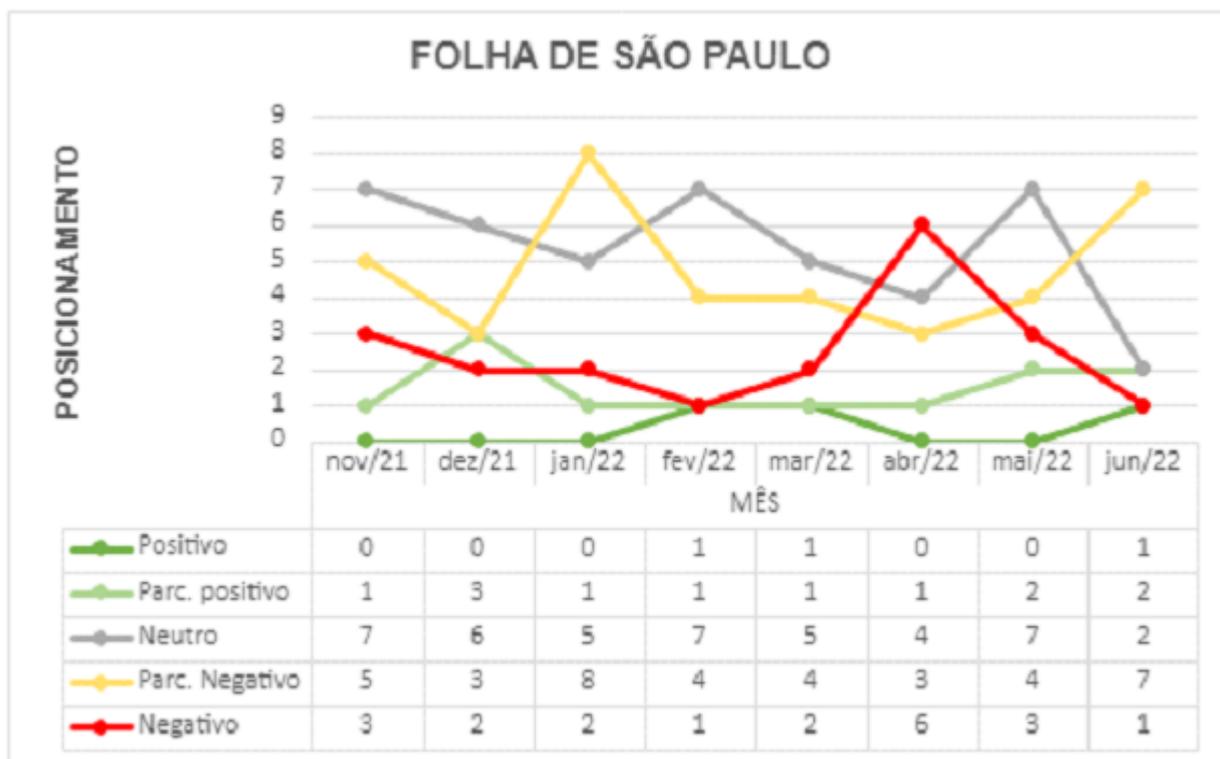
Fonte: elaboração própria

Como é possível observar no gráfico 2, o jornal O Globo e o portal G1 seguem uma tendência de posicionamento neutro em quase todos os meses analisados, tendo fevereiro como única exceção - em que apresenta posicionamento parcialmente negativo como predominante -. Evidencia-se que o mês de fevereiro de 2022 marca um crescimento das matérias com caráter parcialmente negativos, ao mesmo tempo em que matérias parcialmente positivas decresceram mês a mês.

É interessante que esse aumento de tendência parcialmente negativa tenha ocorrido justamente no mês de fevereiro, cujo tema mais acionado nas matérias foi o conflito entre Rússia e Ucrânia, o que demonstra uma visão mais negativa acerca do papel de China na guerra da Ucrânia e, como será citado no item 4.1.4 abaixo, houve questionamento acerca do papel que a China poderia desempenhar no conflito.

Para além da especificidade da guerra na Ucrânia, nota-se que O Globo e G1 mantiveram uma estabilidade no que diz respeito à sua neutralidade; isso se prova tanto pelo índice de matérias classificadas como neutras, quanto pela baixa diferença quantitativa dos posicionamentos “parcialmente negativo” e “parcialmente positivo”, quando se observa os 3 primeiros meses.

Gráfico 3: Posicionamento da Folha de São Paulo



Fonte: elaboração própria

No gráfico 3, analisa-se que a Folha de São Paulo, ainda que também tenha o posicionamento neutro como predominante, caracteriza-se por ter uma visão mais negativa sobre a China. Esse fator é demonstrado através do número de notícias com posicionamento “parcialmente negativo” e “negativo”, que majoritariamente destacaram aspectos relacionados à política chinesa.

Outrossim, observa-se que a incidência de matéria com posicionamento “positivo”, nos três veículos de mídia, foi inexistente durante a maior parte dos meses e, quando existiu, ocorreu em quantidade ínfima. Esse fator, aliado aos dados de posicionamento citados, levam a conclusão de que, apesar de demonstrar neutralidade, de forma geral há uma tendência mais negativa do que positiva. Vamos às especificidades, analisando de forma qualitativa o conteúdo dos temas mais pautados.

Taiwan

Ocupada pelos nacionalistas chineses do Kuomintang que deixaram a China continental após perderem a Guerra Civil Chinesa para os comunistas em 1949, a ilha de Taiwan sofre uma disputa acerca da legitimidade de seu atual governo ou da legitimidade de China como real detentora do poder na ilha. Essa disputa sofre reverberações na mídia. A FSP publicou 10 matérias sobre o assunto. Nelas as classificações foram: 6 matérias neutras, 2 parcialmente negativas e 2 negativas. Por um lado, há matérias que colocam a China como uma “vilã”. Tal visão é corroborada quando, sutilmente, atribui-se a China a imagem de uma “ditadura que oprime a democracia [Taiwan]” (GIELOW, 2021, s.p). Essa tendência é observada nos seguintes trechos de matéria: “Nesta quarta, uma delegação inédita com sete deputados do Parlamento Europeu desembarcou para uma visita de três dias à ilha, que a ditadura comunista considera uma província rebelde a ser reincorporada.” (GIELOW, 2021, s.p) e, ainda:

A China já tem a capacidade de fazer um bloqueio aeronaval completo de Taiwan, cortando as linhas de comunicação com os EUA e os outros potenciais aliados em caso de conflito entre a ditadura comunista e a ilha autônoma que Pequim clama para si. (GIELOW, 2021, s.p).

Nesse aspecto, a Folha também ignora a visão de “uma só China”, como visto no seguinte parágrafo “É assim detalhado o cenário desenhado visto pelo próprio governo do país, que no mês passado havia dito que a China já poderia pensar numa invasão com custo aceitável até 2025” (GIELOW, 2021, s.p). Neste, cabe destacar dois pontos; o primeiro deles é a utilização do termo “país” para se referir a Taiwan; o posicionamento citado se observa também no segundo ponto, que consiste na descrição de uma possível anexação de Taiwan como “invasão”. Essa visão de ilegitimidade também pode ser vista quando – em um contexto de discussão acerca do interesse de China em anexar Taiwan – a Folha se refere a China como um país

autoritário que sempre tende à guerra, como visto nos fragmentos a seguir: “A crescente ansiedade sobre uma possível invasão chinesa está reformulando a maneira como Washington e Taipé pensam a defesa do país.” (HILLE E SEVASTOPULO, 2022, s.p).

É tudo especulação, dado o grau de controle de Xi sobre o país desde que chegou ao poder, há dez anos. Nesse campo, contudo, mesmo uma ação contra Taiwan poderia asseverar sua posição: regimes autoritários adoram uma guerra, como o aliado da China, Putin, e a junta militar argentina de 1982 nas Malvinas provam. (GIELOW, 2022, s.p).

Já O Globo e G1, por sua vez, demonstram uma certa ambiguidade ao – igualmente à Folha – citar a anexação de Taiwan por China como uma ameaça de invasão, ao mesmo tempo que reconhece a legitimidade de China sobre a ilha, ao se referir a ela como “província rebelde” – como a China apelida Taiwan –. No entanto, de maneira geral, as mídias analisadas do Grupo Globo se mostram relativamente neutras quando o assunto é Taiwan, uma vez que suas matérias têm caráter mais informativo, dificultando a identificação de um posicionamento evidente. Ao todo, O Globo e G1 publicaram 8 matérias sobre o assunto, com a avaliação de 5 matérias neutra e 1 parcialmente negativa.

Com o Advento da Guerra na Ucrânia, houve diversos paralelos entre a situação da Rússia e Ucrânia com China e Taiwan. Questionou-se se a possível atuação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e, principalmente, dos EUA no conflito na Ucrânia poderia influenciar em uma eventual intervenção de China em Taiwan. Veja-se no trecho abaixo:

As razões do conflito entre Moscou e Kiev podem ser completamente distintas da confusão histórica entre Taiwan e China, mas o mundo certamente estará prestando atenção na forma como Pequim se relaciona com a ilha a partir de agora. Um Ocidente fraco na defesa da Ucrânia mostraria aos chineses que EUA e aliados não falam sério quando dizem que poderiam defender militarmente Taiwan; (PATRICK, 2022. S.p).

Esse paralelo foi criticado por China, pois o país argumentou que as situações de Ucrânia e Taiwan seriam distintas, visto que, dentre outros motivos, diferente do país Europeu, a independência da ilha não tem reconhecimento internacional. As mídias do Grupo Globo deram espaço para a publicação desse tipo de análise também, como se pode ver no trecho que se segue: “Muitos questionam se os EUA poderiam intervir militarmente se a Rússia decidir, de fato, invadir a Ucrânia, ou se o país faria o mesmo caso a China decida intervir em Taiwan, uma ilha que se vê como independente e tem os americanos como maiores aliados” (G1, 2022, s.p).

O que se percebe-se, portanto, sobre o assunto de Taiwan é que, somadas as publicações no qual ele foi abordado, temos que aproximadamente 7,41% das matérias do período foram sobre

o tema. Na FSP, a análise foi de que, dentre as matérias catalogadas do referido jornal, o assunto Taiwan corresponde a 8,62% do total. Já no Globo e G1 o referido assunto contabiliza 6,30% das matérias catalogadas desses veículos de mídia.

Pandemia de Covid-19

A pandemia de Covid-19 foi um evento que causou transtorno em todos os países do mundo, surtindo efeitos trágicos, como visto nas mais de setecentas mil mortes que ocorreram em decorrência do vírus no Brasil. No entanto, China, com uma população de mais de um bilhão de habitantes, tinha obtido – até o momento em que essa pesquisa foi finalizada, em 2022 – um índice de mortalidade bem inferior a este. Isso ocorreu devido a “política de covid zero”, que consistiu na sucessiva realização de testes na população e lockdowns com a intenção de suprimir os casos e evitar grande proliferação do vírus.

No O Globo e G1 foram publicadas 30 matérias sobre isso, sendo que foram 4 foram avaliadas como parcialmente positivas, 18 neutras, 6 parcialmente negativas e 2 negativas. No quesito contenção de contaminação, essa política foi um sucesso, e é sobre esse sucesso que O Globo fala ao analisar o desempenho de China diante da proliferação da – à época, nova – variante Ômicron da Covid-19, tal fator pode ser visto no seguinte trecho: “No fim das contas, um dos maiores sucessos do governo foi não apenas conter o vírus, mas convencer boa parte da população de que o custo de baixar a guarda seria bem mais alto.” (NINIO, 2022, s.p). O veículo de mídia aborda o fato do país asiático não se render à política de “convivência com o vírus” como um fator determinante para que fosse mais fácil controlar a situação, mesmo com a variante Ômicron em circulação.

Não obstante, apesar de haver esse reconhecimento do triunfo de China sobre a pandemia de coronavírus, O Globo elenca que a política de covid zero teria limitações na reprodução em outros países, tendo em vista que, segundo o jornal, o país se utilizou de métodos que só são possíveis no autoritarismo, logo, as ditas “democracias” não teriam abertura para tais tipos de intervenções. Outrossim, O Globo abordou a crítica do presidente da OMS (Organização Mundial Da Saúde), Tedros Adhanom, à política de covid zero mantida por China; e relatou censura à essa fala, por parte do governo chinês. Esses dois pontos demonstram visão negativa de China, que é amenizada através do reconhecimento do sucesso do país na pandemia:

A receita parece simples, sua reprodução fora da China nem tanto, como demonstra a alta de casos que o mundo está vivendo. Um dos motivos para que o modelo chinês seja considerado indesejável para muitos países é compreensível, já que ele é executado num sistema político autoritário, com controles sobre a sociedade que democracias não querem nem podem ter. Mas descartar completamente o que deu certo para evitar mortes só porque ocorre na China seria como deixar de usar papel higiênico porque ele é uma invenção

chinesa. Por seu histórico autoritário, é natural associar o governo chinês a controle, sempre de forma negativa. O perigo é que isso vire um reflexo condicionado que desconsidere qualquer ação eficaz em situações que sim, exigem controle. Como uma pandemia. (NINIO, 2022, s.p).

Já na FSP foram publicadas 22 análises sobre o tema, sendo 1 matéria parcialmente positiva, 4 neutras, 11 parcialmente negativas e 6 negativas. Ao discutir a política de covid zero, a Folha de São Paulo demonstra maior preocupação com os efeitos econômicos que são resultados dos intensos lockdown. Falou-se bastante sobre as constantes quarentenas que ocorreram na cidade de Xangai, principal centro financeiro de China, e sobre como isso impactou as bolsas de valores do mundo todo e, principalmente, no crescimento do PIB chinês, como se pode ver nos seguintes excertos: “Se a China vai abrandar sua política de Covid zero é outro fator que pode impactar profundamente os negócios” (HAIRONG E YUKUN, 2022, s.p); e “O impacto da Covid no crescimento do PIB da China no primeiro trimestre poderá ser um prejuízo de 0,3 a 0,7 ponto percentual, disseram analistas da CICC (China International Capital Corp.).” (HAIRONG E YUKUN, 2022, s.p).

No entanto, essa preocupação também se traduziu em artigos, para o qual o jornal deu espaço, com a defesa de posicionamentos bem críticos a atuação da China:

Ela [China] poderia aceitar mais infecções e até mesmo mais mortes, para reduzir os efeitos lesivos para a saúde pública e os danos econômicos provocados pelo confinamento de números muito maiores de pessoas. Mas fazer essas coisas seria reconhecer que o governo precisa mudar de rumo e permitiria que os cidadãos questionassem a infalibilidade do julgamento de seus líderes. (BREMMER, 2022, s.p).

Tal afirmação do colunista Ian Bremmer se assemelha ao questionamento que se fez durante a pandemia no Brasil, “saúde ou economia?”, que desvaloriza a vida em detrimento de fatores econômicos.

Outrossim, observa-se também a abordagem de um descontentamento da população, que, segundo a Folha, estaria cansada da política de contenção do vírus adotada pelo governo chinês. Ao citar esse descontentamento, a Folha fala sobre uma censura das redes sociais chinesas promovida por Pequim: “A censura, aliás, tem sido cada vez mais aplicada nas redes conforme o bloqueio avança. O Weibo tem banido tópicos sobre Xangai.” (PATRICK, 2022, s.p). Dessa forma, vê-se um posicionamento negativo de Folha, no que diz respeito ao controle da pandemia em China; esse posicionamento se motiva por motivos econômicos e a imagem de insatisfação popular é utilizada para justificá-lo.

O que se percebe, portanto, sobre o assunto de Covid-19 é que, somadas as publicações no qual ele foi abordado, temos que 21,40% das matérias do período foram sobre o tema covid-19. Na

FSP se observa uma parcela de 18,96% do total de matérias coletadas, enquanto no Globo e G1 esse tema corresponde a 23,62% do total coletado.

Relação entre Brasil e China

Assumindo uma característica bem conturbada durante os anos de governo Bolsonaro, a relação Brasil-China foi analisada pela mídia brasileira de forma a dar enfoque na importância comercial do país asiático. Por ser o maior parceiro comercial do Brasil, a relação com Pequim foi apontada de forma relativamente positiva em algumas matérias de O Globo e pela Folha, principalmente no que diz respeito à exportação de produtos agropecuários. Foram publicadas 17 matérias sobre o assunto, sendo 11 em O Globo e G1, 6 em FSP. As avaliações foram 1 matéria positiva, 2 parcialmente positivas, 5 neutras e 3 parcialmente negativas no Globo e; 1 positiva, 1 parcialmente positivo, 3 neutras, 1 parcialmente negativo em FSP.

No final do ano de 2021, houve uma paralisação nas exportações de carnes bovinas para China, devido a uma contaminação – bem pequena – de gado pela doença da vaca louca; essa paralisação durou três meses e preocupou bastante a mídia brasileira.

Assim, quando em dezembro do ano de 2021, após a liberação das exportações de carne bovina, a China voltou a comprar carne brasileira, a Folha de São Paulo noticiou isso como um “presente de Natal” para o Brasil. No entanto, a Folha também mostrou preocupação com a dependência econômica brasileira em China, uma vez que por ser nossa maior parceira comercial, uma interrupção, como a citada anteriormente, impacta bastante na economia brasileira.

O peso dos chineses no comércio exterior brasileiro se intensificou desde 2009, quando eles superaram os norte-americanos como principal destino das exportações brasileiras. O que preocupa os analistas é o reflexo disso na balança comercial, caso os sinais de desaceleração da economia chinesa se intensifiquem. (GRAVAS, 2022, s.p)

Além disso, a Folha falou sobre como as ofensas proferidas pelo presidente Jair Bolsonaro a China podem prejudicar a captação de investimento chineses ao país. Na mesma análise, constatou que, mesmo em uma eventual eleição de Lula em 2022, haveria complicações na recuperação da confiança desses investidores. Portanto, nota-se o evidente reconhecimento de Folha acerca da importância econômica que o país asiático tem para o Brasil e ao teor prejudicial das declarações proferidas por Bolsonaro.

A eleição presidencial em outubro vai ajudar a determinar o futuro da relação. Lula supera Bolsonaro por ampla margem na maioria das pesquisas. Se ele se tornar presidente, há poucas dúvidas de que tentaria consertar os laços. Mas atrair investidores chineses pode ser mais difícil na segunda vez.” (SÁ, 2022, s.p)

O Globo também aborda a importância de China para a agropecuária brasileira. Isso se torna evidente, ao elencar o impacto da ultrapassagem de exportações de soja brasileira para China em detrimento do volume de exportações estadunidenses para a mesma, na redução da inflação global. Outrossim, destaca-se o peso das exportações para China na balança comercial brasileira, fator que é visto em:

[...] China é o maior comprador mundial de commodities, e, à medida que a demanda chinesa diminui, a tendência é que os preços desses insumos – em patamares elevados devido à guerra na Ucrânia – possam apresentar certo arrefecimento. [...] O preço menos pressionado tende a afetar as exportações brasileiras, o que deve gerar uma balança comercial com superávit menor que o previsto para esse ano. (NALIN, 2022, s.p)

Ademais, destaca-se o questionamento de Globo sobre qual seria a vantagem do distanciamento do Brasil de China. Isso ocorreu em um contexto em que o Brasil negou participar do foro Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)-China, no que seria uma excelente oportunidade para desenvolver as relações diplomáticas com Pequim, relações essas que vinham sofrendo erosão. O jornal ainda aborda como o Brasil fica em uma posição delicada em eventual polarização do mundo – semelhante à que ocorreu na Guerra Fria – entre EUA e China e sobre como o Brasil teria que lidar tendo seus valores atrelados ao ocidente e tendo China como a maior parceira comercial.

Num momento em que as relações do Brasil com seu principal parceiro comercial não vivem o seu melhor momento, a interação no formato multilateral poderia contribuir para uma aproximação e acelerar a solução de problemas bilaterais como o embargo da China à carne bovina brasileira, que já dura mais de três meses. Enquanto há um prejuízo claro em ficar fora do diálogo regional com Pequim, cabe ao Itamaraty explicar quais os benefícios de rejeitar o convite para a reunião. (NINIO, 2021, s.p).

Dessa forma, é denotado que O Globo vê com bons olhos o papel de China na balança comercial brasileira e compreende a importância na manutenção de um bom relacionamento diplomático entre os dois países.

O que se percebe-se, portanto, sobre o assunto é que, somadas as publicações no qual ele foi abordado, temos que 7,00% das matérias do período foram sobre o tema. Na FSP isso se reflete em 6,03% do total de matérias, já no Globo satisfaz cerca de 8,66% do total de matérias catalogadas.

Relação com a Rússia

Tendo entrado em foco em decorrência de seu ataque à Ucrânia, no final do mês de fevereiro de 2022, a Rússia sofreu diversas sanções econômicas dos EUA, Europa, Japão, etc. Esse fator fez com que as relações diplomáticas entre Moscou e Pequim se intensificassem, de modo que questionassem a neutralidade de China no debate do conflito na Ucrânia.

As mídias analisadas do Grupo Globo publicaram 12 matérias sobre isso, sendo o posicionamento distribuído em 1 matéria parcialmente positiva, 4 neutras, 5 parcialmente negativas e 2 negativas. Segundo o jornal O Globo, apesar de China defender uma resolução do conflito baseada na diplomacia, o país asiático deixaria explícito seu apoio ao governo russo. Isso se demonstraria na forma que China viria comprando o petróleo russo como forma de amenizar as sanções econômicas aplicadas ao país. Outrossim, evidencia-se o modo que China manifesta uma “ponderação” ao debater a guerra na Ucrânia, ao mesmo tempo que direciona críticas contundentes ao Ocidente, com foco principal nos EUA.

Baseada em um discurso diplomático ponderado, a China tem tomado uma posição cautelosa e sutil em relação à crise, esquivando-se de manifestar qualquer tipo de apoio ao uso de força militar.

Mas alguns dos meios de comunicação estatais que cobrem a crise têm sido mais diretos. Com o crescimento do sentimento anti-Ocidente no país, a crise na Ucrânia foi retratada na China como mais um exemplo do fracasso da política externa ocidental. (WONG, 2022, s.p).

O veículo de mídia também questionou a legitimidade de China ao tentar se como colocar como mediadora do conflito, tendo em vista que, ao se notar “apoio” à Rússia, não haveria credibilidade nessa possível mediação de negociações. Como pode ser visto em: “Entretanto, depois de dar apoio tácito à Rússia em sua ação militar, há um certo ceticismo entre diplomatas sobre a capacidade de Pequim de assumir uma posição de mediador neutro na crise” (NINIO, 2022, s.p).

A FPS publicou 7 matérias, com 1 parcialmente positiva, 2 neutras, 3 parcialmente negativas e 1 negativa como posicionamento. Concomitantemente, a Folha de São Paulo abordou a forma que China visou transparecer uma neutralidade diante do cenário de guerra. De acordo com a Folha, esse movimento de China seria caracterizado por uma “neutralidade pró-Rússia”. Questionou também os limites que envolvem tal apoio, uma vez que as empresas chinesas correriam o risco de sofrer sanções internacionais, ao comercializarem com a Rússia.

[...] Pequim defende o princípio da integridade territorial, que vale para a Ucrânia — mas também se aplica à própria China em relação a Taiwan, porque, afinal, é sacrossanto o princípio de um único país. Ao mesmo tempo, os porta-vozes da diplomacia evitam a todo custo usar a palavra invasão para o que ocorre no Leste Europeu, lembrando a parceria "sólida como uma rocha" com a

Rússia. [...] Objetivos políticos distintos puxam o posicionamento chinês em sentidos contrários. Equilibrando múltiplos interesses, Pequim optou por alegar neutralidade — o que foi batizado de neutralidade pró-Rússia. O paradoxo reflete as tensões da própria posição chinesa. (PRAZERES, 2022, s.p).

A Folha também aponta uma certa ambiguidade de Pequim, ao defender a integridade territorial de Ucrânia, ao mesmo tempo que professa seu apoio à Moscou. Ao tratar disso, fez paralelos acerca de Taiwan, já que o princípio de “uma só China” teria bastante relação com essa questão da integridade. Como pode ser visto no trecho a seguir:

[...] Xi se recusou a condenar a invasão de 24 de fevereiro, tanto em discursos como em votos nas Nações Unidas. Foi ameaçado por Biden para não ajudar Putin. Progressivamente, virou crítico vocal das sanções, ao mesmo tempo que defende de forma anódina uma solução pacífica para a crise — quem não o faz? [...] Mais importante, a Ucrânia serve de experimento prático para as intenções de Xi em sua periferia estratégica, a absorção de Taiwan à frente. A ilha, que Pequim considera sua, vive sob o temor de invasão por parte da ditadura comunista, e Biden reforçou a promessa de apoio militar a Taipé se isso ocorrer. (GIELOW, 2022, s.p).

O que se percebe-se, portanto, sobre o assunto é que, somadas as publicações no qual ele foi abordado, temos que 7,82% das matérias do período foram sobre o tema. Na FSP esse assunto representou aproximadamente 6,03% das matérias catalogadas no jornal, enquanto no Globo o assunto compreende por cerca de 9,45% do total de matérias catalogadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o disposto neste, é notável, em termos quantitativos, a visão relativamente negativa da Folha de São Paulo acerca de China. Isso se provou, entre outros fatores, pelo constante uso de termos negativos para se referir ao país asiático (como “ditadura comunista”), bem como qualitativamente pela difusão, no espaço de suas publicações, de textos que analisavam o país negativamente em alguns aspectos, como no que se refere a sua atuação na questão de Taiwan, na Guerra da Ucrânia e na política de Covid zero.

O Globo, por sua vez, demonstrou maior neutralidade, uma vez que, apesar de ter o posicionamento “parcialmente negativo” em um volume até que expressivo, o caráter mais informativo de suas matérias fez com que se justificasse sua classificação como neutra. Isso se refletiu mesmo nas matérias com críticas a China, nelas é evidente que, diferente de Folha, O Globo se preocupou em evitar se referir a China de maneira pejorativa (como por exemplo, no uso da expressão “ditadura comunista”).

Quanto as relações com o Brasil, cabe destacar a tendência dos veículos analisados de publicação de matérias classificadas como neutras, em primeiro lugar, e como positivas ou parcialmente positivas (em 2º e 3º lugares). Apesar de haver críticas pontuais ao risco de dependência do Brasil com relação ao país asiático, as mídias enxergaram positivamente a importância do investimento chinês no Brasil e o impacto do comércio em setores como o agronegócio.

Assim, a análise dos dados nos permite concluir que os meios de comunicação analisados se caracterizaram pela expressão de uma visão compartimentada da China. De um lado, há uma tendência de interpretação mais negativa quando se pauta nas matérias a atuação da China no mundo (como no caso da Guerra da Ucrânia e na questão de Taiwan) ou refere-se a análise de políticas internas da China (como, por exemplo, da Covid-19). De outro, quando se trata das relações econômicas com o Brasil, a visão é mais positiva, destacando-se as oportunidades que o Brasil teve devido a sua ascensão econômica. Uma hipótese, que decorre de nossas conclusões atuais, a ser investigada em um trabalho futuro, diz respeito aos tipos de prescrição de política externa que advém dessa visão de China nas mídias brasileiras: a prescrição de política que parece estar dentro dessas visões é a de que a China deve ser vista como oportunidade econômica para o país, mas que as relações de cooperação devem ser limitadas a isso, já que as mídias vêm com apreensão o papel da China no mundo.

Por fim, cabe destacar – vale para todas os meios de comunicação analisados neste trabalho – que nem sempre as mídias assumem como seus os posicionamentos de seus jornalistas e comentaristas. Contudo, o fato de darem espaço para a publicação de determinadas posições contribui para gerar insumos que se somarão para a constituição de uma opinião pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Afonso. Um outro “Quarto Poder”: a imprensa e o compromisso político no Brasil. *Revista Contracampo*, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17299>. Acesso em 02/09/2022.
- BREMMER, Ian. Política de Covid zero empurrará crescimento da China ainda mais para baixo. *Folha de São Paulo*, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/amp/colunas/ian-bremmer/2022/04/politica-de-covid-zero-empurrara-crescimento-da-china-ainda-mais-para-baixo.shtml>. Acesso em: 06/04/2022.
- CAMARGO, Julia Faria. *Ecos do fragor: a invasão do Iraque em 2003: a mídia internacional e a imprensa brasileira*. Phd diss., Universidade de Brasília, 2008.
- CASARÕES. Guilherme Stolle Paixão. A Mídia e a Política Externa no Brasil de Lula. In: *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.1, n.2, Jul-Dez 2012, p.211-236. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/austral/article/download/32661/20524>. Acesso em 02/09/2022.

- CORONATO, Daniel Rei; FRANCISCATTO, Enzo; LIMA, Letícia Cristina Alencar; DIAS, Lucas Fernandes. Opinião Pública E Política Externa: O Caso De Pasadena Aos Olhos Do Grupo Globo. In: Leopoldianum, ano 48, 2022, no 134. Disponível em <https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/issue/download/118/81> Acesso em 02/09/2022.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 51, no. 2, 2008.
- FERREIRA, Fernanda V. Raízes históricas do conceito de opinião pública em comunicação. Em Debate, v7, n1, 2015, pp. 50-68. Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/7-Janeiro-15-OPINIAO-Fernanda-Vasques-Ferreira-H-A.pdf> Acesso em 02/09/2022.
- FERREIRA, Gustavo Jordan. Opinião Pública E Política Externa: Do Consenso De Almond-Lippmann Às Redes Sociais. Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil, Rio de Janeiro, Vol. 10, 2021. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/58702/39960>. Acesso em 02/09/2022.
- FERREIRA, Marcos Alan S. V; LIRA, Gabriel de F. L. A Entrada Da Venezuela No MERCOSUL E A Mídia: Uma Análise Da Visão Da Folha De São Paulo e o Estado De São Paulo. Revista Política Hoje - Volume 28, n. 1, 2019. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/download/8717/34409>. Acesso em 02/09/2022.
- FONTES, Pablo; COSTA DA SILVA, Danielle; LUZ, Cristina Rego Monteiro; OLIVEIRA, Alana; REZENDE, Taísa. A Interdisciplinaridade Aplicada Na Disciplina De Política Externa, Mídia E Opinião Pública. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015. Disponível em https://dadospdf.com/download/politica-externa-midia-e-opiniao-publica-_5a4bd711b7d7bcab67f1b4ae_pdf. Acesso em 02/09/2022.
- GIELOW, Igor. China faz exercício com munição real enquanto Taiwan recebe apoio europeu. Folha de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/11/china-faz-exercicio-com-municao-real-enquanto-taiwan-recebe-apoio-europeu.shtml>. Acesso em: 03 nov. 2021.
- GIELOW, Igor. China faz manobra militar como 'alerta solene' aos EUA. Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/05/china-faz-nova-manobra-militar-como-alerta-solene-aos-eua-sobre-taiwan.shtml>. Acesso em: 25/05/2022.
- GIELOW, Igor. Guerra da Ucrânia: China mira EUA e reitera apoio à Rússia. Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/06/china-mira-eua-ao-reiterar-apoio-a-russia-durante-a-guerra-da-ucrania.shtml>. Acesso em: 15/06/2022.
- GIELOW, Igor. Taiwan diz que China está pronta para fazer bloqueio militar da ilha. Folha de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/11/taiwan-diz-que-china-esta-pronta-para-fazer-bloqueio-militar-da-ilha.shtml>. Acesso em: 09/11/2021.
- GRAVAS, Douglas. Freio na China expõe risco de dependência brasileira nas exportações. Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/freio-na-china-expoe-risco-de-dependencia-brasileira-nas-exportacoes.shtml>. Acesso em: 21/01/2022.

- HAIRONG, Yu; Yukun, Zhang. Novo surto de Covid espreme economia da China. Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/a-batalha-da-china-para-estabilizar-sua-economia.shtml>. Acesso em: 31/03/2022.
- HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media. New York: Pantheon, 1988.
- HILLE, Kathrin; Sevastopulo, Demetri. EUA querem que Taiwan se prepare para invasão da China. Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/06/eua-pressionam-taiwan-para-se-preparar-contr-potencial-invasao-da-china.shtml>. Acesso em: 08/06/2022.
- MONTEIRO, Eduardo da Nóbrega; LESSA, Mônica Leite. Mídia E Política Externa Brasileira: Uma Abordagem Crítica. Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil, Rio de Janeiro, Vol. 9, 2020. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/50558>. Acesso em 02/09/2022.
- NALIN, Carolina. Como a crise na China pode afetar o Brasil? Covid pode fazer PIB chinês entrar em recessão. O Globo, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/05/como-crise-na-china-pode-afetar-brasil-covid-pode-fazer-pib-chines-entrar-em-recessao-25511600.ghtml>. Acesso em: 15/05/2022.
- NINIO, Marcelo. A China como espelho incômodo no combate à Covid. O Globo, 2022. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/marcelo-ninio/post/china-como-espelho-incomodo-no-combate-covid.html>. Acesso em: 07/01/2022.
- NINIO, Marcelo. Amizade com a Rússia é 'sólida como rocha', diz chanceler da China. O Globo, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/marcelo-ninio/post/2022/03/amizade-com-russia-e-solida-como-rocha-diz-chanceler-da-china.ghtml>. Acesso em: 07/03/2022.
- NINIO, Marcelo. O que o Brasil ganha ao ficar fora do diálogo China-América Latina?. O Globo, 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/marcelo-ninio/post/o-que-o-brasil-ganha-ao-ficar-fora-do-dialogo-china-america-latina.html>. Acesso em: 06/12/2021.
- NINIO, Marcelo. O real e o surreal da pandemia na China. O Globo, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/marcelo-ninio/post/2022/03/o-real-e-o-surreal-da-pandemia-na-china.ghtml>. Acesso em: 29/03/2022.
- NOGUEIRA, Silvia Garcia; MELO, Filipe Reis; GALDINO, Amanda Caroline. A imagem ambiental do Brasil no governo Bolsonaro: análise de uma percepção latino-americana. In: Sul Global. 1 (2): 31-63 [2020]. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/36286/pdf>. Acesso em 02/09/2022.
- O GLOBO. O GLOBO foi o jornal mais lido do país em 2021. In: O Globo, 02/02/2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/o-globo-foi-jornal-mais-lido-do-pais-em-2021-25376960> Acesso em 02/09/2022.
- OLICSHEVIS, Giovana. Mídia e Opinião Pública. In: Revista Vernáculo, n. 17 e 18, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/viewFile/20423/13603> Acesso em 02/02/2022.
- PATRICK, Igor. Exemplo da Ucrânia reforça movimento da China por Taiwan. Folha de São Paulo, 2022. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/03/exemplo-ucrania-reforca-movimento-da-china-por-taiwan.shtml>. Acesso em: 11/03/2022.

PATRICK, Igor. Xangai tem exaustão, protesto e censura durante lockdown por Covid. Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/04/xangai-tem-exaustao-protesto-e-censura-durante-lockdown-por-covid.shtml>. Acesso em: 15/04/2022.

PRAZERES, Tatiana. China corre riscos com 'neutralidade pró-Rússia' na guerra. Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/tatiana-prazeres/2022/03/china-corre-riscos-com-neutralidade-pro-russia-na-guerra.shtml>. Acesso em: 10/03/2022.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois Níveis. In. Revista Sociologia Política, Curitiba, vol.18, nº 36, pp. 147-174, junho de 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/qZDV3KMBGGt7RQNCR37Ymkk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 02/09/2022.

G1. Quais são os interesses da China no conflito entre Rússia e Ucrânia?. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/02/05/quais-sao-os-interesses-da-china-no-conflito-entre-russia-e-ucrania.ghtml>. Acesso em: 05/02/2022.

SÁ, Nelson de. Nelson de Sá: China está se afastando do Brasil de Bolsonaro, avisa Economist. Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://ligademocratica.com/publicacao/192328/nelson-de-sa-china-esta-se-afastando-do-brasil-de-bolsonaro-avisa-economist.htm>. Acesso em: 15/02/2022.

SALOMON, Mônica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/SktXpnrRXjptLV53R6XvGcF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 02/09/2022.

SANTORO, Maurício. The Dragon and the Captain: China in the Perspective of Brazil's Nationalist Right, The Dragon and the Captain: China in the Perspective of Brazil's Nationalist Right. Geosul 35, no. 77 (2020). Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/74103/44693>. Acesso em 02/09/2022.

SILVA, Danielle Costa. Política Externa é Política Pública: reflexões sobre a política externa brasileira. Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil, Rio de Janeiro, Vol. IV, n1, agosto de 2015. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/13715/13511>. Acesso em 02/09/2022.

SOUSA, Ana Tereza L. M. A construção de padrões comerciais nas relações Brasil-China. Brazilian Journal of International Relations, Marília, SP, v. 10, n. 3, p. 578-604, 2021. DOI: 10.36311/2237-7743.2021.v10n3.p578-604. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/11559>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SOUSA, Ana Tereza L. M.; Schutte, Giorgio Romano; Teixeira, Ana Paula; Belasques, Bruna; Castro, Bruno. Relações Brasil-China no governo Bolsonaro: da ideologia ao pragmatismo. In: Maringoni, Gilberto; Romano, Giorgio; Berringer, Tatiana (orgs). As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação. Santo André, SP: EdUFABC, 2021, p. 229-250. Disponível em: <http://opeb.org/livros/>

SOUSA, Ana Tereza L. M; Gajus, Brenda Neris; Porto, Filipe; Freitas, José Luís; Abrão, Rafael Almeida Ferreira; Rodrigues, Vanessa C. Pitondo; Silva, Vitor Gabriel; Santos, Vitor Hugo. Distensão, Assimetrias e

Oportunidades Perdidas: Relações Brasil-China no Governo Bolsonaro. In: Sousa, Ana Tereza L. M; Azzi, Diego A.; Rodrigues, Gilberto M.A. Política externa brasileira em tempos de isolamento diplomático. Rio de Janeiro: Telha, 2022. Disponível em: <http://opeb.org/livros/>

WONG, Tessa. Quais são os interesses da China no conflito entre Rússia e Ucrânia?. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/02/05/quais-sao-os-interesses-da-china-no-conflito-entre-russia-e-ucrania.ghtml>. Acesso em: 05/02/2022.

Indicações Geográficas no Brasil e na França, usando o Champagne como referência.

Artur Aleixo Munari Gonçalves¹

Resumo

O texto aqui presente pretende analisar comparativamente as políticas de Indicação Geográfica (IG) brasileiras e francesas, partindo de uma pesquisa documental dessas, numa orientação anti-imperialista. Em contexto de acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia, é desleal considerar que há paridade de vantagens econômicas num reconhecimento bilateral das IGs. A legislação brasileira indica que “Quando o nome geográfico se houver tornado de uso comum, designando produto ou serviço, não será considerado indicação geográfica.” (Lei da Propriedade Industrial n° 9.279/1996, Art. 180), como é o caso do champanhe, enquanto os europeus (e em especial os franceses, devido à tradição agrícola de prestígio) são altamente protecionistas quanto às suas ‘denominações de origem’. Para esta análise, será utilizado o ‘Champanhe’ como importante referencial.

Palavras-chave: Indicação Geográfica; Propriedade Intelectual; Brasil, França

Abstract

The present text intends to analyze comparatively the Brazilian and French Geographical Indication (GI) policies, starting from such a documentary research, in an anti-imperialist orientation. In the context of a free trade agreement between Mercosul and the European Union, it is unfair to consider that there is parity of economic advantages in a bilateral recognition of GIs. Brazilian legislation indicates that “When the geographical name has become in common use, designating a product or service, it will not be considered a geographical indication.” (Industrial Property Law n° 9.279/1996, Art. 180), as with champagne, while Europeans (and especially the French, due to the prestigious agricultural tradition) are highly protectionist regarding their 'designations of origin'. For this analysis, ‘Champagne’ will be used as an important reference.

¹ Universidade Federal do ABC - artur.aleixom@gmail.com

MUNARI GONÇALVES, Artur Aleixo. As Indicações Geográficas no Brasil e na França, usando o Champagne como referência. *ÎANDÉ : Ciências e Humanidades*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 89–102, 2023. DOI: 10.36942/iande.v7i1.732

Key words: Geographical Indication; Intellectual property; Brazil; France

Introdução

Definir ‘Indicação Geográfica’ é difícil pela variabilidade de seus limites de cobertura e sua importância, a depender da legislação de cada país sobre o mesmo: decerto, elas existem há muito tempo, mesmo que não legalmente registradas. Os povos do mediterrâneo, durante as suas navegações, comercializavam os produtos de acordo com a localidade, a exemplo de vinhos e azeites, que possuíam características específicas de sua localidade de origem.

Na Europa, são assunto importante no campo da legalidade há pelo menos um século, e a história da Indicação Geográfica se confunde com a do champanhe: o espumante é originário de Champanhe-Ardenne, na França, e foi a primeira “denominação de origem protegida” (em francês: Appellation d’origine contrôlée), em 1927 e reconhecida em 1936, que serviu de referência para implementação de leis similares para controlar a origem dos vinhos na França, imaginário que se espalhou pelo resto da Europa e então pelo mundo. A necessidade de tal se mostrou porque o nome “champanhe” representava um procedimento e um nível de qualidade específicos, mas se confundia com a denominação genérica para qualquer espumante, situação semelhante à forma como o nome da região francesa é utilizada no Brasil. Ou era, até 2012, quando o Brasil passou a reconhecer como Champanhe apenas aquele da região originária, seguindo a legislação francesa, que data de 1936 (Le 29 juin 1936, le Champagne devint Appellation d’Origine Contrôlée (AOC).)

Daniela Soares de Colto Saudanha lista em sua tese intitulada ‘Indicações Geográficas: breves reflexões’ alguns outros exemplos de IG, fora da Europa: na América Latina temos o café colombiano, o Pisco no Peru e a Tequila no México. Em Marrocos, o óleo de oliva de Argan é outro exemplo, tal qual a cebola violeta de de Galmi, na Nigéria. A Índia, na Ásia, possui o arroz Basmati e ochá Darjjeling e, na China, o chá de Longjiin. (‘Indicações Geográficas: breves reflexões’: pag. 33).

Não obstante o fato de que no Brasil as Indicações Geográficas ainda estão se consolidando, é plausível notar casos pontuais que apresentam relevante reconhecimento e expressividade no cenário nacional, dentre os quais destacamos: Vale dos Vinhedos – RS; Canastra – MG e Salinas – MG. (SALDANHA, Daniela. p. 35)

No Brasil, a corrente de pensamento legal é pouco protecionista, citando a própria legislação: “Quando o nome geográfico se houver tornado de uso comum, designando produto ou serviço, não será considerado indicação geográfica.” (Lei da Propriedade Industrial (nº 9.279/1996), Art. 180). Mas já existe uma lista considerável de patrimônios: O país contabiliza

91 indicações geográficas: 68 indicações de procedência e 22 denominações de origem, sendo estas categorias que protegem produtos que resultam de o saber fazer de uma cultura ou das condições geográficas daquele ambiente.

A importância de tal estudo se dá em contexto de negociações para o acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul. Afinal, dentre as inúmeras questões presentes, se reconhece um afastamento na questão das IGs. Apesar de diversos esforços, a Europa não conseguiu que a OMC reconhecesse multilateralmente suas Indicações. Por isso ela impõe em tratados bilaterais, com o Canadá, Japão e agora com o Mercosul. É problemático, porém, as formas como este tratado pode atingir o produtor agrícola médio, que perderá a possibilidade de produção para produtos já produzidos há décadas e que é reconhecido pelo consumidor, como os queijos Camembert, Brie e Roquefort. A produção de alimentos industriais também pode ser afetada, como no caso do próprio champanhe, que será gradualmente deixado de ser vendido sob esta alcunha, que será substituída pelo nacional ‘espumante’. O que altera os hábitos de produção e de consumo para estes produtos.

No acordo com a União Europeia, uma lista de trezentas e cinquenta e sete indicações geográficas foi entregue ao Brasil, que questionou os setores produtivos brasileiros, que se viram descontentes com a proposta. Com a pressão da União Europeia para fechar o acordo assim mesmo, casos problemáticos como reconhecer no Brasil a indicação geográfica de Gorgonzola foram suprimidos. O Brasil conseguiu retirar duas indicações geográficas (ambas cervejas tchecas, posto que poderia trazer problemas com a produção de Budweiser) e criar seis exceções.

IGs podem se referir tanto às ‘Indicações de Procedência (IP)’ quanto ‘Denominações de Origem (DO)’. A primeira refere-se ao reconhecimento de uma região como notório pela extração ou fabricação de um produto, e mais raramente à prestação de serviço. Já a segunda é concedida quando as características de um produto ou serviço resultam de influência do meio geográfico (sejam fatores naturais, como a cor de determinada pedra preciosa, ou alguma cultura originária da região).

Definindo Indicações Geográficas numa perspectiva brasileira:

Podemos definir, então, as Indicações Geográficas como uma “marca registrada”, propriedade industrial de uma região geográfica específica. Seguindo a linha de pensamento de Rafael D’Aquino Mafra, que em 2019 era diretor de departamento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, participando de decisões quanto a Indicações Geográficas, com perspectiva expressa no podcast “Xadrez Verbal Especial Acordo Mercosul-UE — Parte 2”, elas se referem a qualidade ou reputação de um produto sendo atribuída à sua origem geográfica. O

exemplo mais evidente é justamente do champanhe: os espumantes da região eram famosos por sua qualidade, e, quando os produtores decidiram tornar isto uma evidência, criaram a indicação geográfica.

Outras indicações famosas são o queijo Roquefort e a Gorgonzola ou o vinho Brunello Di Montalcino, entre mais de três mil espalhados pela União Europeia, numa prática tradicional. O Brasil também tem seus exemplos: Vale dos Vinhedos é um destes. Tal qual quatro indicações geográficas de cachaça, sete de vinho, cinco de café, algumas de queijo (como o Canastra) e diversos outros, como as muito comuns de artesanato ou o Porto Digital em Recife, sendo uma rara indicação geográfica de serviço.

Uma sucinta definição também foi proposta por Giovane José Maiorki e Valdir Roque Dallabrida em “A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial”:

A Indicação Geográfica (IG) refere-se a uma qualidade atribuída a um produto originário de um território cujas características são inerentes a sua origem geográfica. Representa uma qualidade relacionada ao meio natural ou a fatores humanos, que lhes atribuem notoriedade e especificidade territorial. (MAIORKI, DALLABRIDA, pág. 14)

Indicação Geográfica como Propriedade Intelectual:

De forma genérica, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual – OMPI (ou WIPO), define propriedade intelectual como

Soma dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico. (WIPO / OMPI, 2018)

Em “Fundamentos da Propriedade Intelectual”, de Natália Bonora Vidrih Ferreira e Paulo Sérgio de Oliveira, é dito que comumente a Propriedade Intelectual é dividida em ramos, entre eles o Direito do Autor, referente principalmente a obras artísticas. A proteção *Sui Generis*, que protege o conhecimento tradicional. O terceiro são as propriedades industriais: marcas, patentes, Desenho Industrial, Segredo Industrial e, entre estes, a Indicação Geográfica.

Perspectiva anti-imperialista

No antológico Manifesto Comunista, escrito por Marx e Engels (publicado em 1848) é citado por algumas vezes a ideia de “globalização” hegemônica do capitalismo. No tempo dos autores, a propriedade intelectual ainda não havia se consolidado da forma como é entendida na contemporaneidade. Os dois acreditavam que as criações intelectuais das nações se tornariam de propriedade comum mundial. O que não foi o caso. O entendimento de Propriedade Intelectual (PI) aqui apresentada é de justamente, então, como uma forma de manutenção desse capitalismo globalizado, em que a infraestrutura e superestrutura dele agem em prol dos Estados primeiramente industrializados. Sempre mantendo a dependência das nações periféricas perante o centro do capitalismo.

Conforme relatório da Unesco (2005), em 2002, a Europa recolhia 57% da renda mundial auferida por direitos autorais, e a América do Norte 25%. Cabia à região Ásia-Pacífico 16,8%, à América Latina 2,5% e à África, 0,4%. Esses dados mostram a condição desleal de comercialização internacional de produtos protegidos por PI. As legislações de PI são mais recentes e menos estabelecidas nas periferias do capitalismo, enquanto, em forma de produtos culturais, tecnologias farmacêuticas e diversos outros produtos protegidos, dificultam o desenvolvimento nacional (numa perspectiva ‘cepalina’) das periferias como o Brasil e mantém o status quo imperialista do mundo.

A legislação brasileira sobre Indicações Geográficas:

O Brasil, em suas demasiadas Constituições e sistemas governamentais dos últimos dois séculos, já retrabalhou por diversas vezes sua legislação no que diz respeito às Indicações Geográficas. Proponho neste capítulo, então, uma breve revisão histórica para descrever como este funciona atualmente. As referências do histórico abaixo foram retiradas do próprio endereço digital governamental www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica sobre IGs (www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica) e a pesquisa de mestrado de Emi Silva de Oliveira intitulada “Indicações geográficas: análise do regime nacional e internacional”.

O Alvará de 28/05/1809, no Brasil Império (que perduraria até 1889), isentaria completamente de qualquer direito autoral as matérias-primas de uso fabril. A colônia, depois independente, preferia conceder favores aos fabricantes. Logo, não houve propriedade intelectual legalmente protegida. O mais próximo de propriedade intelectual na época foram o Decreto nº 2682 (que, em 1875, garantiu o direito dos fabricantes e mercadores de marcar os produtos como pertencentes à determinada manufatura ou comércio). Esta foi internalizada pelo Decreto nº 9233 (1884) e desenvolvida mais profundamente no nº 3346 (1887), revogada pelo nº 9828

(1887), este último aprovando o regulamento para execução da primeira lei sobre “marcas de fábrica e de comércio”, a Lei nº 3346, do mesmo ano: Que diz, no segundo artigo, “Qualquer nome, denominação necessária ou vulgar, firma ou razão social e as letras ou cifras somente servirão para esse fim, revestindo forma distinta”.

A República Velha (1889-1930) foi marcada pela pressão europeia, e especialmente inglesa, de que se respeitasse as marcas e indicações de suas províncias (Acordo de Madri de 1891, referente ao combate das propriedades intelectuais falsificadas, e a CUP de 1900, em Bruxelas, que definiu ‘propriedade industrial inicial’ e que foi internalizada no Brasil por meio do Decreto nº 4858, de 06/03/1903. Também foi nesse período que o Brasil teve sua primeira legislação referente ao reconhecimento de designação geográfica, que ainda não seria exatamente uma IG, por não reconhecer uma Propriedade Intelectual (PI) específica, dando grandes margens de interpretação. Este é o Decreto-lei de nº 1236, de 1904, baseado no recém citado Acordo de Madri: “productos a designação do nome geografico que corresponde ao logar da fabricação, elaboração ou extracção dos mesmos productos. O nome do logar da producção pertence cumulativamente a todos os productores nelle estabelecidos”,

Porém, duas décadas depois, foram aprovadas leis mais enfáticas, que já traziam o viés de “indicação” para o vocabulário legal. Este é o Decreto nº 16.264, 19/12/1923, regulando, pela primeira vez, estes seriam uma forma de registro, e não de direito à propriedade industrial. Cito o artigo 81:

“entende-se por indicação da proveniencia dos productos a designação do nome geographico que corresponda ao logar da fabricação, elaboração ou extracção dos mesmos productos. O nome do logar da producção pertence cumulativamente a todos os productores nelle estabelecidos” (Decreto nº 16264).

Durante a Era Vargas foi aprovado o Código de Propriedade Industrial (Decreto-Lei nº 7903, de 27/08/1945), com uma ideia ainda mais consolidada de que produtos teriam uma “indicação” geográfica que seria seu certificado de “proveniência”, este movimento preciso e, de várias formas, vanguardista para o mundo inteiro, não fora devidamente praticada. Em seu Art. 100 “entende-se por indicação de proveniência a designação de nome de cidade, localidade, região ou país, que sejam notoriamente conhecidos como o lugar de extração, produção ou fabricação de mercadorias ou produtos”.

Segundo Emi Silva de Oliveira, em sua tese de mestrado citada no primeiro parágrafo do capítulo, o decreto de Vargas “apresentou a palavra “notoriamente”, ou seja, uma novidade totalmente brasileira [...] foi permitido que nomes geográficos, não notoriamente conhecidos, fossem considerados como de “fantasia”, e, portanto, registráveis como marca, bem como, a

possibilidade de um nome geográfico se tornar genérico. Apesar de tudo isso, não encontrou o reconhecimento e a efetiva aplicação.” (OLIVEIRA, 2012). Após o governo Vargas, durante a guerra fria e de governo militar extremamente conservador, em 1967 foi garantido o direito à propriedade das marcas de indústria e comércio, o que também não resultou em mudanças de prática protecionista. O fator mais relevante deste período foi o reconhecimento do uso de IGs internacionais de forma deliberada no Brasil, afinal, um fator de grande relevância nesse decreto foi negar indicações em língua estrangeira. “Outrossim, veda-se, por exemplo, o registro de uma marca quando destinada a produtos e mercadorias ou serviços nacionais, para consumo ou uso no País, se contivesse dizeres ou indicações em língua estrangeira” (Copetti Michele, Bruch Kelly Lissandra, 1996, p. 15. Sobre o art. 69 do Decreto-Lei nº 1005, de 21/10/1969)

Com o fim do regime militar e o período da Nova República, a Constituição de 1988 pela primeira vez ativamente protege as IGs. Emi Silva de Oliveira remonta à internalização nacional da TRIPS (Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights) como movimento inicial deste, através do Decreto nº 1355, de 1994. Este só é regularizado em 1996, através da Lei nº9279, paradigmática para às IGs nacionais até então. O título IV, DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS, reconhece e protege IGs tanto quanto combate as falsas IGs. E no artigo 177 há, tardiamente, um entendimento moderno de IG na legislação nacional.

Art. 176. Constitui indicação geográfica a indicação de procedência ou a denominação de origem.

Art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

Art. 179. A proteção estender-se-á à representação gráfica ou figurativa da indicação geográfica, bem como à representação geográfica de país, cidade, região ou localidade de seu território cujo nome seja indicação geográfica.

Art. 180. Quando o nome geográfico se houver tornado de uso comum, designando produto ou serviço, não será considerado indicação geográfica.

Art. 181. O nome geográfico que não constitua indicação de procedência ou denominação de origem poderá servir de elemento característico de marca para produto ou serviço, desde que não induza falsa procedência.

Art. 182. O uso da indicação geográfica é restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local, exigindo-se, ainda, em relação às denominações de origem, o atendimento de requisitos de qualidade.

E foi em 2001, por meio do Decreto nº 4062 do então presidente do Fernando Henrique Cardoso, elaborado com base no mesmo Acordo TRIPS, da OMC (no âmbito da Organização Mundial do Comércio), que o Brasil oficializou sua primeira IG nacional: a cachaça. A cachaça, com esse nome, só pode ser produzida no Brasil, tendo como matéria-prima o mosto fermento do caldo da cana-de-açúcar com teor alcoólico variante entre 38% e 48%. A Cachaça já é protegida no Chile, no México, nos Estados Unidos e na Colômbia.

Em julho de 2022, o país totaliza 91 produtos protegidos com indicação de procedência ou de denominação de origem (as duas modalidades de IG desde 1996). No primeiro semestre de 2022, duas novas IGs foram registradas: o mel do Norte de Minas Gerais e a erva-mate do Planalto Norte Catarinense. Segundo o documento oficial ‘Guia das Indicações Geográficas: Registro e Alteração’, o registro das IGs pelo INPI é válido, no mínimo, por todo território brasileiro. “[o pedido] pode ser requerido por uma associação, sindicato ou qualquer outra entidade que atue na qualidade de substituto processual. Ela pode requerer desde que esteja estabelecida dentro da área delimitada e que seu quadro social seja composto, total ou predominantemente, por participantes da cadeia produtiva do respectivo produto ou serviço”.

A Indicação Geográfica de “champanhe” no Brasil:

Numa visita oficial à França, a então Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, entregou para François Hollande, então presidente da França, um certificado de registro para a IG de Denominação de Origem “champanhe”, incluindo os vinhos espumantes produzidos na região. Na época o Brasil possuía menos de 30 indicações geográficas reconhecidas pelo INPI, porém a pauta já se mostrava relevante para relações internacionais e economia doméstica. O certificado foi assinado em 11 de dezembro de 2012 pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Damata Pimentel e só foi possível graças ao extensivo esforço de negociação realizado pelo Comité Interprofessionnel du Vin de Chmpanhe durante 5 anos.

O histórico do uso do termo “champagne” no Brasil é impreciso. Inicialmente, em 1896 (Decreto nº 2253), era simples sinônimo de vinho espumante, ressoando em um senso comum ainda presente. Em 1921 foi lançado um Guaraná Antártica “Champagne”, referenciando o produto espumante. A situação tentou ser regularizado na Lei nº 549, de 1937, que enfatizou preocupação com o tema: “as marcas de vinho não serão permitidas indicações de origem geográfica que não correspondam com a verdadeira origem da produção das uvas ou dos vinhos. (segundo artigo da Lei nº 549).

Esta foi contradita com o Decreto-lei 476, de 1969, que definiu o champanhe como sinônimo de qualquer vinho espumante. Durante a Nova República a situação do termo “Champagne” foi essa mesma, enfatizada pela Lei do Vinho nº 7678, de 1988. Essa lei ainda vigora, reconhecida pela TRIPS ao regularizar a proteção da propriedade industrial no Brasil.

Mesmo com o reconhecimento brasileiro da IG de “champanhe” como Denominação de Origem, a Lei nº 9279, de 1996, permite, pelo menos até julho de 2022, o uso do termo “tipo” para generalizar um método de fabricação empregado em vinhedos, permitindo no Brasil a venda de “espumantes do tipo Champagne (ou Champanhe)”. Marcas com “champanhe” no nome serão protegidas pela “Grandfather Clause”: internacionalmente a TRIPS autoriza a continuidade do uso do signo se este existia há décadas anteriores há formação da TRIPS (1984), pela Organização Mundial do Comércio, ou da legislação que a impediria de ser vendida.

As Indicações Geográficas no tratado UE-mercosul:

Perante as condições acima, fica claro como a prática de Indicações Geográficas é perene no Brasil, pelo menos em relação as demais potências agropecuárias pelo mundo. Este tópico se tornou central a discussão quando, em negociação internacional para a assinatura do tratado de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul, o Brasil se viu obrigado a aceitar um enorme contingente de Indicações Geográficas (A LAVOURA)

A União Europeia tem uma política enfática sobre as IGs, e sempre tentou as pressionar em tratados globais e multilaterais. Principalmente por conta da política de ‘Marca Coletiva’ norte-americana, este não se concretizou. Desde então a UE impõe suas principais indicações em tratados bilaterais, como no Acordo de Parceria Econômica UE-Japão, em vigor desde 2019 e que, no anexo 14-B, especifica 200 indicações a serem respeitadas. Embora apenas uma parcela das três mil registradas na Europa, ainda um número relevante.

Com o sucesso dessas negociações, foram solicitadas 357 no tratado com o bloco sul-americano. Sendo algumas dessas bastante notórias devido à aproximação cultural do Brasil com os países do bloco, devido ao histórico de imigração na formação da identidade nacional brasileira: como parmesão, gorgonzola, uva bordô e o próprio champanhe. No fim, o Brasil acatou com 355 dessas, com seis exceções embarcando a Grandfather Clause, entre elas o parmesão e o gorgonzola (que, se a marca produzia previamente à 2017, poderá continuar produzindo sem problemas). As demais, por tratados dos produtores com o governo federal, terão a produção gradualmente diminuída até ser limitada aos detentores das IGs. As IGs negadas foram de cervejas tchecas, porque causariam problemas com a Budweiser.

Além disso, todas as noventa e uma IGs nacionais serão absorvidas pela União Europeia, protegendo a denominação de origem de diversos queijos e cachaças, por exemplo.

A legislação francesa sobre Indicações Geográficas

O conceito de Indicação Geográfica tratado no Brasil pela nomenclatura Denominação de Origem advém de uma tradução direto de um conceito já presente na legislatura francesa, este sendo o Appellation d'Origine (AO), conceito este que influenciou o registro a partir de nomes de origem na produção agrícola do mundo inteiro, desde então. Como foi verbalizado na comissão europeia para agricultura. “A política agrícola comum para uma alimentação, um espaço rural e um ambiente de maior qualidade”, em 2014.

Até 1935, as AOs francesas eram decisões jurídicas tomadas em tribunal, onde juízes não qualificados para tal delimitariam as áreas de produção e métodos consideráveis aplicáveis à lei estabelecida anteriormente pelo Champanhe. Segundo os autores Marie e Vivien, em sua tese “The role of state in the protection of geographical indications: From disengagement in France/Europe to significant involvement in Índia”, o Comitê Nacional das Apelações de Origem (CNAO) foi criado então para regular as AOs de vinhos e bebidas alcóolicas, então definindo condições de produção necessárias para controlar se seria, de fato, uma AO, o que é essencial para evitar fraudes. Logo depois, em 1947, a CNAO se tornou INAO (Instituto Nacional das Apelações de Origem), que implementou o AOC, surgindo o conceito de Apelação de Origem Controlada, seguindo determinados critérios. Na época, este ainda servia exclusivamente para vinhos, mas já era vanguardista em sua função.

Conforme as autoras, somente em 1990 eliminou-se a possibilidade de concessão por AO, via judicial, bem como se ampliou a proteção por AOC a todos os tipos de produtos agrícolas, extrativos e alimentares, em geral, analisados por comitês específicos dentro do INAO. Países aos montes seguiram a referência francesa e constituíram unilateralmente regulamentos que protegeriam suas Indicações nacionais, o que raramente era respeitado fora de suas fronteiras até 1992, quando a Comunidade Europeia regulamentou um documento único que estabelecesse um sistema de registro internacional das indicações geográficas e denominações de origem dentro de suas fronteiras (Comissão Europeia) N° 2.081/1992.

Assim, a França, tal qual os outros demais membros da União Europeia, adotaram um registro geral internacional (no caso dentro dos limites da UE) de proteção de seus nomes de origem geográfica (DOP e IGP). Diferenciando ainda, tal qual como passou a ser feito no Brasil desde 1996, sendo ‘origem geográfica’ e o que é ‘modo tradicional de produção’. Pelo regulamento, na DOP há regras muito limitantes e objetivas no entendimento do meio e características do produto, sendo que todas as etapas devem ser realizadas na área delimitada. Quanto à IGP,

Indicação Geográfica propriamente dita, o regulamento encontra mais flexibilidade, em que é suficiente que uma determinada qualidade, reputação, seja, no imaginário, atribuída à sua origem geográfica. E não é necessário que todas as etapas da produção ocorram em tal lugar.

A IG de “champagne” na França

Kelly Lissandra Bruch analisa, de forma histórica, o uso de “champanhe” como uma denominação de origem (AO) em “Uso e proteção de indicações geográficas no Brasil: um estudo de caso aplicado à champanhe”. A origem remonta a antes mesmo do reconhecimento oficial como uma indicação geográfica, já que o termo era imposto em acordos bilaterais, já objetivando manter exclusividade do uso deste. Essa ideia de ‘incentivo’ de uma denominação de origem também surge com o champanhe, posto que até então o principal objetivo das AOCs eram reprimir os usos falsos de indicações. Não se cogitava exatamente da existência de direitos ou de titulares dos signos distintivos de origem nem de direitos dos consumidores finais. O objetivo era criar um uso correto das denominações.

Houve, porém, uma praga chamada filoxera que se alastrou pela França durante o final do século XIX. Vinhos sem uva foram feitos, no que era caracterizado como fraude interna. O governo francês adotou uma lei (Griffe du 14 août 1889) que definia o que era vinho, para que não pudesse ser vendido semelhantes com o mesmo nome. Fraudes mais sofisticadas então surgiram: fazer um vinho passar por uma região que não a de sua verdadeira origem. Para controlar estas e outras práticas desleais, a lei foi editada em 1905 e reprimiu fraudes quanto a falsa origem do produto. Em 1908 a França passa a regulamentar quais seriam as regiões vinícolas que valeriam a proteção, o que foi sendo regulamentado paulatinamente até hoje, com participação ativa das regiões de produção.

O Champanhe era protegido já nesse primeiro ano no Decreto de 17 de dezembro de 1908. No pós-primeira guerra houve então uma lei para delimitar juridicamente até onde esta região iria, o importante é que nela empregou-se o termo “*appellations d’origine*”: sem uma definição, no texto. A expressão foi entendida parcialmente como são modernamente as IGs, mas considerando apenas a denominação geográfica, e não em plenitude questões como qualidade e método, de altíssima importância para as IGs. Tudo que se precisava era comprovar a procedência de um produto como de determinada área: “*appellations d’origine*”.

Joseph Capus, deputado considerado a mente por trás das AOC, propõe em 1927 uma lei que modificaria esse critério, estabelecendo que além da uva, precisar advir da região determinada para ser considerada “*appellations d’origine*” (AO) seriam também consideradas as variedades constantes da região. Nasce, nesse momento, a já citada AOC, conceito aplicado até então. Capus concretiza no Decreto-Lei de 30 de julho de 1935 o Comitê Nacional das “*appellations d’origine des vins et eaux-de-vie*”, com uma regulamentação das AOC. O comitê verificava,

com os sindicatos interessados, as condições que deviam ser alcançadas pelas aguardentes alcoólicas de cada região. O documento seria então aceito pelo Ministério da Agricultura, que o aplicaria na lógica de promoção e proteção estatal. Pode-se verificar, então, que a concepção das AOC francesas e das Indicações Geográficas na forma em que conhecemos data de 1935, mais de meio século de protecionismo antes do Brasil estabelecer uma legislação coerente sobre tais Propriedades.

Conclusão

Torna-se notável a diferenciação histórica no protecionismo de propriedade intelectual no denominações de origem e de procedência, as IGs, quando em comparação entre o Brasil e a França. Enquanto na França existe um longo e estável histórico de PI protegidas internamente e impostas para o mundo, no Brasil indicações nacionais são registradas há pouco mais de duas décadas. Numa análise realista das relações internacionais, é de fácil entendimento a diferenciação de reconhecimento e difusão das IGs: estes países centrais do capitalismo encontram poder de barganha maior em qualquer aspecto, e com este não é diferente. Eles podem impor suas IGs mais facilmente, e num acordo internacional seria de falsa equivalência impor reconhecimento bilateral de todas as Indicações Geográficas.

Afinal, o Brasil como grande produtor agrário para o mundo. Com diversificação enorme de produção interna, possui 91 IGs reconhecidas, enquanto a França possui duas centenas de AOCs protegidas. Existe o nome ‘champanhe’ para produções nacionais há pelo menos um século, mas este é sinônimo de “espumante” a até mais tempo, o que deriva de uma colonização europeia e de um imperialismo comercial histórico. Mas que, atualmente, é de inegável difusão para produção e consumo de muitos brasileiros. Esse, claro, é um exemplo mais notável de muitos semelhantes, que irão ser alterados quando entrar em vigor o acordo de livre comércio entre a UE e o Mercosul. Isto afetaria, por exemplo, o pequeno produtor de queijo em larga escala, que em alguns casos será obrigado a alterar o nome de seu produto sem real dimensão do quanto isso afetará em sua renda.

É claro que existem vantagens em produtores brasileiros terem suas Denominações de Origem reconhecidas internacionalmente, mas é fruto de um histórico imperialista que o nome ‘Queijo Canastra’ não ressoa na França tanto quanto ‘Camembert’ o faz no Brasil.

De uma perspectiva anti-imperialista, é reconhecida a forma de manutenção do centro-periferia que a Propriedade Intelectual assume no cenário das Relações Internacionais. Dentre produtos da indústria cultural difundidos através de propaganda imperialista, tecnologia que nos torna dependentes de serviços de comunicação estrangeiros ou remédios farmacêuticos importados, também existe o aspecto alimentício: se o champanhe se torna sinônimo de espumante para o

brasileiro, que este possa produzir espumante pela alcunha de “champanhe”, então. Cabe então aos elementos políticos nacionais questioná-las e, quando possível, não as deixar influenciar no livre desenvolvimento econômico do país. Afinal, existe uma dívida histórica a ser paga, no campo das ideias, embora dificilmente reconhecida.

Conclui-se, então, que em condições desiguais torna-se ilegítimo acreditar que as IGs periféricas e centrais do mundo capitalista teriam o mesmo impacto econômico para ambos os blocos. Não é justo, no aspecto desenvolvimentista, que a Europa as imponha. É necessário, porém, de um ponto de vista realista, que os órgãos competentes sejam mais protecionistas às Denominações de Origem nacionais, movimento que já ocorre, e mais relutantes à incorporação de produtos internacionais no imaginário nacional, o que não parece factível com a assinatura do acordo. Por fim, que se consuma espumante produzido no Brasil, seja ele chamado de ‘champanhe’ ou não.

Referências Bibliográficas:

- BRUCH, Kelly & LUCAS, Marco Antonio. (2012). USO E PROTEÇÃO DE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO APLICADO À "CHAMPAGNE". Abril, 2012. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/340905948_USO_E_PROTECAO_DE_INDICACOES_GEOGRAFICAS ESTRANGEIRAS_NO_BRASIL_UM_ESTUDO_DE_CASO_APLICADO_A_CHAMPAGNE>. Acesso em: 09 de agosto de 2022.
- COMISSÃO EUROPEIA. Acordo de parceria econômica entre a União Europeia e o Japão. 01 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://trade.ec.europa.eu/access-to-markets/pt/content/acordo-de-parceria-economica-entre-uniao-europeia-e-o-japao>>. Acesso em: 09/08/2022.
- COMISSÃO EUROPEIA. Compreender as políticas da União Europeia: agricultura. A política agrícola comum (PAC) para uma alimentação, um espaço rural e um ambiente de maior qualidade. Comissão Europeia, Direção Geral de Comunicação. Serviço das Publicações da União Europeia, Bruxelas, abril, 2014.
- FERREIRA, Natália Bonora Vidrih. OLIVEIRA, Paulo Sérgio. Fundamentos da Propriedade Intelectual. Revista Âmbito Jurídico número 105. São Paulo, 2012.
- FIGUEIREDO, Filipe. Xadrez Verbal Especial Acordo Mercosul-UE - Parte 2. [Loucação de]: Filipe Figueiredo, Rafael Mafra. São Paulo: Central3, 16 de julho de 2019. Xadrez Verbal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N1eNY7tyz4M>. Acesso em: 09 de agosto de 2022.
- INPI. INPI reconhece champanhe como denominação geográfica. Brasília. Fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/inpi_do_brasil_reconhece_champagne_como_denominacao_de_origem. Acesso em: 09/08/2022.
- Instituto Brasileiro da Cachaça. IG Cachaça. Ibrac. Brasília. Disponível em: <<https://ibrac.net/ig-cachaca>>. Acesso em: 09/08/2022.
- LAVOURA. Produtores europeus com Indicação Geográfica são reconhecidos no Brasil. A Lavoura, 2020. Disponível em:

<<https://alavoura.com.br/colunas/indicacao-geografica/produtores-europeus-com-indicacao-geografica-sao-reconhecidos-no-brasil/>> Acesso em: 09 de agosto de 2022.

LEGI FRANCE. Décret du 29 juin 1936 relatif à l'appellation d'origine contrôlée "Champagne". Legi France, 2010. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/JORFTEXT000000664196/>> Acesso em: 09 de agosto de 2022.

LOCATELLI, L. Indicações Geográficas: a proteção jurídica sob a perspectiva do desenvolvimento econômico. Curitiba: Editora Juruá, 2008

MAIORKI, Giovane José e DALLABRIDA, Valdir Roque. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. *Interações* (Campo Grande). 2015, v. 16, n. 1 [Acessado 11 Agosto 2022], pp. 13-25. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/151870122015101>>.

MARIE-VIVIEN, D. The role of state in the protection of geographical indications: From disengagement in France/Europe to significant involvement in Índia. *The Journal of World Intellectual Property*, v. 13, n. 2, p. 121-147, mar. 2010.

Oenologie. La définition légale du vin. *Oenologie*, 2022. Disponível em: <<https://www.oenologie.fr/droit/legislation/definition-vin.php>> Acesso em: 09 de agosto de 2022.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO. Guia das Indicações Geográficas: Registro e Alterações. Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/arquivos-publicacoes-ig/guia-das-igs-registro>>

OLIVEIRA, Emi Silva de. Indicações Geográficas: análise do regime nacional e internacional. Dezembro, 2012. Disponível em: <[https://recipp.ipp.pt/bitstream/Indicações geográficas: análise do regime nacional e internacionalm/10400.22/17432/1/Emi_Oliveira_MCF_2020.pdf](https://recipp.ipp.pt/bitstream/Indicações%20geográficas:%20análise%20do%20regime%20nacional%20e%20internacionalm/10400.22/17432/1/Emi_Oliveira_MCF_2020.pdf)> Acesso em: 09/08/2022.

PORTAL DA INDUSTRIA. Um Panorama das Indicações Geográficas no Brasil. Portal da Indústria. 2021. Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/especiais/um-panorama-das-indicacoes-geograficas-no-brasil/>> Acesso em: 09 de agosto de 2022.

RITTNER, Daniel. A cerveja que complica o acordo UE-Mercosul. *Valor Econômico*. Abril de 2018. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/coluna/a-cerveja-que-complica-o-acordo-ue-mercosul.ghtml>> Acesso em: 09/08/2022.

SALDANHA, Daniela. Indicação geográfica: uma breve reflexão. São Paulo. Editora Dialética, 2021.

SIB. Lista de IGs Nacionais e Internacionais Registradas. Serviços e Informações no Brasil. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/listaigs>> Acesso em: 09 de agosto de 2022.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. International flows of selected cultural goods and services, 1994-2003. Montreal: Unesco, Institute for Statistics, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001428/142812e.pdf>>. Acesso em 09/08/2022.

WIPO – World Intellectual Property Organization. Índice Global de Inovação, 2018. Energizando o mundo com Inovação. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_gii_2018-abridged1.pdf>. Acesso em 09/08/2022.

O impacto da cultura política da elite econômica brasileira na sociedade e suas raízes

Guilherme Zanusso de Barros¹

Resumo

O presente artigo busca discutir o efetivo impacto da cultura política das elites econômicas brasileiras no estrato social e analisar se estas fomentam ativamente os grandes níveis de desigualdade social presente no Brasil. Notando que uma vez que os poderes de influência das elites econômicas nas ações do Estado são de fato moldadoras do tecido social, a cultura política destas não pode ser considerada levemente ao tentarmos promover alguma mudança no atual panorama, e as raízes desta elite, vindas da colonização e escravatura, são fundamentais na compreensão das bases de seu pensamento. A dinâmica entre periferia e centro que se estende desde o nível macro (cenário internacional) ao nível micro (municipal) é relacionada na cultura política da elite econômica brasileira desde seu surgimento e mostra hoje seu legado, onde há na população uma baixa auto-estima e hábito de comparação em posição de inferioridade a países desenvolvidos. As engrenagens do capitalismo com a ferramenta do neoliberalismo perpetuam a dinâmica desejada de subserviência e o ideal da meritocracia faz com que a passividade e aceitação sejam praticadas pelos desfavorecidos socialmente, sob uma percepção de que basta o seu esforço e trabalho árduo para que sua realidade se altere, mesmo que os casos onde há efetiva mudança sejam proporcionalmente raros. Baseando-se numa bibliografia de autores e sociólogos brasileiros e partindo da compreensão histórica da formação dessas elites econômicas, será analisada a forma como as elites econômicas enxergam a desigualdade social e como esta visão pode ser moldada de forma a incentivar um real combate desta situação.

Palavras-chave: Desigualdade social; Cultura; Política pública.

Abstract

This article aims to discuss the true impact of the political culture of the Brazilian economic elites in the social stratum and analyze if they actively work in favor of the great levels of social

¹ Universidade Federal do ABC - guilherme.z@aluno.ufabc.edu.br

ZANUSSO DE BARROS, Guilherme. O Impacto da cultura política da elite econômica brasileira na sociedade e suas raízes. *ÎANDÉ : Ciências e Humanidades*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 103–112, 2023. DOI: 10.36942/iande.v7i1.667

disparity present in Brazil. Taking note that once the powers of influence of the economic elites in the actions of the State are in fact shapers of the social fabric, their political culture cannot be taken lightly when trying to promote some sort of change in the current situation, and the roots of this elite, which come from colonization and slavery, are fundamental in the comprehension of the basis of their rationale. The dynamics between "outskirts" and "center" which extend from the macro (global political landscape) to the micro level (municipal) is related in the political culture of the Brazilian economic elite since its birth and shows its legacy today, where the population has a low self-esteem and comparison habit in an inferiority position relating to developed countries. The works of capitalism alongside the tool of neoliberalism maintain the desired dynamic of servility and the idea of meritocracy makes passivity and acceptance to be practiced by the socially less favored, under the perception that it only takes their efforts and hard work for their realities to shift, even though the cases where an effective change happens are proportionally rare. Based on a bibliography of Brazilian authors and sociologists starting from the historic comprehension of the formation of these economic elites, the way in which these elites see social disparity will be analyzed and how this view can be changed discussed, in order to incentivize a real combat to this situation.

Keywords: Elite; Inequality; Culture; Political.

Histórico da colonização e força da escravatura

A história da formação da sociedade contemporânea brasileira se inicia no período da colonização portuguesa, fato determinante para as atuais estruturas políticas e culturais hoje sustentadas e o berço da cultura política hoje praticada pela elite econômica, além de provável motivo central pelo qual hoje não conseguimos empregar efetivas ações contra a grande desigualdade social existente no Brasil.

A colonização portuguesa do Brasil foi exclusivamente exploratória, motivada no contexto europeu pelas aventuras ao “novo mundo” e a possibilidade de expansão territorial, prática que se espalhou pelo oeste Europeu porém cuja Portugal obteve grande sucesso e destaque em relação a seus pares. Ao contrário de ex-colônias britânicas por exemplo, onde a elite que se assentou eventualmente promoveu o desenvolvimento de uma sociedade própria e próspera, a elite econômica que aqui foi criada estava (e aparentemente ainda está) completamente desinteressada no desenvolvimento coletivo da sociedade e no progresso econômico-social, o que nos mostra que a cultura política originária da elite econômica já estava propensa ao individualismo, uma vez que o extrativismo e subserviência à metrópole eram os fatores centrais na dinâmica colonial.

Nesta formação da sociedade brasileira, a escravatura de indígenas foi o passo inicial para o extrativismo, porém em pouco tempo, com a expansão da colonização europeia na África, o mercado de escravos começou a tomar corpo e viria a se tornar ponto fundamental para a rentabilidade do Império Português. Milhões de escravos seriam então trazidos às Américas e principalmente ao Brasil, para alimentar a máquina colonial estabelecida (PORFÍRIO; SILVA; BLUM, 2021). Este seria o fato fundamental para compreensão dos reflexos que hoje vemos em nossa sociedade após mais de 400 anos de escravidão, tornando o Brasil uma sociedade extremamente miscigenada e ainda assim desigual mesmo por parâmetros raciais.

A força econômica do mercado escravo molda-se então como um dos pilares da elite criada, e a forma de controle social e dinâmicas exercidas baseiam-se não somente na subjugação física, mas simbólica e psicológica pelo racismo perpetuado, que encontra respaldo na própria religião católica através de leituras bíblicas deturpadas onde é justificada a subjugação do povo africano na figura da bula papal “Dum diversas” e grava no compasso moral da elite econômica a forma que a sociedade brasileira deve ser formada. Se o que faz uma sociedade é a força de suas instituições, a escravidão então é peça fundamental na compreensão da sociedade brasileira, uma vez que esta se tornaria uma das mais fortes instituições estabelecidas.

A cultura política que nasce então já desconsidera, desde seu princípio, a existência de pessoas em situação social desfavorecida, pois os mesmos são considerados sub-humanos, e sequer dignos de compaixão ou empatia, e esta barreira criada colocando os pobres e desfavorecidos como “os outros”, fazem que qualquer ação coletiva para algum progresso seja direcionada somente aqueles já dentro do estrato social das elites.

Vale notar também que, a corrupção hoje pautada como problema central na condição de subdesenvolvimento brasileiro, já era predominante na época da colonização e praticada comumente, porém seu conceito ainda não era totalmente formado, uma vez que a democracia e capitalismo como conhecemos não existia, tudo praticamente pertencia ao Império, portanto qualquer vantagem obtida de forma escusa, era considerada um privilégio justo, seja ele concedido pelo rei ou de qualquer outra forma hoje considerada injusta.

Desigualdade social

Observando os dados públicos disponíveis que relacionam renda/classe social com raça no Brasil onde a população 10% mais rica do país consiste 70% de pessoas brancas (IBGE, 2019), podemos notar claramente a herança deixada pela escravidão na estratificação social, onde a população negra foi empurrada para as periferias e dada péssimas condições de trabalho, enquanto os descendentes de europeus, que chegaram seja na época da colonização ou durante o maior fluxo de imigrantes no período de incentivos do império português, foram entregues terras ou promessas de trabalho digno e perpetuaram em sua maioria as condições que lhes foram dadas através das gerações, fato este que podemos notar quando observamos o perfil racial que constitui a classe média brasileira. A escravidão não foi devidamente refletida no processo histórico e o fato de não termos lidado com ela nos trás a situação atual, onde ela é mantida sob máscaras modernas e a pobreza é ignorada ou negligenciada, enquanto um ódio aos pobres é fomentado.

Neste sentido, qualquer tipo de ação política para redução das desigualdades não pode desconsiderar a visão das elites econômicas, uma vez que estas por terem forte influência nos processos políticos são fator determinante para que medidas sejam realmente adotadas ou não, ou seja, sem que haja um interesse (mesmo que financeiro ou de poder) ou mudança na cultura política das elites para que haja altruísmo, nenhuma ação ocorrerá no âmbito governamental. Reconhecer este fato não configura uma identificação ou perspectiva de submissão quanto às elites, mas uma análise necessária onde toda sociedade que possui qualquer tipo de hierarquia sofrerá com esta dinâmica (GIMENES; RIPARI; RIBEIRO, 2013).

A percepção das elites econômicas sobre a desigualdade, pelas raízes de sua fundação, constrói uma barreira simbólica entre estes e os pobres, onde a elite se vê como uma parte ativa da sociedade em todos os âmbitos e os desfavorecidos são passivos, o que os torna em um outro alguém não pertencente ao seu grupo geral (sociedade brasileira), mas diferente de si (SILVA; LÓPEZ, 2015). Nisto, a desigualdade brasileira é vista de forma fatalista, como se fosse quase impossível a ascensão social, perspectiva que não é notada em outras sociedades:

De acordo com dados da WVS (World Values Survey), a maioria dos Brasileiros (aproximadamente 70%) acreditam que "os pobres têm poucas chances de escapar da pobreza", uma crença que é menos comum entre Norte Americanos (30%) e em países Andinos (aproximadamente 55%). Quando as visões estruturais e fatalistas convergem, a pobreza é percebida como um problema difícil, senão impossível, de se solucionar. (SILVA; LÓPEZ, 2015, n.p. Trad. do autor)

Ao se isentar desta problemática, as elites econômicas atribuem a solução do problema ao Estado e culpam a ineficiência deste no cumprimento de suas funções, atestando uma falta de vontade política. Em partes pode-se realmente atribuir uma crítica às práticas do Estado Brasileiro, uma vez que este, desde o início do capitalismo moderno, já se voltava para si e desconsiderava até mesmo uma classe média proletária e tratava a desigualdade como um não-problema, dada a passividade da população. Este próprio favorecimento para si do funcionalismo público é uma das raízes da motivação das elites econômicas brasileiras não se verem como parte da solução do problema da desigualdade social (RANINCHESKI, 2006).

Os efeitos negativos da desigualdade social são os mais diversos e muitos acabam impactando a própria elite econômica, sem que a mesma perceba, como o próprio problema central repetidamente apontado pela elite da questão da segurança. De Swaan denota como esta percepção é fundamental para que se haja políticas efetivas de diminuição nas desigualdades sociais, e que este ponto já é percebido e parte das dinâmicas de Estados das sociedades de países desenvolvidos:

[...] a percepção das externalidades negativas da pobreza era comumente a chave para implementação de políticas redistributivas – contanto que a elite fosse capaz de relacionar o bem-estar dos pobres com seus próprios problemas de segurança. Este mecanismo, de acordo com De Swaan, está por trás da construção de Estados de bem-estar social na Europa e nos Estados Unidos. Logo, o argumento de De Swaan enfatiza consequências políticas importantes e de longa duração da reação das elites quanto à pobreza. (SILVA; LÓPEZ, 2015. Trad. do autor)

Baseado nisso, podemos notar que os esforços políticos no sentido de redução das desigualdades no Brasil são escassos, uma vez que a elite não relaciona propriamente os problemas de segurança e bem-estar social geral com a desigualdade. As movimentações que vimos neste sentido nos últimos anos geraram efetivamente resultados mensuráveis, porém a noção de que havia por trás destas políticas apenas um assistencialismo barato e uma forma de manipulação da população desfavorecida fez com que eventualmente estas ações fossem rechaçadas pelas elites e classe média (influenciada politicamente diretamente pelas elites).

Cultura política da elite econômica brasileira

A herança da escravidão na cultura política da elite econômica brasileira é clara e persistente. Mesmo aqueles que descendem de negros escravizados e ascenderam socialmente, muitas vezes repercutem as práticas inseridas neste sistema sem racionalizá-las. Sintomas como a forte cultura de empregos de serviços, principalmente domésticos, são notados como advindos da herança da escravidão. Mesmo que pessoas com um passado de origem na pobreza tenham compaixão e empatia para com aqueles em situação econômica desfavorável, e ofereçam condições mais

dignas de trabalho, a dinâmica de haver um distanciamento e subjugação do outro ainda persiste em diversos âmbitos. Este distanciamento faz com que seja mais difícil compreendermo-nos como uma sociedade unida, e se torna mais cômodo para aqueles em situação confortável ignorar as desigualdades do que atuar em prol de melhorias.

Outra característica predominante na cultura política da elite econômica brasileira que pode ser atribuída a este passado colonial e a escravidão é o hábito de idolatria de tudo aquilo advindo de países desenvolvidos, de forma quase intuitiva, há uma percepção de que tudo originado em países como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França, etc. é bom e que as sociedades Europeias e Norte-Americanas funcionam quase perfeitamente. A lógica extrativista do colonialismo português fincou nas raízes da cultura política brasileira das elites que um país do “novo mundo” serviria apenas para obter-se benefícios individuais e próprios, de forma exploratória, sem necessidade ou capacidade para que se desenvolva uma sociedade civil de valor. Isto abre espaço para discursos que minam a auto-estima da sociedade brasileira e fomentam a privatização e venda de riquezas nacionais a estrangeiros.

Com esta percepção arraigada na cultura política das elites, os intelectuais brasileiros passam a produzir um conhecimento sobre a sociedade brasileira que reflete esses valores a fim de que esta dinâmica se mantenha, e a elite começa a propagar bens simbólicos como ideias, opiniões e lógicas sociais através da mídia (jornais, livrarias, etc). Dois conceitos fundamentais para compreensão do uso destes bens simbólicos e da mídia para que seja moldada a visão política da classe média (defensora das elites) são o patrimonialismo e o populismo. O patrimonialismo, conceito Weberiano onde a propriedade pública e privada são indistintas, desvincula a base do poder social que está no mercado e coloca no Estado, e traz a ideia de que herdamos tudo, principalmente a corrupção, de Portugal. Este conceito, utilizado para manobrar a classe média, seria invalidado para justificação dos problemas de desigualdade social, uma vez que além de não se encaixar completamente nas dinâmicas totais que observamos, tivemos momentos em nossa história onde se constatou que o suposto patrimonialismo não é parte intrínseca de nosso tecido social:

Entre 1930 e 1980, o Brasil foi um dos países de maior crescimento econômico no mundo, logrando construir um parque industrial significativo sem paralelo na América Latina. Como se pode exibir tamanho dinamismo econômico em um contexto como o do patrimonialismo, que pressuporia indiferenciação da esfera econômica e, portanto, a ausência de pressupostos indispensáveis, e ausência de estímulos duradouros de toda espécie à atividade econômica?
(SOUZA, 2019, p. 216)

O populismo por sua vez é utilizado como bem simbólico da elite ao caracterizar os pobres como incapazes de boas decisões políticas e portanto um governante que faça esforços repetidos no sentido de melhoria do bem-estar social e combata as desigualdades está apenas se

aproveitando da falta de coordenação e traquejo dos desfavorecidos para manter-se no poder e por interesses próprios escusos. Esta conceituação promove a manutenção do status quo e garante que quaisquer tentativas de redução nas desigualdades sociais, principalmente onde haja uma retirada de privilégios das elites, possa ser rechaçada com o apoio da classe média (SOUZA, 2017).

Nestes esforços de manutenção do status quo e da passividade das classes desfavorecidas, vemos que o neoliberalismo mundial exerce também sua força na formação do pensamento político das elites brasileiras. Com suas diferenças ao neoliberalismo pregado e praticado nos países desenvolvidos, uma característica central aqui é propagada e reforçada para que haja uma manutenção do estrato social: a tão idealizada meritocracia. A ideia de que se é possível a mobilidade social partindo pura e simplesmente do trabalho árduo e do esforço se vende com efetividade, mesmo que factualmente e ao analisarmos dados disponíveis, a realidade não seja essa: "Conforme relatório do Fórum Econômico Mundial de 2020, num ranking de mobilidade social, entre 82 países, o Brasil está na 60ª posição" (REZENDE, s.d., s.p.). O uso de alguns casos de sucesso dissemina este conceito e faz com que a passividade em relação às desigualdades por parte das pessoas desfavorecidas se mantenha, uma vez que esta dinâmica é reforçada pelo individualismo (também retro-alimentado por conceitos neoliberais) e a falta de conceituação coletiva de nossa sociedade.

Nestes embates e individualismos, as próprias elites econômicas se descompassam, e os desencontros entre a elite política e a elite empresarial, pautadas nos conceitos de populismo e patrimonialismo exercidos, contribuem para a noção de que não se há e não pode-se criar um coletivismo em prol da sociedade como um todo. A elite empresarial se esconde no mundo privado, sofrendo dos mesmos problemas da elite política, porém dadas as dinâmicas vigentes, é capaz de atribuir qualquer culpa ou problema a elite política, seja pela falta de eficiência ou vontade do funcionalismo público, ou até mesmo pela corrupção, a qual a elite empresarial assume um ar de pureza, que de fato não existe, como aponta Jessé: "A questão central trazida por Jessé Souza é revelar que a corrupção pode ser manipulada para escamotear as causas reais da concentração da riqueza social e exclusão da maioria." (CARVALHO, 2017, s.p.).

Dados todos estes empecilhos no combate às desigualdades sociais, vemos que há por fim uma acomodação não somente das elites econômicas mas também da classe média, e uma passividade artificial dos desfavorecidos, já que o problema envolve diversas camadas de complexidade e necessidade de atuação. Esta acomodação é de fato a opção fácil para as elites e classe média, porém é necessária a manutenção deste status quo para que a passividade dos desfavorecidos se mantenha, logo os interessados nesta manutenção utilizam-se do desvio de atenção das questões

centrais dos problemas, como por exemplo atestar à segurança um problema a ser resolvido através da violência.

Podemos concluir que há por fim uma ativa fomentação das desigualdades sociais por uma parte da elite econômica que herda sua cultura política da escravidão e do colonialismo, porém em grande parte este sistema é apenas retro-alimentado de forma acrítica, sem que haja uma propagação de ideias com fins de destacar a urgente necessidade de coletivismo e da concessão de alguns privilégios das elites para que possamos alcançar um estado de bem-estar social e não termos tantas desigualdades geradoras de inúmeros problemas. Os desfavorecidos estão fora do jogo, e isso é prejudicial para todos. Na Alemanha, durante a reunificação pós-guerra houveram esforços para integração dos 17 milhões defasados, porém no Brasil temos 70 milhões esquecidos, o que escancara como uma cultura política sem coletivismo afeta o desenvolvimento nacional (SOUZA, 2018).

Possibilidades de alteração do atual panorama

Um problema complexo como as desigualdades sociais no Brasil exige diversas frentes de combate para ser solucionado, porém como já explicitado, a cooptação das elites econômicas é fundamental para que isto ocorra, e uma mudança na cultura política seria um passo para o desencadeamento de ações efetivas neste sentido. O trabalho intelectual nesta direção e os esforços para uma nova compreensão da elite de si mesma, fariam notar que o coletivismo, apesar de por fim retirar alguns privilégios estabelecidos, não removeria de todo o conforto experienciado pela classe média e elites, e de fato alargaria o mesmo ao remover diversas questões centrais tidas como problemas em nossa sociedade, tal qual a violência, segurança e desenvolvimento socioeconômico geral.

Ações tomadas pelo incentivo financeiro no combate às desigualdades também apresentam resultados ao tomarmos como exemplo o Prouni e FIES, que não necessariamente retiram privilégios de imediato das elites, porém dão a possibilidade de mobilidade social aos desfavorecidos e também fomentam a economia e incentiva financeiramente a mobilização das elites com fim ao combate das desigualdades sociais. Nestas ações, mesmo que incentivadas financeiramente, vale-se notar que qualquer tipo de discriminação, mesmo que positiva, pode ser prontamente rechaçada independente de sua efetividade:

É interessante observar também que há um consenso quase absoluto entre as elites acerca da inconveniência de políticas de discriminação positiva em favor de determinadas minorias. Assim, por exemplo, apesar de concordarem em que existe preconceito racial no Brasil, observa-se sua rejeição, também unânime, à introdução de sistemas de cotas. (REIS, 2000)

Esta peculiaridade pode ser atribuída à grande miscigenação que experienciamos, e também a idealização da meritocracia, o que faz com que as pessoas desfavorecidas sejam vistas como possuidoras das mesmas oportunidades e condições, porém apenas em contextos específicos, e não vistas como iguais num contexto social geral pelas elites econômicas.

Por fim, sem influências diretas de figuras já inseridas nos círculos das elites econômicas brasileiras e sem um esforço de trabalhos intelectuais direcionados à alteração da cultura política destas, dificilmente teremos uma alteração no panorama geral das desigualdades sociais brasileiras. O quanto antes consigamos fazer notar e discutir racionalmente a raiz de nossas desigualdades e construirmos, através até mesmo de ferramentas modernas como redes sociais (que possuem um impacto relevante principalmente na classe média), um maior sentimento de coletividade e os problemas solucionados a partir desta perspectiva, mais breve rumaremos a um desenvolvimento socioeconômico geral, onde os problemas imediatos e percebidos como urgentes tais quais a violência, segurança e corrupção serão superados.

Referências bibliográficas

- Carvalho, André Luiz. A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite Jessé de Souza. *Revista Direito e Práxis* 2015, 256p. [Acessado 10 Maio 2022] Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/29832>>
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. s.l., 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados>. Acesso em 13 de maio de 2022.
- Mayrá S. Lima. A atuação do ruralismo como elite política no Brasil: mobilização de viés mediante desigualdades sociais e de representação política. *Revista Agenda Política* Vol.4 n.3 2016 p. 90-119
- P. REIS, Elisa. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Scielo Brasil*, [s. l.], 26 maio de 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nZdT88swJfMfx9t9ZQKQGCL/?lang=pt>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- PORFÍRIO, Fernando Matozinhos; BLUM, Luiz Felipe Magnago; SILVA, Ruth Stein. OS LUCROS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL E SEU IMPACTO ECONÔMICO: Uma abordagem histórica dos séculos XVI ao XIX. *Mediações: Revista Pet Economia Ufes*, [s. l.] Agosto, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/peteconomia/article/download/36453/23880>. Acesso em: 2 jun. 2022.
- Ranincheski, Sonia. A questão social, o trabalho e o Estado: visões das elites parlamentares brasileiras. *Sociedade e Estado* [online]. 2006, v. 21, n. 1 [Acessado 10 Maio 2022], pp. 199-231. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000100010>>
- REZENDE, Milka de Oliveira. Mobilidade social; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/mobilidade-social.htm>. Acesso em 13 de maio de 2022.
- RODRIGO GIMENES, Éder; RIPARI, Angélica; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Desigualdade, Pobreza e Ações do Estado: A Visão de Elites Políticas Não-Estatais. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, [s. l.], 8 abr. 2022. Disponível em: <https://doaj.org/article/4c60064dc0e947cdaeab8dba2cecd9>. Acesso em: 8 abr. 2022.

- Silva, Graziella Moraes; López, Matias. "BRAZILIAN PEOPLE" IN THE EYES OF ELITES: REPERTOIRES AND SYMBOLIC BOUNDARIES OF INEQUALITY. *Sociologia & Antropologia* [online]. 2015, v. 05, n. 1 [Accessed 10 May 2022] , pp. 157-182. Available from: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752015v517>>
- Souza, Jessé . *A elite do atraso: Da escravidão a Bolsonaro (EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA)*. [S.l.]: Estação Brasil 2019. p. 216
- SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso - Sala de Professores*. Youtube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9xgGhynmTms&ab_channel=TVFepesp>. Acesso em: 10 de Maio de 2022.
- SOUZA, Jessé. *Aula Pública com Jessé de Souza: a elite faz a classe média de tola? (Part. 1)*. Youtube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NYhgNjQAC3Q&ab_channel=OperaMundi>. Acesso em: 10 de Maio de 2022.
- SOUZA, Jessé. *Jessé Souza explica divisão de classes no Brasil I Identidade Geral*. Youtube, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tLrurDn7riw&ab_channel=RevistaNovoTempo>. Acesso em: 10 de Maio de 2022.
- SOUZA, Jessé. *O racismo de nossos intelectuais: o brasileiro como vira-lata*. In: SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso: da Escravidão a Bolsonaro*. 2. ed. rev. [S. l.]: Estação Brasil, 2019. E-book.